

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 096

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE JULHO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE JULHO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Anibelli.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 026/2002

Curitiba, 02.07.2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei complementar que estabelece a Lei Orgânica e Estatuto dos Auditores e Fiscais da Coordenação da Receita do Estado da Secretaria de Estado da Fazenda.

O plano de lei complementar em referência consubstancia o resultado de estudos que me foram apresentados através do Protocolado nº 5.091.361-9, onde figuram análises e pronunciamentos de órgãos técnicos das Secretaria de Estado da Fazenda e da Administração e da Presidência, todos considerando viável e oportuna a proposição.

Apresentando maior detalhamento quanto aos principais aspectos de convivência da medida, segue transcrita exposição de motivos integrante do mencionado protocolado.

“Por disposição expressa da Constituição Estadual, artigo 33, § 9º, da Emenda nº 7, de 24 de abril de 2000, as carreiras exclusivas de estado organizar-se-ão por lei complementar. O Quadro dos Fiscais da Receita Estadual, exemplo típico de carreira de estado, há muito necessita de um estatuto ágil e moderno, pois o em vigor, Lei nº 7.051, data de 4 de dezembro de 1978.

O presente anteprojeto de lei, além de adequar a Coordenação da Receita do Estado - CRE, às exigências de sofisticação, funcionalidade e produtividade, vis-à-vis com a iniciativa privada, propõe-se a ajustar toda a legislação esparsa que trata da matéria.

Ressalte-se que o tratamento a ser dispensado ao auditor fiscal é o de carreira típica de estado porque ele, como ninguém, é exemplo típico de representante direto da Administração Pública. A competência delegada por força do Código Tributário Nacional impõe-lhe o uso de comandos diretos aos cidadãos contribuintes de impostos. Ao exigir o pagamento dos tributos age como se personificasse a pessoa de Direito Público e, em seu nome obriga à obediência da lei e aplica penalidades. Estas funções conferem ao auditor caráter eminentemente estatal, de cunho indelegável.

Pelo princípio da isonomia, que deve reger a administração dos servidores públicos, a carreira de auditor fiscal iguala-se às demais carreiras de advogado, de procurador e de delegados de polícia, e deve receber salário equivalente aos deles.

A presente lei, conseqüentemente, prevê a readequação necessária. Consultando os gráficos comparativos, em anexo, evidencia-se a discrepância existente entre a carreira do auditor fiscal com as demais carreiras típicas de Estado. mesmo com a nova proposta os salários ficarão aquém dos correspondentes aos dos demais quadros citados.

Em relação às demais unidades federadas, igualmente, os salários dos auditores do Paraná destacam-se pela inferioridade, amenizada pela proposta atual. Os mapas alinhados, de vencimentos dos fiscais estaduais, provam a contundência da falta de isonomia da remuneração também no âmbito nacional. O Paraná, quinto Estado da escala de arrecadação de ICMS, é o décimo

nono em salários de fiscais, atrás dos estados economicamente inferiores, tais como: Piauí, Sergipe, Espírito Santo, Rondônia etc.

Outro ponto importante do projeto está na nova estrutura conferida à carreira. A alteração do cargo para o de Auditor Fiscal observa tendência de uniformização em movimento nos estados brasileiros. A redução das 36 (trinta e seis) referências hoje existentes, com promoção a cada 9 (nove) meses, para 9 (nove) classes, com promoção a cada 3 (três) anos.

Simplificando a estrutura, a administração da CRE ganha maior maleabilidade na distribuição de tarefas. Não mais existirá segregação de atividades entre os níveis da carreira. Todos farão de tudo. O que distinguirá um agente fiscal de outro será a sua especialização e experiência. Hoje, a determinação da lei não pode ser obedecida porque as tarefas são todas altamente especializadas e não há fiscais suficientes em cada faixa da carreira. A consequência, como não poderia deixar de ser, é a dificuldade de comando e difícil determinação de responsabilidades em casos de negligência ou irregularidades.

A complexidade do serviço fiscal exige instrução superior para o ingresso ao cargo de auditor fiscal. O quadro de agentes fiscais conta hoje com aproximadamente 90% dos cargos preenchidos por servidores com nível superior completo, restando somente alguns servidores mais antigos ainda sem esta escolaridade. A exigência da graduação por ingresso na carreira, em consonância com os demais estados brasileiros e com as demais carreiras exclusivas de estado no Paraná, formaliza uma situação já existente e impede o ingresso de novos servidores inadequadamente preparados para a tarefa a desempenhar.

Saliente-se, ainda, que as previsões do Estatuto reforçam as normas quanto à disciplina e ética, melhorando a transparência e a eficácia do sistema. A própria escolha da avaliação de desempenho, como fundamento do critério de promoção, ressalta este objetivo. A Constituição Federal no art. 41, § 4º, prevê a aprovação em avaliação especial de desempenho como condição para aquisição da estabilidade. Neste mesmo artigo, § 1º, inciso III, exige procedimento de avaliação periódica de desempenho para aferição da qualidade dos servidores, sob risco de perda de cargo do servidor estável que revelar ineficiência insanável. Observando o conteúdo da lei maior, que prevê somente a consequência punitiva para a avaliação de desempenho, neste Estatuto entendeu-se salutar dar-lhe, também, efeito de reconhecimento, atrelando o resultado à concessão de promoção na carreira. Tal medida, aliás, permite a concretização do princípio constitucional da eficiência, premiando a competência.

Regulamenta-se o procedimento administrativo disciplinar elencando deveres, proibições, penalidades, forma de apuração de falta funcional, prazos e recursos. O objetivo é dar o correto tratamento jurídico à

matéria, mormente em face da Constituição de 1988. Atualmente, o diploma vigente ainda é a lei 6174/70, o que tem redundando em anulação judicial de praticamente todos os procedimentos disciplinares, consagrando a impunidade, com prejuízos incalculáveis para a organização.

A maior inovação do Estatuto é, com certeza, a criação do Conselho dos Auditores Fiscais, com atribuição de coordenar o procedimento administrativo disciplinar, o concurso público para ingresso no quadro e a avaliação de desempenho, entre outras funções.

Os membros do Conselho representam tanto a administração como os administrados, condição de sucesso para o aprimoramento dos procedimentos, para legitimação de uma avaliação de desempenho mais justa e maior consistência dos programas de treinamento. O Conselho tem, ainda, incumbências semelhantes às de uma corregedoria. Ele é responsável por receber denúncias de procedimentos fiscais com suspeita de irregularidades e promover o saneamento dos procedimentos disciplinares, emitindo parecer conclusivo quanto às sanções aplicáveis.

Com o Estatuto dos Auditores Fiscais do Estado do Paraná, alcança-se maior eficácia do sistema de arrecadação, aprimorando a contínua e aguerrida política de combate à evasão de recursos, que sangra os cofres do Estado”.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - A presente lei complementar estabelece, em conformidade com o § 9º do artigo 33 da Constituição Estadual, a organização e as atribuições da carreira de auditor fiscal da Coordenação da Receita do Estado, decorrentes da alteração da carreira de agente fiscal, a que se refere a Lei nº 7.051, de 04 de dezembro de 1978.

Art. 2º - O auditor fiscal da Coordenação da Receita do Estado tem assegurada a privatividade das atividades de coordenação, programação e exercício da Tributação, da Arrecadação e da Fiscalização (TAF) dos tributos estaduais e delegados, sendo a carreira considerada, para todos os efeitos legais, exclusiva de Estado.

Capítulo II

Das Garantias e Atribuições

Seção I

Precedência da Coordenação da Receita do Estado

Art. 3º - A Coordenação da Receita do Estado e os seus auditores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência a circunscrição, precedência sobre os demais setores administrativos.

Art. 4º - A Coordenação da Receita do Estado deverá ser informada pela autoridade pública acerca de fatos que envolvam assunto de natureza ou de interesse tributário.

Seção II

Da Competência do Auditor Fiscal

Art. 5º - Ao auditor fiscal competente, privativamente:

I - a constituição do crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível;

II - o julgamento do processo fiscal em primeira instância administrativa, em caráter exclusivo, e em, segundo instância, como representante da Fazenda Pública Estadual no Corpo Deliberativo do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, conforme dispuser a lei;

III - o exercício da função de representante da Secretaria de Estado da Fazenda, no Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, conforme dispuser a lei;

IV - o exercício das demais funções inerentes à Tributação, Arrecadação e Fiscalização de tributos estaduais e delegados;

V - a requisição, o acesso e o uso de informações referentes a operações e serviços das instituições financeiras e das entidades a elas equiparadas, quando houver procedimento de fiscalização em curso e quando os exames forem considerados indispensáveis, em conformidade com legislação específica, que estabelecerá procedimentos para preservar o sigilo das informações obtidas.

Seção III

Do Quadro de Pessoal

Art. 6º - O quadro especial da Coordenação da Receita do Estado é integrado pelos cargos de provimento efetivo e em comissão.

§ 1º - A lotação das unidades administrativas da Coordenação da Receita do Estado é regulada por ato do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 2º - Entende-se por lotação da unidade administrativa o número de auditores fiscais que nela deva ter exercício.

Seção IV

Cargos de Provimento Efetivo

Art. 7º - A carreira de auditor fiscal da Coordenação da Receita do Estado é composta de um mil, seiscientos e cinquenta e seis cargos de provimento efetivo organizados em nove classes assim identificadas:

I - Auditor Fiscal "A" - AF-A;

II - Auditor Fiscal "B" - AF-B;

III - Auditor Fiscal "C" - AF-C;

IV - Auditor Fiscal "D" - AF-D;

V - Auditor Fiscal "E" - AF-E;

VI - Auditor Fiscal "F" - AF-F;

VII - Auditor Fiscal "G" - AF-G;

VIII - Auditor Fiscal "H" - AF-H;

IX - Auditor Fiscal "I" - AF-I.

Parágrafo Único - A carreira será iniciada na classe de Auditor Fiscal "A" (AF-A) e encerrada na classe de Auditor Fiscal "I" (AF-I).

Art. 8º - O provimento dos cargos efetivos de auditor fiscal será privativo de pessoas com grau de instrução superior.

Art. 9º - Para efeito desta lei:

I - cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor da Coordenação da Receita do Estado, identificando-se pelas características, denominação e quantidade prevista nesta lei;

II - classe é o conjunto de cargos com vencimento fixado segundo o nível de qualificação e tempo de serviço, constituindo os degraus de ascensão na carreira.

Art. 10 - A lei que promover alteração nos valores do vencimento deverá manter a proporcionalidade estabelecida entre o vencimento de uma classe para outra.

Seção V

Cargos de Provimento em Comissão

Art. 11 - Os cargos de provimento em comissão destinam-se a atender encargos de gerência, chefia ou assessoramento.

§ 1º - A nomeação para provimento de cargos em comissão será de escolha do Chefe do Poder Executivo dentre os servidores da carreira de auditor fiscal, exceto o de consultor técnico.

§ 2º - os cargos em comissão privativos da carreira de auditor fiscal serão providos por servidores em efetivo exercício com, no mínimo, cinco anos na carreira, e que tenham sido aprovados em curso específico para o cargo, promovido ou supervisionado pelo órgão encarregado do treinamento.

§ 3º - O acesso ao curso a que se refere o parágrafo anterior será garantido a todo auditor fiscal que tenha cumprido o estágio probatório.

§ 4º - A participação dos servidores no curso previsto no parágrafo 2º deste artigo não importa na obrigatoriedade de sua nomeação.

Capítulo III

Divisão Administrativa

Art. 12 - O território do Estado do Paraná, para efeitos de tributação, arrecadação e fiscalização dos tributos estaduais e delegados, será dividido em regiões.

Parágrafo Único - As regiões e circunscrições serão criadas, alteradas, agrupadas, subsidiadas, classificadas ou extintas por ato do Secretário de Estado da Fazenda, com base na arrecadação, população, número de contribuintes, valor adicionado e volume de trabalho.

Art. 13 - O secretário de Estado da Fazenda é a autoridade competente para criar, regulamentar, classificar e extinguir as unidades administrativas da Coordenação da Receita do Estado

TÍTULO II

DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Capítulo I

Provimento e Perda do Cargo

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 14 - Os cargos da carreira de auditor fiscal serão providos por:

- I - nomeação;
- II - reintegração.

Seção II

Da Nomeação

Art. 15 - A investidura no cargo de auditor fiscal dependerá da habilitação em curso público na forma da Seção III.

Art. 16 - A nomeação será feita:

- I - em caráter efetivo, mediante concurso público para a classe inicial, denominada "Auditor Fiscal A";
- II - em comissão, quando se tratar de cargo que assim deva ser provido.

Parágrafo Único - No impedimento legal do ocupante do cargo em comissão será designado, por ato do Secretário de Estado da Fazenda, um auditor fiscal para substituí-lo.

Art. 17 - Será nomeado para o cargo de auditor fiscal quem preencher os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;

II - ter sido aprovado em concurso público para a carreira de auditor fiscal;

III - haver cumprido as obrigações militares;

IV - estar em gozo dos direitos políticos;

V - ter boa conduta;

VI - possuir grau de instrução superior completo;

VII - gozar de saúde mental, comprovada em inspeção médica;

VIII - gozar de saúde física adequada ao exercício do cargo, conforme disposto no edital, comprovada em inspeção médica;

IX - não ter sido demitido ou exonerado por fato de que resulte a pena disciplinar de demissão do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, em prazo não superior a 02 (dois) anos contados, de forma retroativa, da data da publicação do edital do concurso, excetuando-se o caso de demissão por redução de pessoal, previsto no artigo 169 da Constituição Federal.

Seção III

Do Concurso Público

Art. 19 - O concurso para provimento na classe inicial da carreira de auditor fiscal compreenderá duas fases:

I - processo seletivo, de que farão parte provas de conhecimento, capacidade intelectual e de títulos, com caráter eliminatório e classificatório, respectivamente, que habilitará candidatos para o ingresso no curso de formação;

II - curso de formação, com caráter eliminatório, que habilitará candidatos para efeito de nomeação, até o limite das vagas existentes e definidas no Edital do Concurso.

Parágrafo Único - As inspeções médicas de que tratam os incisos VII e VIII do artigo 17 deverão anteceder o curso de formação e serão realizadas pelo órgão oficial de perícia médica do Estado do Paraná.

Art. 20 - O curso de formação será organizado pela Coordenação da Receita do Estado e, durante a sua realização, os participantes terão direito a uma bolsa de estudo, que não implicará vínculo empregatício com o Estado do Paraná.

§ 1º - Ao servidor público estadual ficará assegurado o direito à licença para participação do curso de formação, sem prejuízo do cargo que exerça e da remuneração, podendo, se assim preferir, optar pelo recebimento da bolsa de estudos em deferimento de sua remuneração, assegurando-se-lhe, em qualquer hipótese, que o período de licença seja contado como de efetivo exercício em seu cargo original, para os efeitos legais.

§ 2º - O candidato que não atingir o rendimento mínimo para aprovação no curso de formação, ou ainda, que não preencher os demais requisitos legais, regulamentares ou regimentais pertinentes, será reprovado no concurso.

Art. 21 - Concluído o Curso de Formação, a relação dos candidatos aprovados será enviada à Secretaria de Estado da Administração e Previdência, para homologação, atendendo-se, para efeito da nomeação, à ordem de classificação da primeira fase do concurso.

Seção IV

Da Posse

Art. 22 - Posse é o ato que completa a investidura no cargo da carreira de auditor fiscal.

Parágrafo Único - A reintegração independente de posse.

Art. 23 - É requisito para a posse, além dos exigidos pelo artigo 17, a habilitação prévia em concurso público, conforme artigo 19 nos casos de provimento efetivo na classe inicial da carreira de auditor fiscal.

Parágrafo Único - Será recusada a posse de quem tenha omitido fato que o impediria de ser nomeado.

Art. 24 - Salvo menção expressa do regime de acumulação, somente será empossado em cargo efetivo o auditor fiscal nomeado que declarar não exercer outro cargo ou função pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista ou Fundações instituídas pelo Poder Público, ou provar que solicitou exoneração ou dispensa do cargo ou função que ocupava em qualquer dessas entidades.

Parágrafo Único - Para efeitos do regime de acumulação, a carreira de auditor fiscal é considerada técnica.

Art. 25 - São competentes para dar posse:

I - o chefe do Grupo de Recursos Humanos Setorial, aos nomeados para cargo de provimento efetivo;

II - secretário de Estado da Fazenda, aos nomeados para cargo em comissão;

Art. 26 - O auditor fiscal apresentará declaração dos bens e valores que constituem o seu patrimônio, nos termos da legislação pertinente, quando do ato da posse, sob penas de esta não se efetivar.

§ 1º - A declaração abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante.

§ 2º - A declaração de bens será anualmente atualizada, bem como na data em que o auditor fiscal deixar o exercício do cargo.

§ 3º - Será punido com pena de suspensão e, na reincidência, com a de demissão a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o auditor fiscal que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro dos prazos determinados, ou que a prestar falsa.

Art. 27 - A autoridade que empossar verificará, sob pena de responsabilização pessoal, se foram preenchidas as condições legais para esse fim.

Art. 28 - A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais trinta, a requerimento do interessado.

Parágrafo Único - Se a posse não ocorrer no prazo inicial ou da prorrogação concedida, será tornada sem efeito a nomeação, exceto em razão de caso fortuito ou força maior, apurado em procedimento administrativo.

Seção V

Do Exercício

Subseção I

Disposições Preliminares

Art. 29 - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

Art. 30 - O auditor fiscal terá o prazo de quinze dias para entrar em exercício, contados da data da:

I - publicação oficial do ato, no caso de reintegração, remoção a pedido ou mediante permuta;

II - ciência pessoal, no caso de remoção de ofício;

III - posse, nos demais casos.

§ 1º - O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por solicitação do interessado e a juízo da autoridade competente, desde que a prorrogação não exceda a trinta dias.

§ 2º - O prazo de que trata este artigo, na hipótese de remoção, aplica-se apenas ao auditor fiscal removido para outro município.

§ 3º - O auditor fiscal removido, quando licenciado, terá quinze dias de prazo para entrar em exercício, a partir do término da licença.

§ 4º - Será exonerado o auditor fiscal empossado que não entrar em exercício no prazo previsto neste artigo, exceto em razão de caso fortuito ou força maior, apurado em procedimento administrativo.

§ 5º - Ao chefe da unidade administrativa para a qual for designado o auditor fiscal compete promover sua entrada em exercício.

Art. 31 - O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo Único - O início do exercício e as alterações que neste ocorrerem serão comunicados pelo chefe imediato ao órgão competente.

Subseção II

Do Regime de Trabalho

Art. 32 - A duração do trabalho normal do auditor fiscal não excederá a oito horas diárias e quarenta horas semanais.

§ 1º - Nos plantões de fiscalização, a prestação do trabalho ocorrerá em qualquer dia da semana e em período de vinte e quatro horas, garantido o descanso imediatamente posterior de setenta e duas horas, salvo negociação.

§ 2º - O comparecimento ao trabalho poderá ser exigido aos sábados, domingos e feriados, inclusive no período noturno, garantido o descanso proporcional.

Subseção III

Do Afastamento do Exercício

Art. 33 - O afastamento do auditor fiscal verificar-se-á somente em decorrência de ordem judicial ou nas hipóteses descritas nesta lei.

§ 1º - Denunciado por crime contra a administração pública, o auditor fiscal será afastado das atividades de fiscalização imediatamente após o recebimento da denúncia, devendo ser recolhido a serviços internos compatíveis com sua situação ainda que em outra unidade administrativa.

§ 2º - Na hipótese de parágrafo anterior, a chefia da unidade administrativa onde estiver lotado deverá recolher a carteira de identidade funcional, que o habilitaria a ter acesso aos contribuintes, encaminhando-a ao setor competente, sob pena de responsabilização pessoal.

§ 3º - Em decorrência de ordem judicial que determine expressamente o afastamento ou quando preso por ordem legal em regime incompatível com o exercício de suas funções, o servidor será afastado do exercício pelo tempo que perdurar esta situação.

§ 4º - Na hipótese do § 1º, se o Secretário de Estado da Fazenda verificar que não é aconselhável a permanência do auditor fiscal na repartição, mesmo em serviços internos, poderá determinar o seu afastamento temporário do exercício.

§ 5º - O Secretário de Estado da Fazenda também poderá determinar o afastamento do exercício, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, para que o auditor fiscal não interfira no andamento do Processo Administrativo Disciplinar.

§ 6º - O auditor fiscal afastado, nas hipóteses dos §§ 3º e 4º deste artigo, perderá o direito às quotas de produtividade, tendo direito ao ressarcimento, se for absolvido.

§ 7º - Deverá ser ouvido previamente o Conselho Superior dos Auditores Fiscais nas hipóteses de afastamento com prejuízo da remuneração que decorra de ordem extrajudicial.

§ 8º - Para cálculo das quotas, nos casos de afastamento remunerado ou para fins de ressarcimento, aplicar-se-á a regra do artigo 62, parágrafo único, desta lei.

Seção VI

Da Remoção

Art. 34 - Remoção é o deslocamento do auditor fiscal de uma para outra unidade administrativa da Coordenação da Receita do Estado - CRE e processar-se-á:

I - a pedido, por ocasião da abertura do concurso de remoção, nos termos definidos em edital expedido pelo Diretor da CRE;

II - mediante permuta, a pedido escrito de ambos os interessados, e respeitado o interesse e a necessidade do serviço, manifestados pelos chefes das respectivas unidades administrativas;

III - de ofício, somente no interesse da Administração Pública e sempre de forma justificada.

§ 1º - A remoção, exceto aquela realizada mediante permuta, dependerá da existência de vagas na unidade administrativa de destino.

§ 2º - Quando o auditor fiscal for removido de ofício, ser-lhe-á assegurado o período mínimo de um ano de permanência no local para o qual foi removido.

§ 3º - Exclui-se dessas regras a investidura em cargos em comissão, assegurando-se ao auditor fiscal, por ocasião da exoneração, lotação na unidade administrativa que lhe aprouver, por um período mínimo de um ano.

§ 4º - substituição do titular do cargo em comissão por impedimento transitório não gera o direito mencionado no parágrafo anterior.

Art. 35 - Por ocasião da realização do concurso de remoção, verificada a hipótese de existirem mais concorrentes que o número de vagas fixadas, terá preferência, pela ordem, o auditor fiscal que, dentre todos os concorrentes:

I - tenha o maior tempo de serviço na atual unidade administrativa;

II - tenha o maior tempo de serviço no cargo de auditor fiscal;

III - tenha o melhor aproveitamento em avaliação de desempenho;

IV - tenha a melhor classificação no concurso público de ingresso na carreira.

Seção VII

Da Promoção

Art. 36 - Promoção é a elevação do auditor fiscal à classe imediatamente superior à que pertencer.

Art. 37 - Não haverá promoção de auditor fiscal em estágio probatório.

Parágrafo Único - Concluído o estágio probatório, o auditor fiscal terá direito à contagem desse tempo de exercício para fins de promoção.

Art. 38 - Será de três anos de efeito exercício na classe o interstício para a promoção.

Art. 39 - Para ser promovido de classe, o auditor fiscal deverá ter sido aprovado em avaliação de desempenho, cujo conteúdo programático, critério de avaliação e metodologia de aplicação serão definidos pelo Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 40 - O processo de promoção poderá ocorrer a cada doze meses, desde que haja vaga na classe imediatamente superior.

§ 1º - Não efetivada no prazo previsto no *caput*, o auditor fiscal poderá protocolar requerimento solicitando a promoção a que fizer jus, tendo a Secretaria de Estado da Fazenda o prazo de trinta dias para análise e resposta.

§ 2º - A promoção produzirá seus efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do término do prazo mencionado no *caput*, devendo ser implantada pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

§ 3º - Na hipótese de indeferimento intempestivo motivado ao requerimento de que trata o § 2º, a promoção tornar-se-á sem efeito.

Art. 41 - O auditor fiscal indiciado em processo administrativo disciplinar terá sua promoção suspensa até a decisão final do processo, quando, caso não receba a penalidade administrativa de que trata o inciso III do artigo 107, terá restabelecida a promoção, sem prejuízo dos direitos a ela relativos, desde a data da suspensão.

Seção VIII

Da Perda do Cargo

Art. 42 - A perda do cargo de auditor fiscal poderá ocorrer somente nas hipóteses mencionadas no § 1º e § 4º do artigo 41 da Constituição Federal, ou como penalidade disciplinar prevista no inciso III do artigo 109 desta lei.

§ 1º - Na hipótese do *caput*, não sendo o caso de cumprimento de sentença judicial transitada em julgado, será previamente realizado processo administrativo disciplinar, na forma desta lei.

§ 2º - No período dos três anos do estágio probatório será apurada a conveniência da permanência do nomeado na carreira, mediante avaliações de desempenho regulamentadas pelo Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Capítulo II

Direitos

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art. 43 - São asseguradas ao auditor fiscal os direitos, garantias, prerrogativas e atribuições estabelecidas nesta lei.

Seção II

Das Prerrogativas

Art. 44 - Ao auditor fiscal, no exercício de seu cargo, são asseguradas as seguintes prerrogativas funcionais:

I - requisitar auxílio ou colaboração das autoridades e agentes administrativos e policiais do Estado, civis e militares, inclusive para efeitos de busca e apreensão de elementos de prova de infração à legislação tributária;

II - possuir cédula de identidade funcional expedida pela Coordenação da Receita do Estado;

III - requisitar das autoridades competentes certidões, informações e execução das diligências necessárias ao desempenho de sua funções;

IV - tomar ciência pessoal de atos e termos de processos de que participar;

V - não ser constrangido por qualquer modo ou forma a agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;

VI - conta com redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Art. 45 - Fica assegurado ao auditor fiscal, nos casos de recomendação médica, homologada por perícia médica oficial, o exercício de atividades compatíveis com seu estado, sem prejuízo de sua remuneração e demais vantagens.

Art. 46 - A prisão ou detenção do auditor fiscal, em qualquer circunstância, será imediatamente comunicada ao diretor da Coordenação da Receita do Estado, sob pena de responsabilização de quem não o fizer.

Art. 47 - O Estado prestará assistência ao auditor fiscal e à sua família, na forma prevista na Lei Estadual nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Seção III

Das Férias

Art. 48 - O auditor fiscal gozará trinta dias consecutivos de férias por ano, remuneradas com um terço a mais do que a remuneração normal, cujo pagamento respectivo deverá ocorrer com os vencimentos do mês anterior ao gozo das férias.

§ 1º - É vedado levar à conta de férias qualquer falta do trabalho.

§ 2º - Somente depois do primeiro ano de exercício adquirirá o auditor fiscal direito a férias.

§ 3º - A requerimento do auditor fiscal as férias poderão ser concedidas em dois períodos não inferiores a dez dias.

Art. 49 - As férias serão concedidas até o décimo segundo mês seguinte ao do encerramento do período aquisitivo, devendo o auditor fiscal ser notificado da con-

cessão de férias com antecedência de, no mínimo, trinta dias.

Art. 50 - Durante as férias o auditor fiscal terá direito a todas as vantagens como se estivesse em exercício.

Art. 51 - O auditor fiscal promovido, removido ou transferido, quando em gozo de férias, não será obrigado a interrompê-las.

Art. 52 - À família do auditor fiscal que falecer em gozo de férias, será pago o vencimento relativo a todo o período, sem prejuízo do Auxílio Funeral.

Art. 53 - O direito de reclamar a concessão de férias prescreverá em dois anos, contados do primeiro dia do ano civil seguinte ao que deveria ser concedida.

Seção IV

Do Vencimento e Remuneração

Art. 54 - Vencimento é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, fixado para cada uma das classes da carreira do auditor fiscal.

Art. 55 - Remuneração é a retribuição pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao vencimento, acrescido das vantagens acessórias ao cargo.

Art. 56 - O prêmio de produtividade será concedido, mediante a atribuição de quotas, ao auditor fiscal que desempenhar com eficácia as atribuições que lhe forem conferidas para o incremento, desenvolvimento ou realização das atividades inerentes à Administração Tributária.

§ 1º - As quotas serão atribuídas e apropriadas em conformidade com Resolução do secretário de Estado da Fazenda para este fim expedida.

§ 2º - As quotas que excederem o limite de apropriação mensal, previsto na Resolução a que se refere o parágrafo anterior, serão lançadas numa conta-corrente para esta finalidade criada.

§ 3º - No mês de setembro de cada ano, metade das quotas existentes na conta-corrente serão destinadas à formação de um fundo, para rateio entre todos os auditores fiscais, a ser pago no mês de fevereiro subsequente.

Art. 57 - O valor da quota poderá ser alterado de ofício pelo secretário de Estado da Fazenda, anualmente, segundo a variação do valor efetivamente arrecadado dos impostos de competência do Estado, incluindo-se multas e demais acréscimos legais e excluindo-se os valores pertencentes aos municípios.

Art. 58 - Perderá o direito à percepção do prêmio de produtividade o auditor fiscal que ficar à disposição de

outro órgão da Administração Pública, direta ou indireta, ressalvada a hipótese de exercer suas funções na própria Secretaria de Estado da Fazenda ou ser nomeado para ocupar cargo em comissão no âmbito da Secretaria de Estado de Governo, da Casa Civil, do Gabinete do Governador, ou para ocupar cargo em comissão de secretário de Estado ou de diretor de Secretaria de Estado.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, em relação ao cargo em comissão que não seja da estrutura da Coordenação da Receita do Estado, o prêmio de produtividade será calculado com base no valor da quota correspondente à classe da carreira a que pertence o auditor fiscal.

Art. 59 - O auditor fiscal não perderá o direito à percepção do prêmio de produtividade nos casos de férias, trânsito, afastamento ou licenças, exceto por ordem judicial ou nos casos expressamente previstos nesta lei.

Parágrafo Único - Na hipótese deste artigo, o pagamento do prêmio de produtividade será integral e atribuído com base na média aritmética dos percentuais de quotas produzidas nos três meses anteriores à data do afastamento, a qual não poderá ser inferior à média dos valores percebidos.

Art. 60 - O adicional por tempo de serviço será concedido ao auditor fiscal, a cada cinco anos de serviço prestado ao Estado do Paraná, no valor correspondente a cinco por cento do vencimento, até completar vinte e cinco por cento.

Parágrafo Único - A incorporação do adicional por tempo de serviço à remuneração será automática, inclusive para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 61 - Ao completar trinta anos de exercício, o auditor fiscal terá direito ao acréscimo de cinco por cento por ano excedente, calculados sobre o vencimento, até o máximo de mais vinte e cinco por cento, considerados, para todos os efeitos legais, como vantagem incluída no artigo 64 desta lei.

Seção V

Das Vantagens

Art. 62 - Além do vencimento e outras vantagens concedidas em lei, o auditor fiscal poderá perceber:

- I - adicionais;
- II - gratificações;
- III - diárias;
- IV - ajuda-de-custo;
- V - salário-família;
- VI - auxílio-doença;
- VII - auxílio-funeral;
- VIII - décimo-terceiro salário;
- IX - prêmio de produtividade;
- X - terço-de-férias;

XI - auxílio-moradia;

XII - ...

§ 1º - As hipóteses dos incisos IV e XI referem-se à compensação de despesas de viagem e instalação ou moradia, concedida ao funcionário que em virtude de remoção de ofício, nomeação para cargo em comissão ou designação para função gratificada, serviço ou estudo, passe a ter exercício em nova sede de acordo com o disposto na Lei Estadual n 6.174, de 16 de novembro de 1970.

§ 2º - O auxílio-moradia terá seu prazo, valores e critérios de concessão regulamentados por Decreto do Poder Executivo.

Capítulo III

Das Licenças

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 63 - Conceder-se-á licença ao auditor fiscal:

I - para tratamento de saúde;

II - quando acometido de doença, nos termos dos artigos 85 e 86;

III - quando acidentado;

IV - para repouso à gestante;

V - por motivo de doença em pessoa da família;

VI - quando convocado para serviço militar;

VII - para o trato de interesses particulares;

VIII - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro, quando este for servidor civil ou militar;

IX - em caráter especial;

X - para concorrer a cargo eletivo;

XI - para frequência e cursos de aperfeiçoamento;

XII - licença paternidade;

XIII - licença para dirigente sindical.

Art. 64 - São competentes para conceder as licenças de que tratam os incisos VII, IX e XI do artigo anterior:

I - o secretário de Estado da Fazenda, em relação ao diretor da Coordenação da Receita do Estado e auditores fiscais que lhe estejam imediatamente subordinados;

II - o diretor da Coordenação da receita do Estado, em relação aos demais auditores fiscais.

Parágrafo Único - As autoridade indicadas neste artigo poderão delegar competência aos dirigentes das unidades que lhe sejam diretamente subordinadas,

Art. 65 - A licença dependente de inspeção médica será concedida pelo prazo indicado no respectivo laudo e atestado e, em sendo superior a três dias, deverá ser concedida ou homologada pelo órgão oficial de perícia médica do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Findo o prazo, o auditor fiscal poderá submeter-se a nova inspeção e o laudo médico concluirá pela sua volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 66 - O tempo necessário à inspeção médica será sempre considerado como de licença.

Art. 67 - Terminada a licença, o auditor fiscal reassumirá imediatamente, independente de qualquer comunicação, o exercício das atribuições de seu cargo, ressalvado o caso do § 1º do artigo seguinte.

Art. 68 - A licença para tratamento de saúde por acidente poderá ser prorrogada a pedido ou de ofício.

§ 1º - O pedido deverá ser apresentado antes de findo o prazo da licença e, se indeferido, contar-se-á como de licença o período compreendido entre a data do término e a do conhecimento oficial do despacho denegatório.

§ 2º - Quando o pedido de prorrogação for apresentado depois de findo o prazo da licença, não será computado como de licença o período compreendido entre o dia de seu término e o do conhecimento oficial do despacho.

Art. 69 - O auditor fiscal não poderá permanecer em licença por prazo superior a vinte e quatro meses, ressalvados os casos previstos no artigo 74 e nos incisos VI, VIII e XI do artigo 63.

Art. 70 - O auditor fiscal que se encontrar fora do Estado deverá, para fins de prorrogação ou concessão de licença, dirigir-se à autoridade competente a que esteja diretamente subordinado, juntando o laudo médico, se for este o caso, ou outros documentos comprobatórios da condição.

Art. 71 - A licença a que se refere o art. 63 inciso X, será concedida na forma estabelecida pela legislação eleitoral.

Seção II

Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 72 - A licença para tratamento de saúde, com remuneração integral, será concedida de ofício ou a pedido do auditor fiscal, ou de seu representante, quando não possa ele fazê-lo.

§ 1º - Em ambos os casos, é indispensável a inspeção médica, que será realizada no órgão próprio e, quando necessário, no local onde encontrar-se o auditor fiscal.

§ 2º - Para a licença de até três dias, é permitida a apresentação de atestado fornecido por médico particular.

§ 3º - Para a licença de até noventa dias, a inspeção deverá ser feita por médico do órgão oficial de perícia médica do Estado do Paraná, admitido-se, quando assim não seja possível, atestado fornecido por médico particular, com firma reconhecida.

§ 4º - Na hipótese do atestado fornecido por médico particular, constante do § 3º, o laudo só produzirá

efeitos depois de homologado pelo órgão oficial de perícia médica do Estado do Paraná.

§ 5º - Quando não for homologado o laudo, o auditor fiscal será obrigado a reassumir o exercício do cargo, sendo considerados como de licença sem vencimentos, conforme inciso VII do artigo 63, os dias em que deixou de comparecer ao serviço, por haver alegado doença.

§ 6º - O auditor fiscal poderá recorrer da decisão referida no § 5º deste artigo e requisitar reavaliação aplicando, no que couber, as regras do artigo 84, não implicando isto em prejuízo de sua remuneração.

Art. 73 - Verificando-se, a qualquer tempo, ter sido gracioso o atestado médico ou o laudo da Junta Médica, a autoridade competente promoverá a punição dos responsáveis, incorrendo o auditor fiscal a quem aproveitar a fraude na pena de suspensão e, na reincidência, na de demissão, sem prejuízo da ação penal que couber.

Art. 74 - O auditor fiscal não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a vinte e quatro meses, exceto nos casos em que seja considerado recuperável, hipótese em que, a critério da Junta Médica, esse prazo poderá ser prorrogado.

Parágrafo único - Expirado o prazo mencionado neste artigo, o auditor fiscal será submetido a nova inspeção médica oficial e aposentado, se julgado definitivamente inválido para o cargo de auditor fiscal.

Art. 75 - Em casos de doenças graves, contagiosas ou não, que imponham cuidados permanentes, poderá a Junta Médica Oficial, se considerar o doente irrecuperável, determinar, como resultado da inspeção, a imediata aposentadoria.

Parágrafo Único - A inspeção será feita no local onde se encontrar o auditor fiscal por uma junta de, pelo menos, três médicos, podendo aquele, caso não se conforme com o laudo, pedir outra junta e novos exames de laboratório.

Art. 76 - No processamento das licenças para tratamento de saúde será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados médicos.

Art. 77 - No curso de licença para tratamento de saúde, o auditor fiscal abster-se-á de atividades remuneradas, sob pena de interrupção da licença, com perda total da remuneração, até que reassuma o cargo.

Parágrafo único - Os dias correspondentes à perda de remuneração serão considerados como de licença sem vencimentos, conforme inciso VII do art. 63.

Art. 78 - Licenciado para tratamento de saúde ou por acidente, o auditor fiscal receberá integralmente a remuneração e demais vantagens inerentes ao cargo.

Art. 79 - O auditor fiscal não poderá recusar a inspeção médica, sob pena de suspensão de pagamento da remuneração, até que aquela se realize.

Art. 80 - Considerado apto, em inspeção médica, o auditor fiscal reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.

Art. 81 - No curso da licença, poderá o auditor fiscal requerer inspeção médica, caso se julgue em condições de reassumir o exercício ou com direito à aposentadoria.

Seção III

Da Licença Compulsória

Art. 82 - O auditor fiscal acometido por moléstias incompatíveis com o trabalho, segundo a medicina especializada, e apuradas em inspeção médica, será compulsoriamente licenciado com direito à percepção da remuneração integral e demais vantagens inerentes ao cargo.

Art. 83 - O auditor fiscal poderá ser licenciado compulsoriamente por interdição, quando declarada pela autoridade sanitária competente, por motivo de doença em pessoa co-habitante da sua residência, com remuneração integral.

Art. 84 - Para verificação das moléstias, indicadas no artigo anterior, a inspeção médica será feita, obrigatoriamente, por Junta Oficial de três membros, podendo o auditor fiscal pedir outra junta e novos exames de laboratório, caso discorde do laudo.

Art. 85 - A licença será convertida em aposentadoria, na forma do art. 74, antes do prazo estabelecido, quando assim opinar a Junta Médica, por considerar definitiva, para o serviço público em geral, a invalidez do auditor fiscal.

Seção IV

Da Licença à Gestante

Art. 86 - À auditora fiscal gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por 120 dias, com percepção da remuneração e demais vantagens legais.

§ 1º - quando houver necessidade de preservar a saúde do recém-nascido, esta licença poderá ser prorrogada em até noventa dias.

§ 2º - A auditora fiscal gestante terá direito a ser aproveitada em função compatível com o seu estado, sem prejuízo do direito à licença de que trata este artigo, facilitando-se-lhe, posteriormente, as condições para o aleitamento.

Seção V

Da Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Art. 87 - O auditor fiscal poderá obter licença, com remuneração integral, por motivo de doença grave na pessoa de cônjuge ou companheiro, filho, pai, mãe ou irmão, desde que prove ser indispensável a sua assistência pessoal, incompatível com o exercício do cargo.

§ 1º - Prova-se a doença grave mediante inspeção médica, aplicando-se, no que couber, as normas contidas na Seção II deste Capítulo.

§ 2º - Ato do Chefe do Poder Executivo especificará quais doenças serão consideradas graves, para efeito deste artigo.

§ 3º - As demais licenças por motivo de doença em pessoa da família sujeitar-se-ão às regras aplicáveis aos funcionários públicos civis do Estado, respeitadas as disposições especiais desta lei.

Seção VI

Da Licença para Serviço Militar Obrigatório

Art. 88 - Ao auditor fiscal que for convocado para o serviço militar ou aos outros encargos de segurança nacional, será concedida licença com remuneração, descontada mensalmente a importância que receber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 1º - A licença será concedida à vista de documento oficial que prove a incorporação.

§ 2º - Ao auditor fiscal desincorporado conceder-se-á o prazo de quinze dias para que reassuma o exercício, sem perda de remuneração, findo os quais a sua ausência será computada como falta ao trabalho.

Seção VII

Da Licença para o Trato de Interesses Particulares

Art. 89 - Depois de estável, o auditor fiscal poderá obter licença, sem remuneração, para o trato de interesses particulares.

§ 1º - O auditor fiscal aguardará em exercício a concessão da licença.

§ 2º - A licença não perdurará por tempo superior a dois anos contínuos e outra só poderá ser concedida depois de decorrido período igual ao da duração da licença usufruída.

Art. 90 - Desde que inconveniente para o serviço, poderá ser negada, motivadamente, a licença para trato de interesses particulares.

Parágrafo Único - Não será concedida essa licença ao auditor fiscal removido, antes de entrar em exercício.

Art. 91 - O auditor fiscal poderá, a qualquer tempo, desistir da licença para o trato de interesses particulares.

Art. 92 - Em caso de comprovado interesse público, a licença de que trata esta seção poderá ser casada pela autoridade competente, devendo o auditor fiscal ser expressa e pessoalmente notificado do fato.

Parágrafo Único - Na hipótese de que trata este artigo, o auditor fiscal deverá apresentar-se ao serviço no prazo de trinta dias, a partir da notificação, findos os quais sua ausência será computada como falta ao trabalho.

Art. 93 - Ao auditor fiscal ocupante de cargo em comissão, não se concederá, nessa qualidade, licença para trato de interesses particulares.

Art. 94 - Não se concederá licença para o trato de interesses particulares ao auditor fiscal que, a qualquer título, esteja obrigado a indenização ou devolução de valores aos cofres públicos, em processo com decisão administrativa definida.

Seção VIII

Da Licença ao Auditor Fiscal, Cônjuge ou Companheiro de Servidor

Art. 95 - O auditor fiscal cônjuge ou companheiro de servidor público, civil ou militar, no caso de não ser possível a remoção de que trata o art. 38 da Constituição Estadual, terá direito a licença sem remuneração, quando o cônjuge for mandado, independentemente de solicitação, prestar serviços em outro local.

Parágrafo Único - A licença será concedida mediante pedido e renovável a cada dois anos.

Art. 96 - Independentemente do regresso do cônjuge ou companheiro, o auditor fiscal poderá reassumir o exercício a qualquer tempo.

Seção IX

Da Licença Especial

Art. 97 - Ao auditor fiscal estável que, durante o período de dez anos consecutivos, não se afastar do exercício de suas funções, é assegurado o direito a licença especial de seis meses por decênio, com remuneração integral e demais vantagens.

Parágrafo Único - Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao auditor fiscal que a requerer, conceder-se-á licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.

Art. 98 - Para os fins previstos no art. 97, não são considerados como afastamento do exercício:

I - férias e trânsito;

- II - casamento, licença de até oito dias;
- III - luto por falecimento do cônjuge ou companheiro, filho, pai, mãe, irmão, licença de até oito dias;
- IV - convocação para o serviço militar;
- V - juri e outros serviços obrigatórios por lei;
- VI - licença para tratamento de saúde, até o máximo de seis meses por quinquênio;
- VII - licença para o trato de interesses particulares, desde que não ultrapasse três meses por quinquênio;
- VIII - licença por acidente em serviço ou moléstia profissional;
- IX - licença à auditora fiscal gestante;
- X - licença por motivo de doença em pessoa da família, até três meses por quinquênio;
- XI - moléstia devidamente comprovada até três dias por mês;
- XII - missão de estudo no país ou no exterior, quando designado ou autorizado pelo Chefe do Poder Executivo;
- XIII - exercício de outro cargo estadual, de provimento em comissão;
- XIV - licença para cursos de aperfeiçoamento;
- XV - licença paternidade;
- XVI - licença para concorrer a cargo eletivo ou para dirigente sindical.

Parágrafo Único - Não se inclui no prazo de licença especial o período de férias regulamentares.

Art. 99 - Não podem gozar licença especial simultaneamente, o responsável pela unidade e seu substituto, hipótese em que terá preferência quem requerer em primeiro lugar ou, quando requerida ao mesmo tempo, aquele que tenha mais tempo de serviço.

§ 1º - Na mesma repartição não poderão gozar licença especial, simultaneamente, auditores fiscais em número superior à sexta parte do total do respectivo quadro de lotação.

§ 2º - Se, na repartição, o número de auditores fiscais for inferior a seis, somente um deles poderá entrar no gozo da licença e, em ambos os casos, a preferência será estabelecida na forma prevista neste artigo.

Seção X

Da Licença para Frequência a Cursos de Aperfeiçoamento

Art. 100 - Poderá ser concedida licença, com remuneração integral, ao auditor fiscal matriculado em curso de aperfeiçoamento, inclusive nos de pós-graduação, a realizar-se fora da cidade onde exerce suas funções.

§ 1º - O aperfeiçoamento deverá visar o melhor aproveitamento no serviço público.

§ 2º - Realizando-se o curso na mesma localidade da lotação do auditor fiscal, ou em outra de fácil acesso, será concedida simples dispensa do expediente pelo tempo necessário à frequência regular ao curso.

§ 3º - Se o auditor fiscal, após o período de dois anos da conclusão do curso de que trata o *caput* deste artigo, pedir exoneração ou for demitido, deverá ressarcir integralmente as despesas havidas pelo erário para realização do curso de aperfeiçoamento.

Seção XI

Da Licença Paternidade

Art. 101 - É assegurado ao auditor fiscal a licença paternidade, com remuneração integral.

Capítulo IV

Dos Deveres E Proibições

Seção I

Deveres

Art. 102 - São deveres do auditor fiscal, além de outros previstos na legislação referente aos funcionários civis do Estado:

I - assiduidade;

II - pontualidade;

III - urbanidade;

IV - guarda de sigilo sobre informações de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função e que, por força de lei, tenham caráter sigiloso;

V - lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas a que servir;

VI - cumprimento das normas legais e regulamentares;

VII - providências na esfera de suas atribuições, para coibir a evasão de tributos;

VIII - eficiência;

IX - adoção, nos limites de suas atribuições, de providências cabíveis em face de irregularidades de que tenha conhecimento, ou que ocorram nos serviços a seu cargo, levando-as ao conhecimento da autoridade competente, por escrito;

X - zelo pelas prerrogativas e respeitabilidade da classe da organização a que pertence;

XI - frequência em cursos para aperfeiçoamento;

XII - submissão a inspeção médica determinada pela autoridade competente;

XIII - aceitação dos encargos inerentes à carreira, exceção feita aos de confiança;

XIV - obediência às normas superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

XV - comparecimento às horas de trabalho ordinário e às de extraordinário, quando convocado;

XVI - providência para que esteja sempre em ordem no assentamento individual sua declaração de família e declaração de bens;

XVII - zelo pela economia e conservação do material que lhe for confiado.

Seção II

Das Proibições

Art. 103 - Ao auditor fiscal, além das demais vedações previstas na legislação referente aos funcionários civis do Estado, é proibido:

I - exercer cumulativamente dois ou mais cargos ou funções públicas, salvo as exceções permitidas em lei;

II - exercer atividade comercial ou participar de sociedade empresarial exceto como acionista ou quotista;

III - retirar, modificar ou substituir indevidamente qualquer documento com o fim de criar direito ou obrigação, ou de alterar a verdade dos fatos ou apresentar documento falso com idêntico objetivo;

IV - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade do cargo ou função;

V - valer-se de sua qualidade de autor fiscal para melhor desempenhar atividade estranha às suas funções em detrimento do serviço público ou de lograr qualquer proveito, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa;

VI - revelar fato ou informação, que deva guardar em sigilo, do qual teve ciência em razão do cargo ou função, salvo quando se trata de depoimento em processo judicial, policial ou administrativo;

VII - coagir ou aliciar subordinados com o objetivo de natureza partidária;

VIII - praticar a usura em qualquer de suas formas;

IX - patrocinar interesse privado, em detrimento do interesse público, perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de auditor fiscal;

X - receber vantagem de qualquer espécie, não prevista em lei, em razão do cargo ou função;

XI - confiar a pessoa estranha ao serviço do Estado, salvo nos casos previstos em lei, desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados;

XII - empregar materiais e bens do Estado em serviço particular, ou, sem autorização da autoridade competente, retirar objetos de órgãos estaduais;

XIII - reter, além dos prazos necessários à execução do serviço fiscal, livros e documentos de contribuintes.

Capítulo V

Das Penalidades

Art. 104 - São penas disciplinares:

I - repreensão;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Art. 105 - Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para o serviço público e a reincidência.

Art. 106 - São cabíveis as seguintes penas disciplinares:

I - repreensão, aplicada reservadamente e por escrito, no caso de negligência, desobediência às determinações e instruções superiores, ou na falta de cumprimento dos deveres;

II - suspensão, que não excederá a noventa dias, aplicada nos casos:

a) de infração às proibições não sujeitas à demissão;

b) de reincidência em falta que tenha resultado em pena de repreensão;

c) previsto no § 3º do art. 26 e no art. 73.

III - demissão, aplicada nos casos de:

a) falta disciplinar grave prevista também como crime contra a administração pública;

b) abandono de cargo ou inassiduidade habitual;

c) insubordinação grave em serviço;

d) dano causado pela revelação de segredo, protegido por lei, de que tenha conhecimento em razão do cargo ou função;

e) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio do Estado;

f) que tratam o § 3º do art. 26 e o art. 73.

§ 1º - Considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, intencional, por mais de trinta dias consecutivos.

§ 2º - Considera-se inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante um período de doze meses.

§ 3º - Considera-se reincidência a segunda falta disciplinar cometida antes de transcorridos dois anos da aplicação da pena anterior em caráter definitivo.

§ 4º - O auditor fiscal suspenso perderá as vantagens decorrentes do exercício do cargo, enquanto durar a suspensão.

Art. 107 - A decisão administrativa, que aplicar a sanção, mencionará o dispositivo legal em que se enquadrar, motivando a gradação da penalidade aplicada.

Art. 108 - São competentes para aplicação das penalidades disciplinares:

I - o secretário de Estado da Fazenda, no caso de repreensão e suspensão;

II - o chefe do Poder Executivo, privativamente, nos casos das penalidades de demissões ou cassação de aposentadoria e de disponibilidade.

Parágrafo Único - A mesma autoridade que aplicar a penalidade, ou autoridade superior, poderá torná-la sem efeito.

Art. 109 - Deverão constar do assentamento individual as penas impostas ao auditor fiscal, até o decurso do prazo constante do § 3º do art. 104.

Art. 110 - Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade se ficar provado que o auditor fiscal, durante o exercício do cargo, praticara falta que teria sido punida com demissão.

Parágrafo Único - Será igualmente cassada a disponibilidade ao auditor fiscal que não assumir, no prazo legal, o exercício do cargo ou função em que for aproveitado, contando as eventuais ausências injustificadas, em caso de não assunção tempestiva, como faltas ao serviço.

Capítulo VI

Procedimento Administrativo

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 111 - A autoridade que tiver conhecimento de fato irregular no serviço público, em sua esfera de competência, deverá, motivadamente, instaurar procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - mediante sindicância para:

- a) definição da existência do fato irregular;
- b) determinação da presunção de autoria;
- c) indicação do possível dispositivo legal infringido;

II - mediante processo disciplinar quando a sindicância concluir pela abertura do processo, ou quando os requisitos do inciso anterior forem provados documentalmente ou confessados.

Art. 112 - Será verificado obrigatoriamente o fato irregular, objeto de denúncia escrita ou reduzida a termo e assinada, que contiver a qualificação do denunciante, as informações sobre o fato e a sua autoria, e a indicação de provas, na forma do parecer do Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 113 - São competentes para instauração de sindicância:

I - o diretor da Coordenação da Receita do Estado;

II - os delegados regionais nas respectivas delegacias.

Art. 114 - O secretário de Estado da Fazenda é a autoridade competente para instauração de Processo Administrativo Disciplinar e de Processo Administrativo de Avaliação de Desempenho, ouvido o Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 115 - Serão assegurados transporte e diárias ao auditor fiscal cujo deslocamento seja necessário para solução do processo ou da sindicância.

Seção II

Da Sindicância

Art. 116 - Para compor a comissão de sindicância, serão designados três auditores fiscais, indicando-se, entre estes, o presidente.

Parágrafo Único - O presidente da comissão de sindicância designará o membro que irá secretariá-la.

Art. 117 - Os integrantes da comissão de sindicância deverão iniciá-la até o quinto dia útil após a ciência pessoal do ato de instauração.

Art. 118 - O prazo para conclusão da sindicância será de trinta dias, prorrogável, motivadamente, no máximo por igual período, mediante ciência da autoridade que a tenha determinado.

Art. 119 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento;

II - instauração de processo disciplinar.

Art. 120 - A inexistência de um dos requisitos do inciso I do artigo 111 implicará no arquivamento da sindicância, podendo, contudo, ser renovada a qualquer tempo, observado o prazo prescricional.

Art. 121 - O Conselho Superior dos Auditores Fiscais analisará o parecer da comissão de sindicância e proporá ao secretário de Estado da Fazenda, o arquivamento ou a abertura de Processo Administrativo Disciplinar.

Seção III

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 122 - O Processo Administrativo Disciplinar destina-se a apurar responsabilidade de auditor fiscal por infração relacionada ao exercício de suas atribuições, instruído desde logo pelos autos da sindicância ou pelo relato da irregularidade constatada.

Parágrafo Único - O secretário de Estado da Fazenda poderá determinar o afastamento do auditor fiscal, se assim entender necessário, para que não interfira no andamento do Processo Administrativo Disciplinar, sem prejuízo da remuneração.

Art. 123 - O ato instaurador do processo disciplinar designará, para compor a comissão processante, três auditores fiscais estáveis, de classe igual ou superior à do suposto autor do fato tido como irregular, sendo o seu presidente indicado no mesmo ato.

Art. 124 - O presidente poderá indicar o secretário entre os membros da comissão, ou outro auditor fiscal, mediante compromisso legal.

Art. 125 - Os integrantes da comissão de processo disciplinar deverão iniciar os trabalhos até o quinto dia útil após a ciência pessoal do ato de instauração.

Art. 126 - O prazo para a conclusão do processo é de noventa dias contados da ciência do indiciado, prorrogável, motivadamente, por igual período, mediante notificação à autoridade que o tenha instaurado.

§ 1º - A não observância do prazo para a conclusão do processo não acarretará a sua nulidade, importando, porém, em responsabilização dos membros da Comissão.

§ 2º - A autoridade administrativa que instaurou o processo poderá autorizar o seu sobrestamento temporário, para solução de questão que extrapole a competência da comissão e da qual dependa a sua conclusão, ficando o prazo prescricional sujeito ao contido no § 1º do artigo 139.

Art. 127 - O processo administrativo disciplinar desenvolver-se-á conforme segue:

I - lavrar-se-á termo de indicação contendo a descrição pormenorizada da irregularidade cometida, em tese, com o respectivo dispositivo legal infringido, bem como a penalidade a que está sujeito o indiciado, com base no parecer da sindicância, ou com base nos respectivos documentos, se o fato irregular for confessado ou provado;

II - dar-se-á ciência do termo de indicação ao indiciado, constando recibo da cópia do termo e demais anexos, com notificação para entrega de defesa prévia, em que apresente as provas de que dispuser, requeira perícias e diligências, arrole testemunhas de defesa, no máximo oito, concedendo-se-lhe prazo de dez dias a contar da data da ciência;

III - na hipótese de haver dois ou mais indiciados, o prazo a que se refere o inciso anterior será comum e de vinte dias;

IV - caso o indiciado não apresente defesa prévia nomear-se-á defensor dativo, pertencente à classe fiscal, bacharel em direito, com renovação do prazo;

V - notificar-se-ão as testemunhas arroladas pela comissão processante e pelos indiciados, marcando-se data, hora e local para oitivas;

VI - a comissão ou o indiciado poderão desistir de ouvir testemunhas arroladas, caso em que, sendo de defesa, deverá constar do processo declaração expressa neste sentido;

VII - se as testemunhas de defesa não forem encontradas e o indiciado, após cientificado, não indicar outras, dentro de três dias, prosseguir-se-á nos termos do processo;

VIII - ouvir-se-ão, primeiramente, as testemunhas convocadas pela comissão processante e depois as indicadas pelo indiciado;

IX - na hipótese de depoimentos contraditórios, ou que se infirmem, proceder-se-á acareação entre os depoentes;

X - concluída a inquirição das testemunhas, promover-se-á o interrogatório do indiciado, separadamente, se for mais de um;

XI - notificar-se-á o indiciado das datas das oitivas e do interrogatório, com antecedência mínima de três dias úteis;

XII - o procurador dos indiciados poderá assistir à inquirição de testemunhas e ao interrogatório, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão;

XIII - terminada a fase das oitivas, o indiciado terá três dias úteis após o interrogatório para complementar os pedidos de perícias e diligências;

XIV - a comissão processante decidirá, no prazo de três dias após a juntada do requerimento, se os pedidos de perícias e diligências não visam a produzir efeito meramente protelatório, cientificando o indiciado desta decisão, ou determinando a realização do requerido;

XV - a comissão, igualmente, poderá determinar perícias e diligências para deslinde das questões suscitadas;

XVI - o indiciado, ou o procurador devidamente habilitado, terá direito a vistas dos autos em qualquer momento do processo;

XVII - esgotado o prazo mencionado no inciso XIII, sem requerimento de perícias ou diligências, ou concluídas as diligências requeridas e ordenadas, assim como atendido o pedido de reinquirição de testemunhas, serão abertas vistas do processo ao indiciado, para que apresente, no prazo de dez dias, as alegações finais;

XVIII - a comissão elaborará relatório com parecer conclusivo, no qual resumirá as principais peças do processo e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção;

XIX - reconhecida a responsabilidade, a comissão consignará no parecer o dispositivo legal infringido, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, conforme artigo 105, e a penalidade que entende cabível, motivadamente;

XX - se no curso do processo houver elementos de convicção que permitam concluir por fato irregular diverso do contido no Termo de Indicação, será expedido novo Termo cientificando o indiciado para que, no prazo de oito dias, manifeste-se e, se quiser, produza provas, podendo ser ouvidas até três testemunhas, reabrindo-se os demais prazos subsequentes.

XXI - ao auditor fiscal que for indiciado no curso do processo, garantir-se-á a reabertura dos prazos e a aplicação dos procedimentos previstos nesta seção;

XXII - após elaborado o termo de encerramento, o processo será remetido ao Conselho Superior dos Auditores Fiscais.

Art. 128 - O Conselho Superior dos Auditores Fiscais procederá à análise do processo, bem como ao seu saneamento, em sendo o caso, ou emitirá parecer conclu-

sivo e remeterá o processo para decisão da autoridade que o instaurou.

Seção IV Do Pedido de Reconsideração

Art. 129 - É cabível pedido de reconsideração em procedimento administrativo, no prazo de trinta dias contados da ciência do ato, que será dirigido à autoridade que tenha proferido a decisão.

Art. 130 - Do pedido de reconsideração não poderá resultar agravamento da situação.

Seção V Da Revisão

Art. 131 - Os processos administrativos disciplinares de que resultem sanções poderão ser revisados a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes, suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

§ 1º - Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

§ 2º - A revisão processar-se-á em apenso ao processo originário.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da pena.

Art. 132 - O pedido de revisão deverá indicar as provas que se pretende produzir e o rol de testemunhas, se for o caso.

Art. 133 - O requerimento, devidamente instruído, será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, que decidirá sobre o pedido.

Parágrafo Único - Deferida a revisão, o chefe do Poder Executivo encaminhará o requerimento à Secretaria de Estado da Fazenda para designação de comissão revisora.

Art. 134 - O secretário de Estado da Fazenda designará três auditores fiscais estáveis, que não tenham atuado em qualquer fase do procedimento anterior, de classe igual ou superior à do requerente, para compor a comissão, indicando o seu presidente no mesmo ato.

Art. 135 - A comissão deverá encaminhar parecer conclusivo ao chefe do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, prorrogável motivadamente por, no máximo, igual prazo.

Art. 136 - A decisão da revisão poderá tornar sem efeito a pena aplicada ou aplicará a de menor gradação, restabelecendo-se os direitos por ela atingidos.

Art. 137 - Aplicam-se, subsidiariamente, as regras do processo administrativo disciplinar à revisão.

Seção VI Da Prescrição

Art. 138 - Prescreverá:

I - em um ano, a falta punível com repreensão;

II - em dois anos, a falta punível com suspensão;

III - em quatro anos, a falta punível com demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Parágrafo Único - Se a falta também for prevista na lei penal como crime, prescreverá com este.

Art. 139 - A prescrição começa a contar:

I - no dia em que a falta for cometida;

II - nas faltas continuadas ou permanentes, no dia em que tiver cessado a continuação ou permanência.

§ 1º O curso da prescrição suspende-se na hipótese do § 2º do artigo 126, voltado a correr no dia em que a autoridade administrativa for cientificada da solução da questão que justificara o sobrestamento do processo ou pelo decurso do prazo de um ano, prorrogável por igual período, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

§ 2º - O curso da prescrição interrompe-se na data da instauração de Processo Administrativo Disciplinar e na data da publicação da decisão recorrível.

Capítulo VII

Do Conselho Superior dos Auditores Fiscais

Art. 140 - O Conselho Superior dos Auditores Fiscais, diretamente subordinado ao secretário de Estado da Fazenda, é o órgão encarregado de coordenar o Procedimento Administrativo Disciplinar e a Avaliação de Desempenho, bem como de receber denúncia de aspecto disciplinar.

Art. 141 - O Conselho Superior dos Auditores Fiscais será composto por cinco auditores fiscais, nomeados pelo secretário de Estado da Fazenda, da seguinte forma:

I - o presidente, indicado pelo Secretário de Estado da Fazenda;

II - dois auditores fiscais, indicados em lista sêxtupla do diretor da Coordenação da Receita do Estado;

III - dois auditores fiscais indicados em lista sêxtupla da entidade da classe.

Parágrafo Único - O Conselho dos Auditores Fiscais terá mandato de dois anos, podendo ser reconduzido.

Art. 142 - Serão nomeados como suplentes dois auditores fiscais das respectivas listas sêxtuplas, que atuarão nos impedimentos dos respectivos titulares.

Art. 143 - Ao Conselho Superior dos Auditores Fiscais compete:

I - propor aprimoramento de procedimentos;

II - regulamentar e coordenar o processo de avaliação de desempenho, em conformidade com o artigo 39 desta Lei Complementar, bem como as avaliações de desempenho de que trata a Constituição Federal, artigo 41;

III - determinar o saneamento, se for o caso, e emitir parecer em processo administrativo disciplinar, para remessa à autoridade competente;

IV - indicar ao setor competente as necessidades de treinamento detectadas, inclusive as decorrentes das avaliações de desempenho;

V - elaborar, em conjunto com a Assessoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos, cronograma, com todas as fases da avaliação de desempenho, coordenado com o procedimento de promoção;

VI - elaborar e encaminhar ao secretário de Estado da Fazenda listagem dos auditores fiscais aptos à promoção.

VII - apreciar, em grau de recurso, a remoção de ofício de que trata o artigo 34, inciso III;

VIII - pronunciar-se sobre os afastamentos disciplinares;

IX - propor ao secretário de Estado da Fazenda a abertura de concurso de ingresso na carreira de auditor fiscal;

X - organizar e promover o concurso para ingresso na carreira de auditor fiscal;

XI - realizar estudos técnicos visando a melhoria da carreira de auditor fiscal;

XII - outras atividades pertinentes, inclusive decisão nos processos disciplinares por delegação da autoridade competente.

Parágrafo Único - Compete ao Conselho de Auditores Fiscais promover e compatibilização do processo de avaliação de desempenho previsto nesta Lei Complementar, com o previsto no artigo 41, § 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 144 - O regimento do Conselho Superior dos Auditores Fiscais será estabelecido por Ato do secretário de Estado da Fazenda.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 145 - A transposição das séries de classes vigentes até então para as classes de que trata o artigo 7º desta lei, dar-se-á da seguinte forma:

I - os agentes fiscais 3-A serão enquadrados na classe de auditor fiscal "C" - AF-C;

II - os agentes fiscais 3-B serão enquadrados na classe de auditor fiscal "D" - AF-D;

III - os agentes fiscais 3-C serão enquadrados na classe de auditor fiscal "E" - AF-E;

IV - os agentes fiscais 2-A serão enquadrados na classe de auditor fiscal "F" - AF-F;

V - os agentes fiscais 2-B serão enquadrados na classe de auditor fiscal "F" - AF-F;

VI - os agentes fiscais 2-C serão enquadrados na classe de auditor fiscal "F" - AF-F;

VII - os agentes fiscais 1-A serão enquadrados na classe de auditor fiscal "G" - AF-G;

VIII - os agentes fiscais 1-B serão enquadrados na classe de auditor fiscal "H" - AF-H;

IX - os agentes fiscais 1-C serão enquadrados na classe de auditor fiscal "I" - AF-I;

§ 1º - Serão preservados os direitos de promoção não contemplados no ato de transposição de que trata este artigo.

§ 2º - A transformação de que trata este artigo aplicar-se-á também aos auditores fiscais aposentados e pensionistas.

§ 3º - Os agentes fiscais que se encontram em estágio probatório serão enquadrados na classe inicial da carreira.

Art. 146 - Fica criada a classe de auditor fiscal "4", destinada a enquadrar os agentes fiscais 4 - AF-4, que não terá novo provimento e extinguir-se-á tão logo fique totalmente vaga.

Art. 147 - Fica vedada ao auditor fiscal que não tiver o grau de escolaridade superior a participação em processo de promoção, enquanto não comprovada a conclusão do curso superior.

Art. 148 - Esta lei será revista após dois anos de sua vigência, mediante comissão paritária composta de representantes da administração e da classe nomeada pelo secretário de Estado da Fazenda.

Art. 149 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, mantendo-se a atual estrutura remuneratória e revogando as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1886

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a preferência para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 028/2001, item 02 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 1906

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno,

REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 02.07.2002
(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1901

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam destacadas as emendas de Plenário, números 22 a 30, para que sejam apreciadas separadamente.

O referido pedido se justifica tendo em vista a peculiaridade do conteúdo das citadas emendas em relação às demais.

Sala das Sessões, em 02.07.2002
(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Serafina Carilho, Augustinho Zucchi, Nereu Moura e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 1912

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, destaque para a Emenda nº 61 ao Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do deputado Ricardo Chab.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.07.2002
(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1913

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos em bloco das emendas de Plenário de nºs 01, 02, 04, 05, 08, 09, 12, 15 a 26, 28, 31, 34, 36 a 54, 56 a 62 ao Projeto de Lei nº 386/2002.

Sala das Sessões, em 02.07.2002
(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1914-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco das emendas de Plenário de nºs 03, 06, 07, 10, 11, 13, 14, 27, 30, 32, 33, 35, 55 e 63 ao Projeto de Lei nº 386/2002.

Sala das Sessões, em 02.07.2002
(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1874

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 341/2002, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 13.529, de 26 de abril de 2002, que autoriza o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação para a Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz - PR, de uma área de terras de sua propriedade, situado na cidade de Barbosa Ferraz, com área total de 20.340m², devidamente matriculado sob o nº 7.049, do Livro 3-F do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão, conforme orientação da Diretoria Legislativa desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.07.2002
(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 503/2002, por cinco Sessões.

Sala das Sessões, em 02.07.2002
(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 1910

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 05 (cinco) Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 505/2002, de minha autoria, da presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 02.07.2002
(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1868

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER a realização de Sessão Especial em homenagem aos jogadores paranaenses José Kleberson Pereira, Rogério Ceni, Juliano Haus Beletti e Ricardo Luiz Pozzi Rodrigues que atuaram na Copa do Mundo, como também à Rádio Paiquerê de Londrina, pela transmissão simultânea, em 07/08/2002 - quarta-feira, às 17h00.

Sala das Sessões, em 02.07.2002
(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Sessão Especial justifica-se pela rara oportunidade de reunir os jogadores nascidos no Estado, estando hoje em diferentes clubes do país, representando tão bem a criatividade, a habilidade, a inteligência e astúcia da alma brasileira.

Também é justa a homenagem pela possibilidade de uní-los mais uma vez, depois de levar a Seleção Brasi-

leira ao penta, e o reconhecimento do nosso futebol pelo mundo inteiro.

Hoje cada jogador defendeu seu clube, no Brasil. Quem sabe, poderão estar no exterior, mas sempre carregando o Paraná no coração e mantendo suas raízes em nossas terras, continuando aqui com seus queridos familiares e amigos fraternos.

É importante deixar registrado que todos os acontecimentos da Copa do Mundo foram acompanhados e detalhados pela Rádio Paiquerê, única emissora do Paraná que transmitiu ao vivo da Coreia e Japão, qualificando a rádio do nosso Estado, pela competência e ousadia.

A Rádio Paiquerê formou “cadeia” retransmitindo suas narrações para 56 outras emissoras de 15 Estados brasileiros.

REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, que o Pequeno Expediente e Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 06 de agosto de 2002, sejam destinados à Sessão Especial em comemoração aos 148 anos de criação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 1900

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente REQUERER instalação de sessão solene de homenagem aos atletas profissionais de futebol José Kléberson Pereira, Juliano Haus Beletti, Ricardo Luís Pozzi Rodrigues e Rogério Ceni, paranaenses que participaram da Seleção Brasileira de Futebol que conquistou o quinto título mundial da Copa do Mundo de Futebol, organizado pela FIFA e ocorrido no mês de junho na Coreia do Sul e no Japão.

A Sessão será realizada no retorno dos trabalhos legislativos em agosto de 2002, em dia e horário a ser fixado.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

A conquista do penta campeonato de futebol profissional é fato inédito na história do esporte. Apenas o Brasil, país do futebol conseguiu a façanha de vencer o torneio organizado desde 1930 por 5 vezes.

Nesta especial conquista cinco paranaenses fizeram parte do elenco que brilhantemente conquistou a Copa do Mundo, o que nos leva a homenageá-los em Sessão Solene pelo mérito de terem participado efetivamente na campanha vencedora do melhor futebol do mundo.

Desta forma, contamos com a compreensão dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1905

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que o item 11, Projeto de Lei nº 386/2002, seja o último a ser votado na presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a prorrogação da presente Sessão por mais duas horas.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1880

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, vem mui respeitosamente REQUERER votos de pesar aos familiares e a toda comunidade espírita brasileira e paranaense pela passagem de Francisco Cândido Xavier, o médium Chico Xavier, falecido em Uberaba, Estado de Minas Gerais, aos 29 dias do mês de junho de 2002. A comunicação deverá ser encaminhada à Federação Espírita do Paraná, com sede à Alameda Cabral, 300, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

“Se nós pudéssemos colocar uma legenda na frente de cada conjunto residencial, de cada cidade, de cada aldeia, de cada grande metrópole, de cada grande capital do progresso humano, se nós pudéssemos e tivéssemos bastante autoridade para isso, escolheríamos aquela frase de nosso Senhor Jesus Cristo quando Ele nos disse: “Amai-vos uns aos outros como eu vos amei”.

“Tenho aprendido com os benfeitores espirituais que a paz é a doação que podemos oferecer aos outros, sem tê-la pra nós mesmos”.

“Berço e túmulo são simples marcos de uma condição para outra”.

Chico Xavier (1910-2002)

Francisco Cândido Xavier, o médium Chico Xavier, há anos vinha lutando contra sérios problemas cardíacos e pulmonares. Devido a idade avançada, as complicações vinham se agravando e levando Chico a internações cada vez mais constantes. Chegou a ficar quase dois anos sem fazer o que mais gostava: atender o

público no Centro Espírita Casa da Prece, em Uberaba, um templo onde o espírita recebia mensagens.

Nos últimos tempos retornou ao trabalho, e apesar das dificuldades em caminhar, não faltava às reuniões de sábado à noite. Porém, aos 92 anos e enfraquecido, não resistiu e passou.

Nascido em 02 de abril de 1910, na cidade mineira de Pedro Leopoldo, região metropolitana de Belo Horizonte, Chico Xavier teve uma infância difícil. Foi caixeiro de armazém e funcionário público, se aposentando em 1958. Aos cinco anos de idade perdeu a mãe, Maria João de Deus. O pai, João Cândido Xavier, faleceu em 1960.

Segundo a Federação Espírita do Brasil, Chico Xavier participou de sua primeira reunião espírita em 07 de maio de 1927, aos 17 anos. Iniciou publicamente seu mandato mediúnico em 08 de julho do mesmo ano, quando recebeu as primeiras páginas mediúnicas.

Até 1931, recebeu muitas poesias e mensagens. Várias foram divulgadas em jornais e revistas à revelia do médium, como de autoria de F. Xavier. Nesse mesmo ano ele vê pela primeira vez o Espírito Emmanuel, seu inseparável mentor espiritual. A partir daí, Pedro Leopoldo, sua cidade natal, passa a ficar conhecida nacionalmente com as notícias sobre as sessões mediúnicas de Chico Xavier.

Em julho de 1932, lança seu primeiro livro, “Parnaso de Além-túmulo”, fruto das poesias recebidas durante os anos passados. O livro, por si só, valia pelo mais legítimo dos documentos, validando-lhe o instrumental mediúnico, o mais completo e seguro que o Espiritismo tem tido para lhe revelar as verdades, inclusive o intercâmbio das idéias entre os dois Mundos.

Chico Xavier é autor de mais de 400 livros, lançados por editores espíritas e traduzidos para vários idiomas. Recebera romances, livros e mais livros, versando sobre assuntos filosóficos, científicos e, sobretudo, realçando o espírito da letra dos Evangelhos, escrevendo e traduzindo, de forma clara e precisa, as lições consoladoras e imortais do Livro da Vida.

Os direitos autorais de seus livros publicados são cedidos gratuitamente às editoras espíritas ou a quaisquer outras entidades. Quanto à fortuna material, ele continuou tão pobre como sempre foi. Vivia apenas dos proventos de sua aposentadoria. Do ponto de vista espiritual, cada dia que passou, Chico tornou-se um homem cada vez mais rico: multiplicou os talentos que o Senhor lhe confiou através de seu trabalho, da sua perseverança e da sua humildade.

Em 1981, cerca de 10 milhões de brasileiros assinaram manifestos para que ele recebesse o Prêmio Nobel da Paz.

Sem dúvida alguma, foi o maior e mais prolífico médium psicógrafo do mundo em todas as épocas.

REQUERIMENTO Nº 1869

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado a José Kléberson Pereira, votos de congratulações pela participação e importância do seu futebol na conquista do penta-campeonato mundial, realizado na Coreia/Japão.

Se dê ciência na Rua Goiás, nº 460 - Bairro Água Verde - CEP.: 80620-060 - Curitiba-PR, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

As convocações e as participações dos jogadores paranaenses na Copa do Mundo da Coreia/Japão, representam a confirmação do desenvolvimento do futebol do nosso Estado.

As presenças dos “Filhos da Terra” na Copa levam também o nome do Paraná a milhões de torcedores do mundo e reafirma que nosso Estado está tornando-se um celeiro de craques que em futuro breve dará à torcida brasileira maiores alegrias pelos campos do mundo afora, contribuindo sobremaneira para a conquista do penta, transformando-se em referencial de luta, competência e dedicação para superação dos problemas e dos próprios adversários.

Portanto, senhores parlamentares, solicito o apoio para o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1870

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado a Rogério Ceni, votos de congratulações pela participação e importância do seu futebol na conquista do penta-campeonato mundial, realizado na Coreia/Japão.

Se dê ciência à sede do São Paulo Futebol Clube, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

As convocações e as participações dos jogadores paranaenses na Copa do Mundo da Coreia/Japão, representam a confirmação do desenvolvimento do futebol do nosso Estado.

As presenças dos “Filhos da Terra” na Copa levam também o nome do Paraná a milhões de torcedores do mundo e reafirma que nosso Estado está tornando-se um celeiro de craques que em futuro breve dará à torcida brasileira maiores alegrias pelos campos do mundo afora, contribuindo sobremaneira para a conquista do penta, transformando-se em referencial de luta, competência e dedicação para superação dos problemas e dos próprios adversários.

Portanto, senhores parlamentares, solicito o apoio para o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1871

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado a Julião Haus Beletti, votos de congratulações pela participação e importância do seu futebol na conquista do penta-campeonato mundial, realizado na Coreia/Japão.

Se dê ciência na Rua Maranhão, nº 435 - CEP: 85801-050 - Cascavel-PR, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

As convocações e as participações dos jogadores paranaenses na Copa do Mundo da Coreia/Japão, representam a confirmação do desenvolvimento do futebol do nosso Estado.

As presenças dos "Filhos da Terra" na Copa levam também o nome do Paraná a milhões de torcedores do mundo e reafirma que nosso Estado está tornando-se um celeiro de craques que em futuro breve dará à torcida brasileira maiores alegrias pelos campos do mundo afora, contribuindo sobremaneira para a conquista do penta, transformando-se em referencial de luta, competência e dedicação para superação dos problemas e dos próprios adversários.

Portanto, senhores parlamentares, solicito o apoio para o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1872

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado a Ricardo Luiz Pozzi Rodrigues, votos de congratulações pela participação e importância do seu futebol na conquista do penta-campeonato mundial, realizado na Coreia/Japão.

Se dê ciência na Rua Pe. Agostinho, nº 2882 - Portal do Lago - Ed. Barigüi - CEP: 87710-000 - Curitiba-PR, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

As convocações e as participações dos jogadores paranaenses na Copa do Mundo da Coreia/Japão, representam a confirmação do desenvolvimento do futebol do nosso Estado.

As presenças dos "Filhos da Terra" na Copa levam também o nome do Paraná a milhões de torcedores do mundo e reafirma que nosso Estado está tornando-se um celeiro de craques que em futuro breve dará à torcida brasileira maiores alegrias pelos campos do mundo afora, contribuindo sobremaneira para a conquista do penta,

transformando-se em referencial de luta, competência e dedicação para superação dos problemas e dos próprios adversários.

Portanto, senhores parlamentares, solicito o apoio para o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1875

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao jornal O Diário do Norte do Paraná, pelos 28 anos de sua fundação.

Outrossim requer comunicação do feito ao jornal O Diário do Norte do Paraná, na Av. Mauá, 1988 - CEP 87050-020, Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O grandioso jornal O Diário do Norte do Paraná há 28 anos vem prestando grandes serviços para todos os paranaenses.

Estes serviços vão desde a prestação de informações até a promoção de vários eventos de caráter social.

Através deste maravilhoso jornal, todos nós ficamos sabendo de informações dos mais variados tipos, pois onde a notícia se encontra junto dela está o jornal O Diário.

Este periódico já vem informando a população paranaense há quase três décadas e contamos que isso se estenda a muitas décadas, pois não há nada melhor do que a notícia para deixar o homem informado de seu mundo e buscar soluções para mudá-lo.

São estas as razões do presente requerimento.

(a) RICARDO MAIA

REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Rotary Club de Reserva, alusivo à posse do novo Conselho Diretor, Gestão 2002/2003, que será realizado no dia 05 de julho, em Reserva.

Requer, ainda que do presente se dê ciência à senhora presidente, Clara Maria Florenzano Montanha e demais empossados, a ser encaminhado à Rua Amandio Sedelack, nº 111 - CEP 84320-000 - Reserva - Paraná.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1882

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de voto de congratula-

ções a José Kleberson Pereira pela conquista do Pentacampeonato da Seleção Brasileira.

Requer, ainda, que seja dada ciência ao homenageado através do envio de correspondência, no endereço: rua Goiás, 460 ap. 62 - Curitiba-Paraná- CEP 80620-060.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1883

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de voto de congratulações a Loja Maçônica Novos Caminhos, alusivos a sua fundação ocorrida em 24 de junho do corrente.

Requer, ainda, que se dê ciência aos seus dirigentes, através do envio de correspondência a ser encaminhada à Rua Brigadeiro Franco, 4173 - CEP 80220-100, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1884

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações a todos os diretores do Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba/PR.

O referido hospital foi a única entidade do Paraná a ter o seu trabalho indicado, entre os cinco finalistas do prêmio Criança 2002, promovido pela Fundação Abrinq, na categoria Saúde do Bebê e da Gestante, com o Programa Família Participante.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos diretores da entidade, por meio de correspondência a ser encaminhada à senhora Ety Cristina Forte Carneiro, diretora de Relações Institucionais, Rua Desembargador Motta, 1070, Água Verde, CEP 80250-060- Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 02 de julho de 2002

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 1891

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos à Fundepar, pela comemoração do Jubileu de 40 anos.

Outrossim, requer comunicação do feito à Fundepar.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, há 40 anos vem prestando grandes serviços para todos os paranaenses, estes serviços sempre visando o bem comum e o progresso do nosso Estado.

Através deste grandioso instituto, todos nós somos beneficiados, pois a educação é algo de primordial para qualquer pessoa. O Jubileu de 40 anos é algo muito importante para qualquer instituto, pois mostra a consolidação, através das décadas, de grandiosos serviços prestados para a população.

São estas as razões do presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1904

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido votos de congratulações ao Hospital Pequeno Príncipe, através da diretora de relações institucionais, Ety Cristina Forte Carneiro, em razão da classificação como um dos 5 finalistas do Prêmio Criança 2002, promovido pela Fundação Abrinq, na categoria Saúde do Bebê e da Gestante, com o Programa Família Participante.

O Hospital Pequeno Príncipe foi a única entidade do Paraná a ter o seu trabalho indicado como finalista pela Fundação Abrinq, na premiação desse ano.

Por ser esta uma premiação de alta representatividade no ambiente do terceiro setor, essa escolha é motivo de orgulho para os cidadãos paranaenses, especialmente aqueles que conhecem o trabalho essencial do Hospital pequeno Príncipe, cujos profissionais são reconhecidos nacionalmente.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

À diretora de Relações Institucionais-

ETY CRISTINA FORTE CARNEIRO

Rua Desembargador Motta, 1070 - Água Verde
CEP 80250-060 Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 1909

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa sejam expedidos votos de congratulações aos jogadores da Seleção Brasileira de Futebol nascidos ou radicados no Paraná, Ricardo Luís Pozzi Rodrigues - Ricardinho (residente em Curitiba), Juliano Haus Belleti (nascido em Cascavel), José Kléberson Pereira (nascido em Uraí e jogador do Atlético em Curitiba), Rogério Ceni (nascido em Pato Branco), parabenizando os mesmos pela conquista do pentacampeonato, no Mundial da Coreia do Sul e do Japão.

A conquista encheu de alegria todos os brasileiros e merece a homenagem de todo o país.

Poucos eventos mobilizam tanto a população quanto a Copa do Mundo de Futebol, despertando em todos a sensação de orgulho por este país e por seu povo trabalhador e cheio de criatividade.

Há muitas críticas em relação a essa empolgação. Contudo, não podemos perder a oportunidade de comemorar cada conquista dos nossos atletas, sobretudo em se

revelando que o futebol é hoje importante caminho para jovens brasileiros, que se tornam astros mundiais.

Mesmo vivendo adversidades, o povo brasileiro não perde a alegria que a todos os povos encanta. Essa força do povo brasileiro é que impulsiona o nosso desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização ao Sr. David Dequech pela posse na presidência da Associação Comercial e Industrial de Londrina-ACIL.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Rua Minas Gerais 297 - 1º andar - Centro, CEP 86010-905 - Londrina-Paraná.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente:

Observada as disposições regimentais, o adiante nominado deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER, à Mesa seja oficiado ao presidente da República, Exmo Sr. Fernando Henrique Cardoso e aos presidentes do senador Federal e da Câmara dos Deputados, solicitando dos mesmos a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS para pagamento de mensalidades de universidades.

O desenvolvimento tecnológico e a globalização produziram mercado de trabalho cada vez mais exigente. A concorrência nos vestibulares das universidades federais é barreira quase intransponível para o trabalhador brasileiro, que enfrenta jornada de trabalho integral desde muito jovem.

A liberação do FGTS para o custeio da mensalidade da universidade permitirá a muitos cidadãos paranaenses realizar o sonho da conclusão de um curso superior. Com esse crescimento cultural, esse cidadão beneficiado poderá esperar melhoria nas condições de trabalho, com melhores salários.

O Governo Federal deve oferecer esse estímulo ao desenvolvimento do cidadão brasileiro. A história mostra que os maiores surtos de desenvolvimentistas e os grandes fenômenos conhecidos, como milagres econômicos necessariamente passaram pelo processo de sensibilização, conscientização e educação do povo, especialmente dos jovens.

Quase um quarto da população brasileira está na faixa etária de 14 a 25 anos, que responde por mais de 20% dos ocupantes dos postos de trabalho em todo o país.

A maioria dos jovens abandona os estudos precocemente para ingressar no mercado de trabalho, formal ou informal, geralmente em subempregos em condições indignas, de flagrante exploração, em idades inferiores àquela permitida pela Constituição.

Segundo o IBGE, aproximadamente 80% dos jovens residem em áreas urbanas, e dados do Ministério da Justiça demonstram que quase dois terços dos presidiários brasileiros têm entre 18 e 25 anos.

Esses indicadores levam à reflexão sobre as perspectivas de curto prazo para a implantação de um modelo educacional e de uma política de emprego que possam conferir eficácia a um processo seguro de redenção do jovem brasileiro.

Esses indicadores levam à reflexão sobre as perspectivas de curto prazo para a implantação de um modelo educacional e de uma política de emprego que possam conferir eficácia a um processo seguro de redenção do jovem brasileiro.

As medidas em favor daqueles que querem aprimoramento cultural devem ser imediatas, para que o país possa contar com essa imensa criatividade que tem o povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao presidente da Junta Comercial do Paraná, senhor João Luiz Rodrigues Biscaia, solicitando informações sobre os procedimentos adotados pelo Junta Comercial do Estado do Paraná, decorrentes das recentes alterações advindas da promulgação da Emenda Constitucional nº 12, de 17.12.2001.

O referido pedido se justifica pelo fato de que a citada Emenda Constitucional alterou o parágrafo 3º, do artigo 207, ficando com a redação: "As empresa que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras, ou atividades que provoquem outras formas de degradação ao meio ambiente de impacto significativo, deverão por ocasião do registro de seus atos constitutivos na Junta Comercial, bem como, quando da criação de novas filiais ou novos empreendimentos, apresentar a licença ambiental emitida pelo órgão competente".

Assim, face à nova disposição constitucional, a Junta Comercial do Estado do Paraná, ficou obrigada a exigir também a licença ambiental, para os citados empreendimentos, devendo para tanto adequar seus procedimentos.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 508/2002**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a transformar aulas extraordinárias em Dedicação Exclusiva ao Cargo para o pessoal do quadro próprio do magistério.

§ 1º - Para efeito desta lei, o pessoal do Quadro Próprio do Magistério, compreende:

I - Docente - aquele que exerce suas atividades em efetiva regência de classe.

II - Suporte Pedagógico Direto - aquele que exerce suas atividades de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional.

§ 2º - A Dedicação Exclusiva do Quadro Próprio do Magistério compreende jornadas de trabalho que poderá ser de até 40 (quarenta) horas semanais.

§ 3º - Em qualquer circunstância, o ingresso ou a alteração na jornada somente poderá ser efetuado com a concordância expressa do docente ou suporte pedagógico.

Art. 2º - Somente poderá optar pelo Dedicação Exclusiva o integrante do Quadro Próprio do Magistério que se encontra na situação de detentor de um único cargo de magistério.

Parágrafo Único - A Dedicação Exclusiva não se aplicará ao integrante do quadro Próprio do Magistério que, em consequência da opção venha a perceber, cumulativamente, remuneração ou proventos que ultrapassem o valor correspondente à carga horário de 40 (quarenta) horas semanais, somando ativo e inativo.

Art. 3º - As vagas para opção das jornadas de trabalho, instituídas nesta lei, serão ofertadas a nível de município, em número e local que a administração determinar. Estas vagas serão acessíveis a todos os interessados, mediante inscrição em tempo hábil, na Secretaria de Estado da Educação, conforme instruções que serão expedidas por aquela Pasta, observando-se a seguinte ordem de prioridades:

I - detentor de um cargo, que esteja ministrando aulas extraordinárias no estabelecimento onde a vaga for ofertada;

II - detentor de um cargo que esteja ministrando aulas extraordinárias.

Parágrafo Único - Obedecidas a ordem de prioridade estabelecida neste artigo e havendo dois ou mais interessados, na mesma escala de prioridade, prevalecerá, para efeito de desempate o que tenha maior tempo de serviço de magistério estadual no município, seguindo-se o

que tenha maior tempo de serviço no magistério público estadual e, por último o mais idoso.

Art. 4º - Fica instituída a Parcela de Dedicação Exclusiva que será paga em percentual calculado sobre o valor do vencimento, na referência que ocupar, acrescido dos adicionais por tempo de serviço, da seguinte forma:

I - 50% (cem por cento) para a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

II - A parcela em questão se somará ao valor do vencimento, na referência que ocupar, e aos adicionais, para efeito de cálculo.

III - O integrante perceberá a parcela tratada, enquanto estiver no exercício específico de sua opção pela dedicação exclusiva.

IV - Para efeito desta lei, entende-se por parcela de Dedicação Exclusiva o percentual calculado sobre o valor do vencimento do docente ou suporte pedagógico direto optante, acrescidos dos adicionais por tempo de serviço.

Art. 5º - O Docente ou Suporte Pedagógico de Educação optante pela Dedicação Exclusiva terá incorporada a parcela aos seus proventos de inatividade, na proporção de 1/30 (um trinta avos) para cada ano de percepção da referida parcela.

§ 1º - Para efeito de formação de proporcionalidade de que trata este artigo, será considerado também o período de tempo de percepção cumulativa com o vencimento do seu cargo:

I - de aulas extraordinárias, apurado na forma de contagem que estabelece a lei;

II - de vencimento relativo a cargo público anterior de magistério, estatutário ou regido pela Consolidação das Leis de Trabalho, do qual se tenha exonerado ou demitido.

§ 2º - Para a incorporação da parcela de que se trata o *caput* deste artigo, será também considerado o valor decorrente da proporcionalidade de jornadas desiguais ocorridas anteriormente à opção pela Dedicação Exclusiva e durante sua vigência.

Art. 6º - A remoção do profissional, optante pela Dedicação Exclusiva, obedecidas as normas desta lei, somente poderá ocorrer para vaga idêntica.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoioamento:

Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação dos professores paranaenses, visando o real comprometimento, bem como a valorização de todo o profissional de educação que opte pela Dedicação Exclusiva ao Cargo e melhoria na qualidade de Ensino Público e, principalmente, com

intuito de regulamentar a situação funcional dos docentes com aulas extraordinárias, é que elaboramos este projeto de lei.

A Dedicção Exclusiva ao Cargo está regulamentada no artigo 6º da Resolução de 03 de outubro de 1997, que fixa diretrizes para novos planos de carreira e remuneração dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os profissionais da educação há muito se empenham para elevar a qualidade de ensino. No entanto, tendo sua carga horário fragmentada em mais de um estabelecimento de ensino, torna sua situação funcional instável. Então o profissional busca mais uma profissão para poder se manter, tornando seu trabalho menos eficiente.

A Dedicção Exclusiva ao Cargo assegura ao docente ou suporte pedagógico do próprio estabelecimento de ensino, uma maior segurança no que tange ao sucesso na realização das atividades pedagógicas, beneficiando a educação e o educando.

Com a Dedicção Exclusiva o profissional trabalhará com mais afinco e o reflexo disto será visível nas avaliações como o ENEM, vestibulares e outros.

PROJETO DE LEI Nº 509/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Produtores Rurais do bairro dos Gonçalves, inscrito no CNPJ Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 02.304.919.0001-02, com sede na Estrada Paraná s/nº, no município de Goioerê-PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) EDNO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Produtores Rurais do bairro dos Gonçalves, com sede na Estrada Paraná s/nº, entidade sem fins lucrativos, de caráter social e cultural, tem como objetivos promover atividades sociais, culturais, desportivas e zelar pela qualidade de vida das pessoas necessitadas daquele bairro.

Os trabalhos desenvolvidos por essa entidade têm merecido destaque na comunidade; ressaltamos os projetos de conservação do solo que atendeu produtores rurais, atividades que beneficiaram costureiras daquela Associação e melhorias nas atividades esportivas, através de aprimoramento técnico das crianças e adolescentes.

Assim sendo, solicitamos aprovação da presente lei em função dos motivos acima expostos.

PROJETO DE LEI Nº 510/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto São José-ISJ, com sede e foro na Comarca de Peabiru-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O Instituto São José - ISJ, fundado em 08 de setembro de 1977, é pessoa jurídica de direito privado, em forma de associação sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro na cidade de Peabiru -PR. É uma associação religiosa e filantrópica de assistência educacional, cultural e social que realiza seus fins por meio de escolas, centros de juventude, internatos e semi-internatos próprios, como também em colaboração com outras entidades com os mesmos objetivos.

O Instituto São José, de fato através de creche, colégio de ensino fundamental de primeira à quarta séries, orfanato, seminário e atendimento a famílias carentes, desenvolve um trabalho importante bem conhecido na cidade de Peabiru e região, acompanhando, de uma forma ou outra, em torno de mil menores.

Por estas e tantas outras razões é que conclamamos aos nobres pares desta augusta Casa de Leis, para que dêem o seu aval a tão justo pleito.

PROJETO DE LEI Nº 511/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vicente Lopes - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vicente Lopes - Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis - PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino

e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 512/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para a Prefeitura Municipal de Goioerê, dos lotes de terras nºs 01 a 17, da quadra 114, da planta geral da cidade de Goioerê-PR, com área total de 8.346,00m2, devidamente matriculado sob o nº 8.006 do Livro 02 - Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê-PR.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal para construção de prédio destinado ao funcionamento de Escola Municipal, com quadras poliesportivas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente projeto de lei atender justa reivindicação da comunidade de Goioerê, que tem na construção dessa Escola Municipal, oportunidade singular de desenvolver aprendizado num estabelecimento público de qualidade.

Por oportuno, cabe ressaltar que os vários ciclos econômicos pelos quais passou aquela região, deixou no seu rastro sérias desigualdades sociais, relegando ao jovem filho de famílias menos abastadas pela sorte, um horizonte de poucas possibilidades, não restando a estes outras alternativas a não ser o trabalho volante ou a evasão para os grandes centros, engrossando as fileiras dos sem emprego por absoluta falta de qualificação profissional.

Por estas e tantas outras razões é que conclamamos aos nobres pares desta augusta Casa de Leis para que dêem o seu aval a tão justo pleito.

PROJETO DE LEI Nº 513/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João XXIII - Ensino Médio, com sede e foro no município de Janiópolis - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual João XXIII - Ensino Médio, com sede e foro no município de Janiópolis - PR, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 514/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual D. Pedro II - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual D. Pedro II - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Janiópolis - PR, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 515/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o dia 10 de agosto como o Dia da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná realizará todos os anos, nesta data, Sessão Solene Comemorativa do Dia da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Estado do Paraná, com 147 anos completados, é uma das mais tradicionais instituições do nosso Estado. Sua honrada corporação, muito tem feito no desempenho de suas funções, o que nos orgulha, pois a nossa Polícia Militar é reconhecida em território nacional e internacionalmente.

A escola de oficiais, responsável pela formação de seus homens é uma referência em educação e formação e abriga inclusive alunos de outros países que ali chegam atraídos pelo elevado conceito da instituição.

Da mesma forma, todos os segmentos da Polícia Militar do Paraná são alvos de inúmeros feitos, todos em benefício do povo paranaense e que merecem anualmente solene comemoração na data comemorativa da Corporação: o dia 10 de agosto.

A exemplo de outras datas importantes, estamos instituindo o Dia 10 de Agosto como do Dia da Polícia Militar do Estado do Paraná, consignando a realização de Sessão Solene anualmente para marcar a data e homenagear a corporação militar que é motivo de orgulho de todos nós paranaenses.

PROJETO DE LEI Nº 516/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de cidadão benemérito do Estado do Paraná ao senhor José Kléberson Pereira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista os dispositivos da Lei nº 13.155, de 14 de fevereiro de 2001, que restringiu a apresentação de projetos de lei com o objetivo de concessão de títulos de cidadania honorária e benemerita por partidos, estamos apresentando a presente proposição para conceder o título de cidadão benemérito somente para o Kléberson, paranaense de Uraí, que brilhou de forma magnífica na conquista do penta-campeonato mundial pela Seleção Brasileira.

Além do querido Xaropinho, campeão brasileiro pelo Clube Atlético Paranaense, entendemos que outros paranaenses mereciam tal honraria: Rogério Cene, de Pato Branco; Belleti, de Cascavel; e Ricardinho, curitibano por adoção.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para aprovação desta justa homenagem a um guri paranaense que fez sucesso em todo o mundo.

PROJETO DE LEI Nº 517/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O policial civil ou militar que apreender armamento ilegal fará jus à gratificação de 1 (um) salário mínimo mensal

Parágrafo Único - A gratificação será paga no mês subsequente à apreensão, mediante a apresentação do boletim de ocorrência.

Art. 2º - Para fazer face à despesa decorrente da execução desta lei, o chefe do Poder Executivo fica autorizado à abertura de crédito adicional suplementar.

Art. 3º - Os recursos para a abertura do crédito adicional de que trata o artigo 2º serão os provenientes de excesso de arrecadação.

Art. 4º - Após a implantação da gratificação prevista nesta lei, o Poder Executivo incluirá no orçamento-programa dotação para o pagamento da despesa.

Art. 5º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A criminalidade é assunto que a todos preocupa, sobretudo em razão da falta de perspectiva para os jovens brasileiros. Contudo, a facilidade encontrada na aquisição de armas de fogo contribui para o aumento da violência.

O Congresso Nacional vem discutindo projetos de lei que agravam a punição a quem comete crimes contra a vida. O homicídio, por exemplo, cuja pena atual varia de 6 a 20 anos, passará a ser punido com um mínimo de oito anos de prisão. Outra medida determina que a liberdade condicional para o homicídio qualificado somente será permitida depois de cumprido dois terços de pena.

A mobilização para coibir a elevação dos índices de violência deve envolver todos os níveis de governo, treinando e incentivando as polícias na repressão da criminalidade.

A gratificação proposta nesta lei tem por objetivo premiar o policial, porque reduzindo o número de armas ilegais, sem dúvida, será reduzido o número de crimes com armas de fogo.

A população precisa de presença das polícias e não de armamento para combater a criminalidade.

PROJETO DE LEI Nº 518/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao paranaense José Kléberson Pereira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O cidadão paranaense José Kléberson Pereira muito honra nosso Estado pela participação e importância do seu futebol na brilhante conquista do título de campeão da Copa do Mundo de 2002, consagrando nosso País com o pentacampeonato.

Nascido em Uraí, começou seus primeiros passos no futebol nas escolinhas do Centro Social Urbano de Ibiporã. Em seguida, iniciou treinamento do PSTC de Londrina, vindo a revelar-se para o Brasil no Clube Atlético Paranaense, quando o mesmo sagrou-se campeão brasileiro em 2001.

A partir daí, o nome de Kléberson passou a fazer parte dos comentários dos principais cronistas do país, fazendo parte também de todas as páginas esportivas dos melhores jornais do Brasil, e agora do exterior.

PROJETO DE LEI Nº 519/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado a transferência da administração dos Hospitais Universitários de Londrina, Maringá e Cascavel, que estão vinculados à Secretaria Estadual de Ensino Superior.

Art. 2º - A Secretaria de Saúde ficará responsável pela total administração dos Hospitais Universitários que faz menção o *caput* do artigo 1º.

Art. 3º - O Poder Executivo baixará as normas necessárias à implementação das regras previstas na presente lei.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

É de conhecimento público a carência de recursos que os hospitais universitários enfrentam. Os universitários que fazem uso do hospital para aprendizagem acadê-

mica reclamam constantemente da falta de materiais hospitalares, da falta de medicamentos e de vários materiais necessários para a consecução de suas atividades. A população é outra parte que constantemente reclama da falta de estrutura nesses hospitais. O presente projeto autoriza a transferência da administração desses hospitais. Desta maneira vimos que os recursos necessários para um melhor funcionamento serão maiores quando da administração da Secretaria Estadual de Saúde, visto que os recursos da atual administração da Secretaria Estadual de Ensino Superior são mais escassos.

Com maior disponibilidade recursal os Hospitais Universitários poderão funcionar do modo necessário para um bom atendimento hospitalar.

PROJETO DE LEI Nº 520/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o governo do Estado do Paraná a incluir no contrato de concessão da VIAPAR, o contorno sul de Maringá, passando a ser responsabilidade da concessionária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Todos nós estamos cientes dos altos pedágios que pagamos para trafegar em algumas rodovias paranaenses. Fato que desagrada a muitas pessoas pois, muitas responsabilidades que deveriam ser das administradoras das rodovias (concessionárias), na verdade são transferidas para o governo e para a Prefeitura Municipal, um fato que comprova este caso é o que está ocorrendo no contorno sul de Maringá.

Devido ao tráfego intenso na rodovia pedagiada dessa região e, conseqüentemente, ao alto valor arrecadado nos pedágios, nada mais justo que transferir a responsabilidade da conservação, melhorias e sinalização do contorno sul de Maringá à VIAPAR (empresa concessionária).

É por esta causa justa que pedimos o apoio dos nobres parlamentares.

São estas as razões do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 521/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Governo do Estado do Paraná a implantar o curso de Música, no campus da Universidade Estadual de Maringá (UEM) de Maringá.

Art. 2º - Para custear a implantação do referido curso, também fica autorizado o chefe do Poder Executivo a abrir suplementação orçamentária para a UEM;

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Há um longo período a UEM vem desenvolvendo, através de seus profissionais, projetos e estudos que comprovam a viabilidade e importância do curso de Música para a Universidade e a população.

Trata-se de um curso, que visa capacitar o músico para atender às novas exigências do mercado, ou seja, atuar em estúdios de gravação, fazer a difusão de músicas durante um espetáculo, compor músicas para publicidade, teatro, cinema, com uso das novas tecnologias: computadores, sistema MIDI, sintetizadores, etc. O curso pretende dar uma formação sólida tanto em história, teoria e estética musical, quanto em, tecnologia aplicada à música. Será ofertada e estimulada a prática em estúdio durante todo o decorrer do curso tanto dentro da própria universidade quanto fora dela.

Num período difícil em que se encontra a economia, o crescimento da UEM viria a demonstrar o fortalecimento da região e, além do mais, iria minimizar o êxodo acentuado de jovens que se mudam para outras cidades após a conclusão do 2º grau, em busca de outras opções de cursos e profissões.

São estas as razões do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 522/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através do órgão competente, a implantar extensão da Fundação Universidade Estadual Centro Oeste - Unicentro - no município de Laranjeiras do Sul.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer os ajustes orçamentários necessários para o cumprimento da presente Lei.

Art. 2º - Os cursos a serem implantados obedecerão o critério da compatibilidade e vocação sócio-econômica da região estabelecida no *caput* do artigo 1º da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Ademir Bier.

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva atender a velha aspiração das populações da Laranjeiras do Sul e circunvizinhas, que há longa data vem pleiteando a implantação de cursos universitários com vistas a suprir as necessidades educacionais de terceiro grau da região.

Laranjeiras do Sul polariza uma região de grande densidade demográfica com alta concentração de estudantes universitários, que são obrigados a se deslocarem diariamente em lotações, por mais de 140 km, até a cidade de Guarapuava para poderem frequentar cursos superiores.

A extensão universitária ora proposta reveste-se de singular importância ao propiciar aos jovens de menor poder aquisitivo a frequentarem cursos superiores, sem o relativo desgaste pessoal de viagens diárias a longa distância, o que, indubitavelmente, acarreta gastos excessivos com transporte, alimentação e outros decorrentes do deslocamento.

Não resta dúvida que a presente medida, se implantada, virá a beneficiar de maneira significativa toda a região, em decorrência de melhoria do padrão cultural de sua população.

Sendo assim solicito dos nobres pares o devido apoioamento e aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 523/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao jogador do Clube Atlético Paranaense José Kléberson Pereira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS, RICARDO CHAB, ELI GHELLERE, LUIZ CARLOS ZUK, ADEMIR BIER, LUCIANA RAFAGNIN, ANTONIO CARLOS BELINATI, NEIVO BERALDIN, NEREU MOURA, ADEMAR TRAIANO, MARCOS ISFER, ORLANDO PESSUTI, CEZAR SILVESTRI, WALDYR PUGLIESI, SERAFINA CARRILHO, RENATO GAÚCHO, ELIO RUCSH, ALGACI TULIO, NELSON TURECK, PASTOR EDSON PRACZYK e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

José Kléberson Pereira o nosso "Kléberson", filho de Paulo Olímpio Pereira e Maria Pereira, nascido na pequena cidade de Uraí em nosso Estado, sempre se destacou pela sua persistência. destemido, sem medo das dificuldades, o garoto cresceu e decidiu que queria ser jogador de futebol. Empenhado em sua realização veio

para o Clube Atlético Paranaense onde foi campeão brasileiro da temporada de 2001, e convocado para compor a equipe de Luiz Felipe Scolari para disputar a Copa do Mundo realizada no Japão e Coréia, onde, juntamente com seus companheiros sagrou-se pentacampeão mundial com a seleção brasileira, motivo que nos leva a conceder esta homenagem a este ilustre cidadão paranaense que com grande brilhantismo sempre defendeu e honrou as cores da camisa rubro-negra e da nossa amada seleção.

Sendo assim peço aos nobres pares que apóiem e aprovelem esta proposta.

PROJETO DE LEI Nº 524/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, aos Srs. José Kléberson Pereira e Rogério Ceni, e de Cidadania Honorária aos Srs. Juliano Haus Beletti e Ricardo Luís Pozzi Rodrigues.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, LUIZ CARLOS ZUK, WALDYR PUGLIESI, NEREU MOURA, MARCOS ISFER, LUCIANA RAFAGNIN, NELSON JUSTUS, CEZAR SILVESTRI, ORLANDO PESSUTI, AUGUSTINHO ZUCCHI, TONY GARCIA, ALGACI TULIO, CARLOS SIMÕES, ADEMAR TRAIANO, SERAFINA CARRILHO, EDSON STRAPASSON, ELI GHELLERE, ANTONIO ANIBELLI, RENATO GAÚCHO, VALDIR ROSSONI E PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

José Kléberson Pereira, nascido em Uraí-PR, em 19/06/1979 foi destaque da campanha do Atlético-PR na conquista do inédito título de campeão brasileiro em 2001. O meia, nascido no Paraná, mostrou muito versatilidade em campo, aparecendo com destaque na armação das jogadas, marcação no meio-de-campo e finalizações de longa distância.

As boas atuações pelo seu clube lhe valeram a convocação para a Seleção Brasileira no início de 2002. Em ano de Copa, Kléberson tratou de aproveitar a chance dada pelo técnico Luiz Felipe Scolari e vestiu a camisa da Seleção como um veterano. Na sua partida de estréia, contra a Bolívia, Kléberson marcou um gol e participou dos outros cinco mostrando precisão nos cruzamentos sobre a área.

A naturalidade como encarou a chegada à Seleção chamou a atenção do treinador. Apesar de jovem e de nunca ter participado de uma competição internacional, Kléberson provou ser digno de confiança de Scolari.

Ele começou a carreira no Londrina (PR) e chegou no Atlético-PR em 1999. Suas atuações pela Seleção Brasileira já começam a chamar a atenção de clubes europeus interessados em adquirir seu bom futebol.

Rogério Ceni nascido em Pato Branco-PR, em 22/11/1973. Além de suas qualidades como goleiro, Rogério Ceni é também conhecido pelos belos gols que marca cobrando faltas. O capitão do São Paulo acostumou-se a fazer serão após os treinos no seu clube e passa horas treinando essas cobranças. Com muita habilidade para colocar a bola cobrindo a barreira adversária, Rogério Ceni descobriu que poderia ter outras utilidades para sua equipe além de defender a meta.

Rogério começou sua carreira no Sinop, pequena equipe do Mato Grosso. Foi descoberto por olheiros que o levaram para o São Paulo. Ficou durante longo tempo na reserva de Zetti, até este deixar o clube. Desde 1997, Rogério Ceni é titular do time e ídolo da torcida são paulina, que se acostumou a vibrar com seus gols e suas defesas.

Já no primeiro ano como titular de seu clube, Rogério estreou na seleção. Ele entrou durante o jogo contra o México pela Copa das Confederações. Foi convocado mais algumas vezes e tornou-se titular quando Emerson Leão assumiu a seleção durante as eliminatórias para a Copa de 2002. O treinador, inclusive liberou Rogério para bater faltas pela seleção e, por pouco, não entrou para a história como o primeiro da posição a marcar um gol com a camisa verde e amarela.

O sucessor de Leão, Luiz Felipe Scolari, preferiu dar uma oportunidade ao goleiro Marcos. Rogério não perdeu as esperanças de disputar a copa e continuou mostrando serviços em seu clube. Em 2002 Scolari decidiu dar uma chance a ele, convocando-o para integrar o elenco da seleção nos amistosos preparatórios para o mundial.

Juliano Haus Beletti, nascido em São Paulo em 10/06/1976, é um jogador polivalente. No início da carreira chegou a jogar como goleiro, mas logo viu que suas habilidades o levariam a ser jogador de linha. Começou jogando no Cruzeiro de Belo Horizonte, como volante e logo mostrou ter uma grande resistência física e ser capaz de percorrer todo o campo sem se cansar. Em 1998, após se destacar pelo clube mineiro, foi contratado pelo São Paulo, em uma negociação inédita. O time paulista cedeu cinco jogadores para o Cruzeiro em troca dos passes de Beletti e de Serginho.

Ele ficou um ano em São Paulo, clube pelo qual conquistou o título de campeão paulista. Foi nesta equipe que Beletti começou a atuar como lateral direito. Em 1999, o jogador voltou para Belo Horizonte para jogar pelo Atlético Mineiro. Foi campeão estadual pela terceira vez e vice-campeão brasileiro atuando no meio de campo.

De volta ao tricolor, foi novamente escalado na lateral e mostrou qualidades para apoiar o ataque, além de um forte poder de marcação. Em 2000, Beletti, voltou

a ganhar o título paulista. No ano seguinte, fez sua estréia como titular da seleção brasileira, substituindo Cafu na partida contra o Equador e pelas eliminatórias, em Quito.

Ricardo Luiz Pozzi Rodrigues, nascido em São Paulo em 23/05/1976, foi convocado para disputar a Copa do Mundo de 2002 na véspera da estréia do Brasil na competição contra a Turquia. O técnico Luiz Felipe Scolari chamou o jogador para substituir o volante Emerson, que sofreu uma luxação no ombro direito durante um treino no Estádio de Ulsan, na Coréia do Sul, e acabou sendo cortado da equipe por contusão.

Ricardinho começou sua carreira no Paraná Clube, atuando na meia. Foi tricampeão paranaense (1995/96/97) em 1998 chegou ao Corinthians sob recomendação do técnico Vanderlei Luxemburgo. No clube paulista, Ricardinho logo virou ponto de referência da equipe. Sua inteligência para armar jogadas, visão de jogo, habilidade e bom potencial ofensivo o tornaram um dos principais jogadores do time. A coleção de títulos aumentou. Campeão brasileiro em 1998 e 1999, paulista em 1999 e 2001, do Mundial de Clubes da Fifa em 2000, do Torneio Rio-São Paulo e da Copa do Brasil, ambos em 2002.

A estréia de Ricardinho na Seleção Brasileira foi na primeira partida das eliminatórias para a Copa de 2002, no empate sem gols com a Colômbia. Ele voltou a atuar na derrota para o Chile e no empate por 1 a 1 com o Peru, este sob o comando de Emerson Leão. Com Scolari, Ricardinho nunca tinha atuado até ser chamado para o Mundial.

Sendo assim, peço aos nobres pares que apóiem e aprovelem a presente proposta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos aguardando a mensagem do governo do Estado para fazermos a leitura da mesma e entrarmos na Ordem do Dia.

Para saudar a Seleção Brasileira, o deputado Orlando Pessuti, pelas Oposições, pela Situação, depois o deputado Nelson Tureck.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Como sabem V. Exas., toda nação atleticana, a nação coxa branca, a nação paranista, malutroneense, portuguesa, londrinense, Londrina, Maringá, enfim todos os nossos times de futebol do Paraná, todos nós, os brasileiros, estamos irradiando alegria desde o primeiro momento que a nossa Seleção se constituiu, porque ilustres paranaenses foram convocados para montar a Seleção, pelo Felipe Scolari.

Nós, paranaenses, evidentemente, ficamos felizes porque na Seleção tem Beletti, que já esteve lá pela região de Cascavel, tem o Ricardinho, que nasceu em São Paulo mas fez nome e carreira no Estado e tem o Kléberson, do Atlético Paranaense, que nasceu em Uraí e hoje mora na cidade do nosso amigo José Maria Ferreira, Ibi- porã.

Sem sombra de dúvida, entre todos os atletas da Seleção brasileira, por mais que Ronaldo tenha empolgado pela sua recuperação, mas no final, pelo seu topete. Por mais que tenha empolgado, Rivaldo, Ronaldinho Gaúcho, Roberto Carlos, Roque Júnior, Cafú, sem sombra de dúvida para nós, paranaenses, a atuação do Kléberson, como titular deu realmente um equilíbrio maior para a Seleção, deu-lhe aquela formação que se esperava e que transformou o Brasil em pentacampeão do mundo, a melhor de todas as seleções deste futebol mundial.

Então como brasileiro, como paranaense, atleticano, como conselheiro do Atlético, e diria até, como pmdbista, fiquei orgulhoso do Kléberson que ostentou no peito e nas costas a camisa 15.

Nós que estamos na luta agora, ao lado de Roberto Requião, levando a todos os cantos do Paraná o nº 15 para ser também escolhido pelo povo do Paraná, ficamos realmente gratificados pelo bom exemplo, pelo bom comportamento e pelo título de 1º lugar que Kléberson e os demais deram ao futebol paranaense e brasileiro!

Viva, aos nossos paranaenses, na Seleção, viva a Seleção brasileira, viva o nosso Brasil pentacampeão!

O SR. JOSÉ MARIA FRERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, peço a minha inscrição, após o deputado Nelson Tureck.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos abrir uma exceção para V. Exa., como nosso campeão é da sua terra.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Subo a esta tribuna com muita alegria, o Brasil é pentacampeão, a alegria do povo podemos observar em todo o Brasil, e temos o exemplo do Paraná e da minha cidade, Campo Mourão pela conquista do pentacampeonato. Ali observamos o trabalhador, o agricultor, o empresário, o mais simples trabalhador do Paraná, vibrar pelas emoções, pelo gol, pelo drible, e acima de tudo, pela habilidade do futebol brasileiro que mostrou ao mundo que nós somos os melhores. Temos o toque de bola, temos o drible, temos o chute, a colocação, temos um grande goleiro, temos um atacante, hoje o melhor do mundo, Ronaldinho, que provou que o ataque do Brasil é o melhor do mundo. O Brasil mostrou que tem um grande time, um grande técnico, principalmente o Kléberson que é do Paraná, é da nossa região, é o nosso sangue, e foi de fundamental importância esse meiocampista para que o Brasil chegasse ao pentacampeonato contra a Alemanha.

Por isso, como disse o Pessuti, eu também vou para a campanha, o PSDB com o nosso candidato número 45, o Beto Richa, sem sombra de dúvida vai ser uma grande competição e esperamos aqui no 06 de outubro nós chegarmos aqui com uma vitória do 45.

Muito obrigado. Viva o Brasil e viva o Paraná!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado José Maria Ferreira pela ordem.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Evidentemente que o Brasil e a sociedade brasileira, e por quê não dizer a nação brasileira vive momentos de euforia e se consagra com estado de graça, porque não existe nenhum povo, nenhuma Nação que tem na alma e na sua cultura o esporte da forma que o povo brasileiro tem em relação ao futebol.

O Brasil tem se firmado ao longo dos anos nos campos e nos gramados, quer em solo pátrio ou solo estrangeiro, tem feito e tem marcado a proeza da competência, da eficiência, do jogo de solidariedade, da participação em conjunto, e tem feito disto um pouco da marca do Brasil. A seleção do Felipão saiu do Brasil um pouco desacreditada, meia capenga na zaga, sem grande figuras que pudessem impor uma condição de líder em capo, mas foi, passou com dificuldades pelas eliminatórias regionais, e mesmo com aquela dificuldade parecia a seleção de João Saldanha de 70; aquela que na última hora, quem foram na realidade os grandes técnicos. Foram Pelé, Carlos Alberto, Rivelino. E nesta, nem isto tínhamos, não tínhamos uma grande liderança no meio de campo ou lá na frente que pudesse liderar o conjunto de jogadores. E para surpresa, véspera da estréia, lá vai o nosso capitão Emerson para o chão, deixando de participar desta Copa. Veio abertura sofrida, parecia mais uma pelada em que a nossa defesa ninguém se entendia e 150 milhões de técnicos do outro lado do mundo, dizendo que o técnico Felipão errou na escolha e na convocação dos seus jogadores, que fulano não devia estar e que beltrano também não devia estar, inclusive eu, mas a santa teimosia do Felipão e a condição que ele criou de ambiente dentro do grupo, fez com que o brasileiro, mais uma vez pudesse, na data de domingo, festejar mais uma vitória, sem precedentes. Foram sete participações em finalíssimas e o Brasil se firmou como campeão em cinco, e não perdeu para uma seleção que fosse sem expressão, mas ganhou justamente de uma das melhores seleções que tem o futebol mundial, a Alemanha.

E lá, quem é que apareceu! Apareceu um Lúcio, um Edmilson, o nosso goleiro, apareceu o Kléberson, este a quem neste momento, quero senhor presidente, fazer as homenagens, por ser sobretudo, um cidadão paranaense, por ter nascido na cidade onde nasci a cidade de Uraí - entre o Distrito de Serra Morena e a sede do município de Uraí.

O cidadão José Kléberson Pereira, filho de Paulo Pereira, um sapateiro, homem simples e a D. Maria, mas construíram sobretudo, um lar firme, sólido e com um traço de pai, mãe e solidariedade entre a família. O Kléberson veio para Iporã, um pouco antes de eu me tornar prefeito da cidade, quando tive a oportunidade no Centro Social da minha cidade, de criar uma escolinha e para lá foi o Kléberson, chutar a bola e com o Fumaça, o pai que

carinhosamente chamamos de “fumaça”, fazer a torcida para o filho, para que pudesse, quem sabe, um dia, jogar no profissional.

Mais tarde foi para PSTC da cidade de Londrina e depois veio se revelar no Atlético, no ano passado. Um jovem de 22 anos que teve uma carreira meteórica, mas não perdeu a simplicidade, não perdeu sobretudo, aquele jeitão de homem simples e de jovem que muito lutou para estar onde está.

Senhor presidente, mais do que isso, quando V. Exa. determinou que o Orlando Pessuti, falasse pelas Oposições e o deputado Nelson Tureck que falasse pela Situação, evidentemente, V. Exa. nesta Casa deu uma de Felipão, determinou quem deveria representar a Oposição e a Situação e a forma do discurso que seria, evidentemente ao Kléberson. Mas, mais do que isso, o Kléberson hoje já até parece com algumas coisas pitorescas que fez recordar a colocação do Pessuti, o número quinze sobre a camisa, lá mesmo a cidade, acolhendo como acolheu o Kléberson, mas hoje não pode, pela prefeitura, fazer a estátua do Kléberson com o número quinze. Lá colocaram ele com o número dezessete, porque quinze representa lá a candidatura do Opositor.

Até nessas coisas o futebol influencia e faz com que troquem a camisa, inclusive num monumento que está para ser construído na nossa cidade. Não pela nossa vontade, mas pela vontade daqueles que estão lá na prefeitura.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças.

No horário do PDT, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

Alegria da conquista da Copa do Mundo, não faz com que esqueçamos a carga tributária que, uma vez mais, vem sobre a Nação.

O setor econômico do Brasil, através da flutuação do dólar, faz com que a nossa dívida, que é de todo o povo brasileiro, fique mais pesada. A nossa economia interna, através do aumento da gasolina, faz com que todos nós estejamos numa balança, onde o peso maior da responsabilidade sempre fique ao lado do povo.

Aqui nesse Plenário, não por hoje estarem nas galerias pessoas que muito ajudaram e estão ajudando, mas também aqueles que aqui não se encontram e que fizeram desse Paraná o orgulho que temos hoje do nosso Estado, haverá de ter, desse Plenário, o reconhecimento na aprovação das emendas que serão apresentadas ao plano, que não é do Governo, mas da família do Paraná, e que deve ser aprovada no interesse desses servidores públicos estaduais.

A bancada do governo representa o interesse do governo que se finda no dia 1º de janeiro do próximo ano.

Dia 31 encerra-se esse mandato. O próximo governo, que será eleito e escolhido no dia 6 de outubro, já sinalizou, por nós que somos da Oposição, que temos na vontade hoje da consulta popular os primeiros lugares das pesquisas demonstram, através das mãos de todos os parlamentares da Oposição, as emendas que são oferecidas num interesse de responsabilidade do próximo governo.

Queria eu pedir à bancada situacionista que nos desse a condição da aprovação das emendas a responsabilidade de elas serem executadas serão nossas, porque o povo vai mudar o governo, como queremos mudar o plano de governo aqui apresentado com as emendas que aí estão sobre a mesa para serem apreciadas pelo Plenário.

Os parlamentares, alguns deles da Situação, se encontram em posição incômoda. Tenho que realmente votar por uma questão que desconhecemos. Mas a vontade demonstrada, através da análise feita quando pedimos o apoio nas emendas que nos foram solicitadas e apresentadas, temos a certeza que haveremos de conseguir uma maioria nesse Plenário. Não pela presença dos funcionários, mas pela consciência do Paraná, por aqueles que muito ajudaram, dos engenheiros do DER que em 50 anos do DER do Paraná construíram as estradas que foram entregues de graça para esse pedágio que não construiu nenhum metro de estrada e está cobrando um preço exorbitante da família paranaense e brasileira que por elas transitam.

As professoras; os técnicos da Secretaria da Agricultura; os homens, enfim, da administração de todos os setores que emprestaram as suas vidas, à sua família: os seus filhos que continuam - como nós que temos amigos dentro da máquina pública - e não recebem, senhor presidente, um salário condigno à sua subsistência e muito mais ainda ao engrandecimento, não da sua família, mas sim do nosso Estado.

Tenho certeza absoluta, senhor presidente Hermas Brandão, que V. Exa., homem que de perto sempre foi e é um homem de visão, prefeito que como nós administrou uma cidade, deputado como nós que sentiu de perto a necessidade de tudo aquilo que é almejado por alguém que dentro da alma pede o que é justo, o que é de direito, o que é de fato e não uma coisa que seja abstrata, mas um salário digno.

V. Exa., deputado Hermas Brandão, que foi um brilhante secretário da Agricultura que ajudou muito o Paraná, haverá de dar amostra nesse seu final de segundo semestre como mais alto mandatário desta Casa, que na sua trajetória como presidente e nós, como deputados, demos ao Paraná a volta da dignidade ao funcionário público do nosso Estado.

Espero, senhor presidente, que V. Exa., que tem realmente uma transitabilidade muito boa no meio da Oposição e da bancada do povo, tenha V. Exa. a luminosidade de conseguir aquele número de votos necessários para aprovarmos o que é melhor para a família do servidor público do nosso Estado. Têm vossas mãos a condi-

ção de pedir os votos que necessitamos para aprovação das nossas emendas.

Queremos, ao finalizar, como fizeram os oradores que nos antecederam, quando deram um viva ao Brasil, agradecer o esforço daqueles jogadores que lá nos representaram, e quero que o Paraná realmente agradeça o esforço de votarmos com consciência limpa e tranqüila por um salário justo àqueles que fizeram o orgulho que temos, que é o chão que pisamos, e de sermos paranaenses!

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário das Lideranças, consulto o PMDB se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Estava me lembrando agora há pouco do ex-presidente Garrastazu Médici, do tempo da ditadura militar: “Brasil. Ame-o ou deixe-o”.

Nós que éramos Oposição quando combatíamos as estripulias da ditadura militar, éramos considerados inimigos do Brasil.

Estou vendo toda essa festança aí, à qual até me associo pela vitória dos jogadores brasileiros em mais uma Copa do Mundo, mas o Brasil real está aí, está aqui! Eles não vieram aqui para comemorar vitória no futebol, mas vieram em busca da cidadania que precisam ter.

Então, lembro-me lá do chefe da ditadura militar, querendo usar o futebol para alienar o povo brasileiro, para desestimular a organização popular, a mobilização popular.

E hoje, o presidente da República que endividou este País até onde ele conseguiu endividar, está querendo fazer uma faturada em cima da vitória que se alcançou no futebol.

Aliás, o jogador Rivaldo falou: “mas que bom que o presidente esteja sendo solidário nessa hora”.

Por que não foi solidário na hora que estávamos em dificuldades?

Mas, a solidariedade que nós devemos ter, nós parlamentares, é com aqueles que estão vindo de todos os cantos para reivindicar os seus direitos.

Não me esqueço das lutas dos professores, de todos enfim. O que vamos fazer?

Elogiar aquilo que a Seleção conseguiu?

Conseguiram ganhar? Tudo bem! Vamos comemorar a vitória, mas não podemos, senhor presidente, esquecer desse Brasil real que está aí, com 21% de desempregados; analfabetos subindo percentualmente, nas estatísticas. O país sendo entregue à matriz norte-americana sem dó e sem piedade.

E nós vamos aqui elogiar o feito daqueles que ganharam o campeonato. Mas o grande campeonato que precisamos ganhar é o da redenção social, da vida

melhor, da cidadania, da organização que precisamos construir. A mentira está por aí. Ela foi jogada durante todo esse tempo, porque gastaram mais de quinhentos milhões para fazer a propaganda mentirosa desse governo. Está aí do lado, minoria.

Um governador que foi tirado dos programas de televisão, do seu próprio candidato à Prefeitura. E agora, onde ele está?

Essa é a situação real onde estamos vivendo.

Um governador impopular, que não deu aumento para ninguém durante oito anos, e que agora certamente, é capaz de aparecer com uma camisa da Seleção brasileira, ou do meu Atlético ou com a cara de algum jogador.

Chega de mentiras! A Nação não é só o futebol, não! A Nação é o seu povo, que está aí querendo ser livre, independente! Quer viver a sua democracia, não quer ser massa de manobra, repudia as coligações espúrias que estão sendo feitas!

A degradação da política cada vez é maior. Então, a minha grande fé é no sentido de acreditarmos no ser humano, no sentido que deve ter para se organizar.

Certamente, muitos falam: “olha, mas agora é uma hora de festa”.

Vocês não se esqueceram de comemorar o feito da Seleção e não se esqueceram de vir aqui atrás das reivindicações que são necessárias para vocês serem realmente cidadãos e cidadãs!

Contem conosco nessa grande batalha!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Faço um apelo à platéia, que aplaudir pode, mas não vamos usar o assobio.

Vocês são muito bem-vindos aqui.

Temos um grande carinho por todos vocês.

Faço um apelo e estou disposto a conversar individualmente, com todos ou com grupos, mas aqui não se pode fazer esse tipo de manifestação. Peço a compreensão dos senhores e das senhoras.

PSDB, deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente e senhores deputados.

Esta Casa vive nesta tarde, uma tarde decisiva para algumas categorias de servidores públicos do Estado do Paraná. É uma Sessão que traz o anseio de vários setores dos nossos servidores, sendo que alguns serão atendidos e outros não, mas esta Casa também não pode se silenciar em um momento tão importante em que trata da vida, da sobrevivência daqueles que dão o dia-a-dia da sua vida em prol também da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Ainda ontem pela manhã estive em uma audiência com os secretários da Segurança, José Tavares, que mostrava a sua preocupação no que diz respeito ao futuro da categoria policial, daqueles que têm a responsabilidade de dar a segurança ao povo do Paraná, daqueles que pre-

cisam saber qual será o futuro deles como, por exemplo, o que se esperar ainda, no apagar das luzes do Governo.

Recebi, agora há pouco, nos corredores a seguinte mensagem, parafraseando o salmo 23: “os senhores têm sido nossos deputados e têm nos deixado faltar. Temos deitado preocupados com vossas decisões que deveriam nos guiar por águas tranquilas. Temos refrigerado nossas almas com preces e orações para que os vossos entendimentos trilhem pelas veredas da Justiça, pelo amor do nome de Deus! Temos andado pelo vale da sombra da morte, da motivação, mas amparados na confiança divina temos seguido esperançosos na sensibilidade dos senhores.

A preparação de vossas mesas aguardam vossas aprovações, pois assim nossos cálices transbordariam de satisfação. Mas, acreditamos que a bondade e a misericórdia guiarão vossos entendimentos e assim a Justiça habitará esta Casa de Leis por longos dias.

Comissão Parassindical de Negociação”.

Isso tudo, senhor presidente, porque há um projeto de lei que precisaria vir a esta Casa, a exemplo de outros que deverão chegar ainda ao final desta Sessão, que dispõem sobre a estruturação das carreiras policiais civis do Estado e que adota outras providências.

Trata, nada mais, nada menos, do que a isonomia. Trata-se, nada mais nada menos, do que o vencimento básico dos cargos integrantes das carreiras policiais civis, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, que já vem sendo discutido há anos aqui por esta Casa e tenho sido aqui - na tribuna da Assembléia, quem sabe o deputado que mais tem cobrado, que mais tem participado das cobranças. Temos participado, inclusive, desde a última greve da Polícia Civil na véspera do segundo turno das eleições aqui de Curitiba e ali formou-se uma comissão para tratar dessa questão junto à Secretaria da Administração, o secretário da Segurança Pública, para tratar da questão Policial Civil, paralelamente tratar da questão do agente penitenciário e paralelamente ainda tratar dos funcionários do IASP, que tratam com menores infratores nas escolas da área da Segurança, da Justiça.

E, lamentavelmente, em que pese todos os protocolos de intenção que foram assinados por vários secretários de Estado que passaram pela Casa Civil, que passaram pela Secretaria da Segurança Pública, tudo isso em Atas que aqui estão neste dossiê que recebi agora há pouco aqui no corredor da Assembléia e que vem me trazer mais informações daquilo que nós já vínhamos cobrando aqui através do Sinclapol, através da comissão negociadora, através de um grupo de policiais que formam a comissão inter-sindical que tinham ainda e que têm a esperança que até o final desta tarde, se é que vamos encerrar os trabalhos no dia de hoje, ainda possa milagrosamente aparecer aqui essa mensagem do Governador, que trata da isonomia, que trata de juntar todas essas gratificações num salário básico do servidor público.

Por exemplo, tenho aqui o Grupo Auxiliar de Recursos Humanos que encaminha ao secretário da Segurança Pública, dizendo ao senhor secretário: “Procedendo à análise das gratificações concedidas pelo governo do Estado aos servidores policiais civis, constatei que há discrepância entre a remuneração percebida por aqueles que ganharam na justiça o direito ao TIDE de 120%, e aqueles que percebem um TIDE de 120% apenas sobre o vencimento básico. Tal diferença cresce quando se compara a gratificação de encargos especiais e a de função de carreira de investigadores da Polícia, prevendo a possibilidade da ocorrência de desestímulo entre os servidores de algumas carreiras, notadamente os ocupantes do cargo de escrivão de Polícia, carreira-chave no departamento da Polícia Civil, o que pode resultar na perda da produtividade em detrimento da atividade típica de polícia judiciária.

Determinei que se procedessem estudos objetivando verificar a possibilidade de corrigir o desnível hoje existente, e deste estudo resultou proposta que de fato melhora as condições de vencimento dos policiais civis, dando-lhes um tratamento salarial mais uniforme e que atender antigas reivindicações, constitui a perda angular para futuro estudo de um verdadeiro plano de carreira que viria a completar as perspectivas e anseios de toda a classe, impedindo a estagnação e desmotivação na carreira”.

Assina, Leonil Ribeiro, delegado geral da Polícia Civil.

Há uma outra correspondência do próprio secretário encaminhando ao secretário da Administração do Estado, também com o mesmo teor, chamando a atenção para que se faça, na verdade, essa correção para acabar com esse desestímulo, com essa estagnação que pode motivar a nossa Polícia a qualquer momento, a cruzar os braços, a deflagrar uma greve que não é o que eu quero, o que não é o que eles querem e, imagino, nem o governo também queira isso.

E ver, senhor presidente, senhores deputados, a apresentação do projeto de realinhamento e reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Polícia Civil, que está aí pronto, está na Secretaria da Administração, quem sabe esteja até na mesa do secretário da Casa Civil para aqui encaminhar.

E a categoria formalizou, em maio, documento único, onde pede o fim de todas as gratificações e a incorporação desse montante ao salário de ativos e inativos. E uma das principais queixas, já falei, é o TIDE para uns, um valor, para outros, outro. A queixa também do presidente do Sinclapol, Luiz Bordenoski, as gratificações acabam com isonomia salarial na Polícia Civil e prejudica os inativos.

Por tudo isso, senhor presidente, é que na conversa que eu tive ontem, e pude sentir a sensibilidade do secretário José Tavares, expressada aqui neste documento, tenho sentido também no último contato que eu tive com o diretor da Polícia Civil, Leonil Ribeiro, também a sua

preocupação. Mas não encontro, infelizmente, a mesma sensibilidade, a mesma motivação no secretário da Administração, que parece estar com a chave do cofre do Estado, parece que é aquele que diz: “Pode, não pode. E eu é que determino”.

Nós aqui fizemos, ainda, na sexta-feira passada, V. Exa. esteve na reunião, na liderança do Governo fizemos veementes apelos, deputado Luiz Carlos Zuk, veementes apelos ao secretário da Administração que, neste momento aja mais politicamente do que economicamente. Ora, o Estado tem condições, tem como suportar, basta a boa vontade, basta fazer o encaminhamento correto; as categorias estão propensas a fazer uma dilação de prazo, o que precisa, neste momento, é acenar com a possibilidade.

E é este o apelo que eu faço aqui, em nome de todos os companheiros aqui da Casa. Ninguém aqui é dono de uma facção, de um setor dos funcionários públicos.

Todos nós somos unânimes em defender o servidor público do Estado do Paraná, seja qual for a sua função.

Por isso, espero estar eu externando aqui neste momento a preocupação que têm os deputados Anibelli, Hermas Brandão, Nelson Tureck, deputados aqui do Plenário, deputadas Luciana Rafagnin e Serafina Carrilho, demais companheiros que anseiam por isso, que querem ver o servidor público trabalhando com vontade, tendo dignidade, recebendo respeito desta Casa, que eu sei que nunca faltou, esta Casa tem sido realmente um canal de negociações, conseguindo algumas vitórias, não conseguindo outras, mas procurando chamar a atenção do governo, que é preciso uniformizar a proposta para o servidor público, e esta proposta da isonomia da Polícia Civil não vai mais do que dois milhões de reais por mês na folha de pagamento do Estado, deputado Zuk, quer dizer é suportável, quero entender eu, que muito embora se apregoe agora a lei de responsabilidade civil, mas ela ainda é suportável.

O Estado tem dito, graças a Deus, tem dito que tem tido uma boa arrecadação, agora, do ICMS das montadoras. Que ótimo! Mas, por quê não dividir essa arrecadação, dar a chance de poder melhorar a auto-estima do servidor público?

Por isso, é necessário que esta poupança não seja repartida em obras. Ninguém nega que este governo, e não serei eu que vou negar, que este governo investiu bastante na área de Segurança Pública e eu sou testemunha disto.

Tenho visto isto, viaturas, armamentos, equipamentos, prédios no sistema penitenciário com inauguração de novas penitenciárias, ninguém pode negar isto. Falta só um pouquinho para que o Jaime Lerner saia do governo reconhecido pela classe dos servidores públicos, especialmente na área de Segurança Pública, na área do Sistema Penitenciário, falta pouca coisa, não mais do que dois milhões por mês, não mais de oitocentos milhões

para os agentes penitenciários, de oitocentos mil reais por mês, são poucas coisas que podem resolver uma situação.

O que não pode, é haver a preferência para um setor do servidor público e para outro não.

Neste momento em que a seleção brasileira está desembarcando em solo do Brasil, quem é que está lá dando a segurança para o povo e para os jogadores, senão o policial, senão o bombeiro, senão a Polícia Militar? Estão lá! Na hora em que nós mais precisamos, quem estava em casa festejando, tomando a cervejinha, comendo churrasco, fazendo o café da manhã? Éramos todos nós! E quem estava nas ruas para dar a segurança ao patrimônio público e dar a segurança àquele que foi festejar o pentacampeonato? Era o policial, um servidor público que lamentavelmente não tem tido este respaldo por parte do governo?

Por isso eu faço um apelo aqui, ao mesmo tempo que dou aparte a deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin

Obrigado, deputado. Inicialmente quero parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento e nós também fomos procuradas pela Comissão de Negociação da Polícia Civil e é lamentável que nesta Casa a gente vota projetos que chegam na noite anterior e no dia seguinte nós estamos votando sem poder entender melhor o projeto e enquanto projetos importantes como é este do Plano de Carreira da Polícia Civil, um projeto importantíssimo, infelizmente não chegou a esta Casa para podermos votar.

Eu espero e este é um apelo que também estamos fazendo em nome do Partido dos Trabalhadores, ao Líder do Governo, Durval Amaral, que até o final desta Sessão este projeto chegue nesta Casa para que a gente possa votar e com certeza contemplar toda a Polícia Civil do Estado do Paraná, porque sabemos que este projeto foi bem discutido e sabemos que com certeza ele vem ajustar a discriminação que está existindo dentro da Polícia Civil hoje, e nós que cobramos tanto, segurança do Estado do Paraná e V. Exa. tem sido um incansável batalhador neste sentido, digo, senhor deputado, que é impossível pensar na segurança do Estado do Paraná, apenas comprando viaturas e distribuindo viaturas por este Estado!

(Aplausos)

Precisamos dar condições para que as pessoas possam trabalhar, com dignidade! É isso que precisamos aprovar nesta Casa, antes de entrar no recesso, aprovar esse Plano de Carreira da Polícia Civil, como também aprovar as emendas que venham a amenizar e que fique mais justo! A gente sabe que da forma como está, discrimina muito os servidores, não vem de encontro ao pedido e aos anseios dos servidores públicos do Estado do Paraná!

Por isso, precisamos aprovar as emendas e Plano de Carreira da Polícia Civil!

Muito obrigada.

(Aplausos)

O SR. ALGACI TULIO

Obrigada, deputada Luciana Rafagnin.

Concedo um aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Deputado Algaci, vemos muitas vezes, projetos chegarem a esta Casa, como o de Agência de Infra-estrutura, sem ser discutido com ninguém, sem ser debatido e chega a esta Casa para ser votado. Hoje, novamente na pauta da Ordem do Dia, uma agência de desenvolvimento, sem nenhum parecer de nenhuma das comissões.

O projeto da Polícia Civil nasce de comum acordo, de uma discussão realizada dentro da própria Polícia, vai à Secretaria e é enviada à Secretaria de Fazenda, recebe parecer favorável - o que é o mais importante -, então não é o dinheiro o problema!

Na verdade, ali, pretende-se muito mais corrigir distorções e corrigir problemas que ocorrem da forma como está hoje a carreira da polícia. Volta para a Casa Civil e esta que tem tempo de tomar tantas atitudes, de mandar tantas leis - eu diria algumas meio "mandrakes", para esta Casa - e não tem tempo de mandar esta que já foi examinada e aprovada por vários setores!

É lamentável que isto ocorra, porque sem sombra de dúvida, ficamos aqui, como bem disse a deputada Luciana, V. Exa. criticando a Segurança. Sabemos que todos os recursos investidos na Segurança até hoje, fazem parte do Fundo, ou é Furestran ou é Funrespol ou é o Funpm, que são aplicados para a compra de equipamento: coletes e armamentos para os policiais. E não temos visto nenhum investimento do Orçamento do Estado, propriamente, na área de Segurança. da mesma forma vemos, agora, alguns recursos serem investidos do Fundo Nacional de Defesa e, novamente, não vemos nenhum recurso do orçamento próprio do Estado sendo aplicados em Segurança.

O mínimo que o Estado poderia fazer seria enviar urgentemente a esta Casa, ainda antes do final da sessão esse projeto para ser votado.

(Aplausos)

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, deputado Marcos Isfer.

Concedo um aparte do deputado Ricardo Chab, também incansável nesta batalha pela melhoria da nossa Segurança Pública do Estado do Paraná.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Algaci Tulio, quero fazer algumas colocações e me somar ao seu pronunciamento, porque em especial, eu, o senhor, todos nós estamos acompanhando *pari passu* toda essa negociação.

Lembro-me bem quando o falecido Anibal Khury era vivo - o senhor se lembra também desse ato - assinou-se um documento na frente do Palácio Iguaçu e começou-se a questão do Tídnho e do Tídnão e da lá para cá desagradou muito, enfim, a coisa que de repente parecia estar

sendo arranjada e arrumada, desmoronou. Hoje, temos aqueles que recebiam o Tidão, não recebendo mais - o que é uma barbaridade, um absurdo! Imagina, você, um servidor público que tinha no seu vencimento, no seu orçamento, dois mil reais, de repente passa a ter da noite para o dia oitocentos reais, tendo-lhe cortado no vencimento um mil e duzentos reais. Ora, precisamos corrigir isso! É a Assembléia Legislativa que tem que corrigir isso! Somos todos nós! Nós não podemos ter um servidor público que tem um benefício e o outro que faz o mesmo serviço não ter o benefício!

O SR. ALGACI TULIO

Contrariando a Constituição.

O Sr. Ricardo Chab

Como é que se corrige isso? Corrige-se através do Plano de Cargos e Salários da Polícia Civil. Esse pessoal que está aí, não está exigindo mais nada daquilo que é justo e o senhor colocou muito bem. É uma questão de justiça!

Na semana que passou atendi uma comissão lá no meu gabinete, e eles ficaram demoradamente me explicando.

Eu jurei a eles que ia atrás do projeto, porque me falaram que estava na Secretaria da Fazenda. essa foi a informação que esta comissão esteve comigo e falou: Olha, o projeto está na Secretaria da Fazenda; só falta ou pode tirar da gaveta. Ora gente, não é verdade! Tem sim, o interesse da Secretaria de Segurança, como o senhor colocou bem, há aí um prenúncio de uma greve.

Ora, o secretário Tavares está aí, ele não quer a greve, então há o prenúncio de uma greve, há o prenúncio de paralisação dos agentes penitenciários, há também o prenúncio de paralisação dos policiais civis por causa desse desalinho, desse desarranjo que se faz hoje referência ao salário de cada um.

Então, o que eu quero colocar é o seguinte: colocaram para mim que o projeto está lá na Secretaria da Fazenda; não está. O senhor colocou muito bem, o secretário Ricardo, parece que ele tem a chave do cofre. Mais do que isso, ele fabrica o dinheiro do Estado, porque dali não sai. Há um parecer favorável de toda Segurança Pública, delegado geral da Polícia Civil, secretário da Segurança Pública, todas as autoridades que tiveram acesso ao Plano de Cargos e Salários da Polícia Civil estão favoráveis, e de repente o secretário Ricardo não é, quero crer que ele não o seja.

Então eu acho o seguinte: nós vamos sensibilizar. Acho que esse projeto deve vir. Inclusive houve um empenho da minha palavra, da sua palavra, do presidente desta Casa, o presidente Hermas Brandão, me lembro bem quando disse também que com o projeto chegando, votaria, não iria criar nenhum obstáculo. Pelo contrário, alertou à nossa Comissão de Segurança, falou que tão logo saia a mensagem do Governo, com relação ao Plano

de Cargos e Salários, vamos colocar em votação. É a palavra do presidente desta Casa!

Ora, tudo isso para poder auxiliar o servidor público, para poder arrumar o que está desarrumado, e que de repente, nós não vemos talvez pela atitude pessoal de um secretário. Eu quero pedir aqui que esse secretário reveja a sua posição. Nós não podemos ter filhos do mesmo pai, filhos da mesma mãe, com a mesma profissão, um tendo benefício e o outro sendo açoitado pelo chicote do ódio!

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, deputado Ricardo Chab, não se pode ter um servidor com a bermuda e outro com a calça comprida.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Algaci Tulio, na verdade, nós podemos constatar que o Estado de Santa Catarina remunera muito melhor os seus funcionários, tanto da Polícia Civil quanto da Militar, que o Estado de Santa Catarina tem o dobro do equipamento do que tem o Estado do Paraná.

Agora, aqui no Paraná, o governo gastou 509 milhões de reais, conforme está na prestação de contas, em publicidade e propaganda! Só num ano, ele gastou 134 milhões de dólares! Então, até quando vamos poder conviver com essa inquietação, essa constatação que está na prestação de contas do governo, que nos remete a uma análise que nos entristece, porque ao Poder Legislativo cabe a fiscalização das contas do governo, aprovação do orçamento, a fiscalização da aplicação do orçamento, e nós temos que na verdade, fazermos uma função que eu acho mais firme na questão da representação popular?

Nós aqui aprovamos um orçamento de 2 mil, uma rubrica orçamentária, que se chama: rubrica outras despesas. O governo gastou 1 bilhão e 300 milhões de reais nesta rubrica: outras despesas. Como mensurar o que é "outras despesas"? Isso é muito triste, de vermos a inquietação dos nossos funcionários, sobretudo dos policiais que arriscam a vida, que ganham pouco e que estão aqui pedindo tão pouco e que nós não podemos infelizmente dar a eles a sua solicitação!

Então, acho que temos que reverter esse estado de coisas, dar prioridade às coisas fundamentais da qualidade de vida das pessoas, porque não adianta nada nós termos na televisão toda hora um comercial do governo, se nós analisarmos na ponta da caneta o que o governo gastou em publicidade e propaganda, daria para ter feito 100 mil casas populares no Paraná! 100 mil casas populares!

Então, nessa constatação nesse diagnóstico é o que nos leva a esperança de mudança, se Deus quiser!

O SR. ALGACI TULIO

Obrigado, deputado Neivo Beraldin.

Senhor presidente, deputados, teríamos muitos argumentos a levantar aqui para convencimento. Pena

que quem nós tenhamos que convencer não esteja aqui, que é o secretário da Administração. Tenho certeza que no fundo, nem o próprio governador sabe a situação em que está o nosso servidor público. Pode ter uma noção geral, mas não tem essa informação no detalhamento, até porque há um secretário, e este secretário é responsável por cada área.

Não venho aqui fazer uma cobrança de um deputado independente, uma cobrança de um deputado que não é da Situação, não é da Oposição mas que tem pautado, pela sua independência. Ao longo dos meus 20 anos de carreira política, iniciada como vereador em Curitiba e que tem sido e testemunhos são muitos, desta minha independência. Não venho fazer discurso político e nem quero buscar argumentos políticos que possam colocar em xeque uma posição do governo, até porque no ano que vem, provavelmente, teremos outro governo no Paraná que pode ser continuação do governo do Jaime Lerner ou pode ser o Álvaro Dias ou pode ser o Requião ou Padre Roque, ou o Rubens Bueno ou os outros seis, porque são, no total, dez candidatos. Não importa, eu estarei aqui nesta tribuna, se Deus me ajudar, cobrando normalmente, independente de quem seja o governo de ocasião, porque o governo passa, nós, políticos passamos, mas o servidor público permanece, está aí sempre, diuturnamente, sendo solicitado para o seu trabalho.

Por isso faço este apelo, no final do período legislativo ao senhor presidente e ao próprio líder do Governo e, ser for o caso, que se suspenda a Sessão por dez minutos, para que possamos fazer uma conversa com os líderes partidários, porque aqui ninguém é contra projeto nenhum que beneficie servidor. Todos, Oposição, Situação, independentes, são favoráveis! Então, façamos um entendimento ainda se vamos terminar os trabalhos no dia de hoje com quatro, cinco ou seis Sessões. Haverá tempo ainda de ser encaminhado a esta Casa, que está transformada em Comissão Geral de que possamos analisar e votar também este projeto.

Tenho certeza que não será este projeto da isonomia, do vencimento básico do policial civil que venha provocar uma quebra no governo do Estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra à Liderança do PPS, do Governo e da Oposição.

(**Declinam**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença dos 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, com apoio do deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Irineu Colombo, com apoio da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Edno Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de (cinco) de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados Luz Carlos Martins, Ricardo Chab, Eli Ghellere e demais deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa

Projeto de lei de autoria dos deputados Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Zuk, Waldyr Pugliesi e demais deputados devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa

A Presidência informa aos senhores parlamentares que chegou a Casa, Mensagem nº 026/2002, Projeto de Lei Complementar que estabelece a Lei Orgânica e Estatutos - Auditores e Fiscais da Coordenação da Receita do Estado.

Requerimento nº 1858, de autoria do deputado Cesar Seleme, com apoio dos deputados Tony Garcia, Luiz Carlos Martins, Ademar Traiano e demais deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a diminuição de interstício e a transformação do Plenário em Comissão Geral para a realização de Sessão Plenária que se realizará dia 28 deste mês, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 503/2002 de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e que dispõe sobre a criação de cargos para aquele órgão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1866, de autoria do deputado Durval Amaral, com apoio dos deputados Luiz Carlos Alborghetti, Duílio Genari, Miltinho Pupio e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a diminuição de interstício e a trans-

formação do Plenário em Comissão Geral para realização das Sessões Plenárias que se realizarem até o dia 30 deste mês, para discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 505/2002, 468/2002 e 443/2002 e emendas de Plenário transformadas em projeto de lei à parte, apresentadas ao Projeto de Lei nº 386/2002. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1886, de autoria do deputado Cezar Silvestri, constante do expediente, solicitando a preferência para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 028/2001, item 02 da Ordem do Dia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 028/2001, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre a concessão de vale refeição aos servidores e funcionários da Assembléia Legislativa.

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE RESOLUÇÃO N 028/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica concedido aos servidores e funcionários do Quadro da Assembléia Legislativa o vale refeição, instituído pela Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976.

Art. 2º - O valor mensal do vale refeição concedido a cada servidor ou funcionário será de 1/2 (meio) salário mínimo e concedido mediante requerimento escrito do interessado, dirigido à Primeira Secretaria da Mesa da Assembléia Legislativa.

Art. 3º - A Mesa Executiva da Assembléia Legislativa poderá expedir todos os atos necessários para a fiel execução desta resolução.

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27.06.2002.

(a) ALGACI TULIO - Presidente e Relator
Aprovado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem)

Somente para agradecer, em nome dos funcionários da Assembléia Legislativa, a todos os senhores deputados e à Mesa Executiva que demonstra sensibilidade, aprovando este projeto.

Quero em meu nome e em nome de todos os funcionários, agradecer ao deputado Hermas Brandão, ao deputado Antonio Anibelli, 2º secretário e Valdir Rossoni que mostraram sensibilidade, acabando com esta lacuna

que existia junto aos servidores da Assembléia Legislativa do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

A Presidência tem a informar aos senhores deputados, conforme Regimento Interno que estamos retirando o Item 1 da Sessão presente. Ele retornará ainda a uma das Sessões Extraordinárias do dia de hoje, porque se votássemos a redação final do Projeto de Lei nº 221/2002, automaticamente nós teríamos que encerrar o período legislativo.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/2001, que objetiva autorizar o Poder Executivo a mediante decreto, expedir, definir e atualizar normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e servidores civis, ativos e inativos, bem como de pensionistas do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Nesta Sessão nós vamos apreciar a emenda aprovada em 2ª discussão.

Inicialmente vamos analisar a Emenda Substitutiva da CCJ.

Em votação. **Aprovado.**

Emenda também da CCJ (Sub-emenda ao artigo 2).

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam a sub-emenda ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 495/2001, permaneçam como estão.

Aprovada.

Emenda nº 03 - da Comissão de Finanças.

(Emenda modificativa e aditiva ao Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça).

Em votação.

Aprovada.

Emenda de Plenário, com parecer favorável da Comissão Geral de Plenário.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

V. Exa. poderia dar ciência da Emenda de Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

(Lê a Emenda Aditiva da Comissão de Finanças)

Em votação a Emenda.

Aprovada

Irà à Redação Final.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 02/2002, que dispõe sobre alterações na Estrutura Organizacional do Poder Executivo, compreendendo extinção de Secretarias de Estado conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COM EMENDA DA CCJ E CF. SUB-EMENDA DA CCJ ACOLHENDO AS EMENDAS 01 E 02 DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em discussão e votação emenda aprovada em 2ª discussão, da CCJ. **Aprovada**; Emenda da Comissão de Finanças - **Aprovada**; Subemenda da CCJ - **Aprovada** em 2ª discussão. **Aprovada**. Emenda Aditiva já foi aprovada. **Irà à Redação Final o Projeto.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Quero fazer um agradecimento especial a V. Exa. e a todos os companheiros da Oposição e ao deputado Durval Amaral - líder do Governo, pela aquiescência quanto às emendas aprovadas nesta Sessão e na Sessão anterior, em que se deliberou sobre essa matéria, porque, com as emendas aprovadas, a reforma administrativa ficou um pouco melhor do que tinha sido proposto pelo governo, principalmente no que diz respeito à não extinção da Secretaria de Comunicação Social. Um aparelhamento para a agência de obras que hoje também está sendo estruturada melhor e, principalmente, pela não extinção da Secretaria do Trabalho e Relações do Emprego. Uma Secretaria que hoje, conforme bem disse o deputado Durval numa entrevista recente, funciona basicamente com repasses do Governo Federal.

E quero, nesta oportunidade, inclusive cumprimentar meu amigo de infância o Alan Jones que é da Secretaria do Trabalho e que está aqui, e na pessoa dele cumprimentar todos os funcionários, o secretário Nilton Grein pelo brilhante trabalho que faz esta Secretaria no Estado do Paraná.

Era isto, obrigado.

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre o deferimento do pagamento do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade

Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Casinha Feliz, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/2002, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Morretes, um lote de terreno conforme específica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 283/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza a construção da Pequena Central Usina Hidrelétrica (PCH), situada no Rio São Francisco Verdadeiro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação ao município de Nova Esperança, das Datas de Terras de nºs 5 e 7 da Quadra nº 35 da planta geral da cidade de Nova Esperança. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 385/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2002, que objetiva revogar o § 3º, do artigo 24 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Imposto Sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Estou apresentando à Mesa, um requerimento, pedindo que o item 11 da pauta seja deixado por último, porque são sessenta e duas emendas e precisaríamos de tempo para discutir.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o Requerimento nº 1905, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando que o item 11 da pauta, seja o último item a ser votado. **Aprovado.**

O tem nº 11 será o último item da presente Sessão.

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/97, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Sertãozinho imóvel de propriedade do Governo do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 466/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a incluir na Circunscrição do 15º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, o município de Cafeara. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 467/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/2002, que cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.**

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, em nº de 18, de autoria de diversos deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01,
AO PROJETO DE LEI Nº 467/2002**

Ficam acrescidos os seguintes artigos ao Projeto de Lei nº 467/2002:

“Art. ... - Ficam convalidados os empregos, o plano de cargos e salários e o Estatuto Interno da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, regulados pelo Decreto Estadual nº 7447, de 23 de novembro de 1990.

Art. ... - Ficam transformados, no Quadro de Pessoal Permanente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, 28 (vinte e oito) empregos vagos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, na forma do Anexo I desta lei.

Art. ... - Ficam extintos, no Quadro de Pessoal Permanente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, 256 (duzentos e cinquenta e seis) empregos vagos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, na forma do Anexo II desta lei.

Art. ... - Ficam criados, no Quadro de Pessoal Permanente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, 256 (duzentos e cinquenta e seis) empregos, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, na forma do Anexo III desta lei”.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Ademar Traiano, Waldyr Pugliesi, Nelson Garcia e Geraldo Cartário.

| Transformados de: | | | Para: | | |
|------------------------------|-------|-------|-----------------------------|-------|-------|
| Emprego | Nível | Qtde. | Emprego | Nível | Qtde. |
| Advogado III | 108 | 2 | Advogado I | 103 | 4 |
| Advogado IV | 110 | 2 | | | |
| Analista de Sistemas II | 105 | 1 | Analista de Sistemas I | 103 | 1 |
| Contador II | 105 | 1 | Contador I | 103 | 2 |
| Contador III | 108 | 1 | | | |
| Assistente Administrativo II | 208 | 19 | Assistente Administrativo I | 206 | 19 |
| Técnico em Contabilidade II | 213 | 2 | Técnico em Contabilidade I | 213 | 2 |
| TOTAL | | 28 | | | 28 |

| Empregos a serem Extintos | Nível | Qtde. |
|---|-------|-------|
| Administrador II | 105 | 3 |
| Arrais | 423 | 2 |
| Assistente Técnico Operacional | 310 | 32 |
| Assistente Técnico Administrativo I | 210 | 36 |
| Assistente Técnico Administrativo II | 213 | 1 |
| Conferente de Capatazias I | 308 | 45 |
| Contramestre de Manutenção Mecânica | 310 | 17 |
| Economista IV | 110 | 1 |
| Eletricista de Manutenção | 308 | 12 |
| Encarregado de Tráfego Ferroviário II | 309 | 6 |
| Encarregado de Manutenção Ferroviária | 306 | 1 |
| Encarregado de Serviços Gerais | 306 | 3 |
| Engenheiro IV | 110 | 1 |
| Marinheiro de Convés | 402 | 3 |
| Marinheiro de Máquinas | 402 | 2 |
| Mecânico de Manutenção | 308 | 5 |
| Moço de Convés | 401 | 3 |
| Moço de Máquinas | 401 | 1 |
| Oper. Empilhadeira, Guindaste e Equip. Similar I | 306 | 23 |
| Oper. Empilhadeira, Guindaste e Equip. Similar IV | 310 | 51 |
| Primeiro Condutor | 404 | 1 |
| Primeiro Eletricista | 404 | 1 |
| Segundo Condutor | 403 | 1 |
| Segundo Cozinheiro | 401 | 1 |
| Técnico de Sistema Portuário | 213 | 3 |
| Técnico em Agrimensura II | 211 | 1 |
| TOTAL | | 256 |

| Empregos a serem Criados | Nível | Qtde. |
|-------------------------------------|-------|------------|
| Economista I | 103 | 1 |
| Engenheiro de Segurança do Trabalho | 103 | 1 |
| Especialista Portuário | 110 | 3 |
| Encarregado de Manutenção | 310 | 15 |
| Guarda Portuário | 205 | 25 |
| Assistente Administrativo I | 206 | 6 |
| Auxiliar de Enfermagem | 208 | 1 |
| Técnico em Controle Marítimo | 213 | 5 |
| Técnico em Telecomunicação | 210 | 1 |
| Técnico em Informática | 213 | 3 |
| Operador de Equipamentos Portuários | 306 | 75 |
| Assistente Operacional I | 306 | 32 |
| Agente de Fiscalização Portuária | 308 | 45 |
| Agente de Manutenção e Serviços | 308 | 43 |
| TOTAL | | 256 |

Considerando que os portos sob delegação a governos estaduais tiveram que acompanhar as mudanças impostas pela Lei dos Portos (Lei Federal 8630), pelas exigências do mercado, do transporte marítimo internacional e pela lei da comunidade portuária;

considerando que há um nítido desequilíbrio na formação do quadro de pessoal da APPA aprovado pela sua legislação reguladora, em especial o Decreto 7447/90, tendo a autarquia deixado de preencher cerca de 60% das vagas do seu quadro funcional autorizado, ressentindo-se, em consequência, de mão-de-obra qualificada em setores estratégicos para prosseguir nos seus processos de realinhamento institucional; e

considerando que o objetivo de dar pronta solução às exigências do Ministério dos Transportes contidas no contrato de delegação da administração do porto organizado de Paranaguá e Antonina ao Estado do Paraná, cumpre, como providência preliminar, promover a readequação do quadro de servidores e empregados, tornando-o apto para as novas responsabilidades da APPA em sua função de autoridade portuária,

estamos submetendo à apreciação e aprovação de V. Exa., minuta de projeto de lei com a finalidade de readequar o quadro de pessoal desta autarquia.

Uma vez aprovada a readequação proposta, esta Administração, contando desde já com o apoio de V. Exa., pretende prover os empregos vagos mediante a realização de concurso público, na forma da legislação que rege a espécie.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

O parágrafo 1º do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 467/2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º -...

§ 1º - A natureza de autarquia especial conferida à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná é caracterizada por independência descisória, autonomia administrativa e autonomia financeira”.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Orlando Pessuti, Serafina Carriho, Cezar Silvestri, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

O parágrafo 2º do artigo 17, do Projeto de Lei nº 467/2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 17 -...

§ 2º - Os membros da Diretoria serão indicados pelo chefe do Poder Executivo do Estado e por ele nomeados, após arguição pública e aprovação por voto secreto promovidos pela Comissão Permanente de Obras Públicas, Transportes e Comunicação da Assembléia Legislativa”.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Orlando Pessuti, Serafina Carriho, Cezar Silvestri, Renato Gaúcho.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

O artigo 1º, do Projeto de Lei nº 467/2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, autarquia sobre regime especial, com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na capital do Estado, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território do Estado do Paraná, podendo estabelecer unidades regionais vinculadas à Secretaria de Estado Transportes”.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Orlando Pessuti, Serafina Carriho, Cezar Silvestri, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 05

O artigo 26, do Projeto de Lei nº 467/2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 26 - O processo decisório que aplicar afetação de direitos dos agentes econômicos dos setores regulados ou dos usuários será precedido de audiência pública convocada pela Agência”.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Ademir Bier, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Cezar Silvestri, Marcos Isfer.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

Fica suprimida a expressão “e VI” do Inciso IV do artigo 18 do Projeto de Lei nº 467/2002.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Ademir Bier, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Cezar Silvestri, Marcos Isfer.

JUSTIFICATIVA:

A emenda ora apresentada faz-se necessária em função da proposta de emenda ao artigo 2º do presente projeto, que visa extinguir o inciso VI.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 07

O parágrafo 1º do artigo 15, do Projeto de Lei nº 467/2002, passa a ter a seguinte redação:

Art. 15 -...

“§ 1º - A Diretoria submeterá relatório anual ao chefe do Poder Executivo do Estado, à Assembleia Legislativa do Estado e ao Tribunal de Contas do Estado, nos termos da regulamentação desta Lei”.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) NEREU MOURA

Apoioamento:

Ademir Bier, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Cezar Silvestri, Marcos Isfer.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 08

Inclua-se parágrafo único ao artigo 27, do Projeto de Lei nº 467/2002, com a seguinte redação:

Art. 27 - ...

Parágrafo Único - Serão publicadas as deliberações do Conselho e decisões do Presidente, em Órgão Oficial do Governo e em veículo de comunicação de grande circulação, excetuadas as que se refiram às disposições do artigo 28 desta lei.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) RICARDO CHAB

Apoioamento:

Nereu Moura, Ademir Bier, Orlando Pessuti, Renato Gaúcho, Serafina Carrilho, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 09

Dá nova redação ao parágrafo 2º do artigo 19, com a seguinte redação:

Art. 19 -...

§ 2º - Os diretores, ao deixarem seus cargos, ficarão à disposição da Agência durante 120 (cento e vinte) dias, para prestarem eventuais esclarecimentos que se façam necessários sobre o desenvolvimento das atividades e de outros assuntos de interesse público relacionados às suas ações, não podendo exercer outra atividade profissional de natureza pública ou privada, durante o período estabelecido, sendo-lhes assegurado a remuneração básica percebida durante o exercício do cargo.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) RICARDO CHAB

Apoioamento:

Nereu Moura, Ademir Bier, Orlando Pessuti, Renato Gaúcho, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk, 1 ilegível.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 10

O parágrafo 3º do artigo 17, do Projeto de Lei nº 467/2002, passa a ter a seguinte redação:

Art. 17 -...

§ 3º - O mandato dos diretores será de 1 (um) ano, admitida uma única recondução, obedecida a forma prevista no parágrafo anterior, sendo que o diretor permanecerá no exercício de suas funções após o término de seu mandato, até que seu sucessor seja nomeado e empossado.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) RICARDO CHAB

Apoioamento:

Nereu Moura, Ademir Bier, Orlando Pessuti, Renato Gaúcho, Serafina Carrilho, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 11

Os artigos 37 e 38 ficarão acrescidos de parágrafo único, passando a vigorar com as seguintes redações:

Art. 37 - omissis

Parágrafo Único - A primeira instalação da Diretoria se dará a partir de janeiro de 2003.

Art. 38 - omissis

Parágrafo Único - A primeira instalação do Conselho Deliberativo se dará a partir de janeiro de 2003.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) MARCOS ISFER

Apoioamento:

Ricardo Chab, Luciana Rafagnin, Hermes Fonseca, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho, Cezar Silvestri, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

Não se justifica que após 3 anos, de forma omissa e pouco participativa, tendo postergado a implantação de uma Agência Reguladora dos Serviços concedidos, o Governo queria administrar durante o período da próxima Administração, indicando para os próximos 3 anos a Diretoria e o Conselho da recém-criada Agência.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal o funcionamento da Agência só poderá ser efetivado no próximo exercício, ou seja, no ano de 2003, em função da ausência de previsão orçamentária para sua implementação, conforme artigo 44 deste projeto, que prevê receita do Orçamento do Poder Executivo.

**EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA
DE PLÊNÁRIO, DE Nº 12**

Os incisos do artigo 22 do Projeto de Lei nº 467/2002, que institui a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22 - omissis

I -

II -

III -

IV - um membro da Agência Nacional de Transporte Terrestre - ANTT, indicado pelo Poder Executivo Federal;

V -

VI - um representante da Federação da Agricultura do Paraná - FAEP;

VII - um representante dos Conselhos de Consumidores a que se refere o artigo 13 da Lei Federal nº 8631/93;

VIII - um representante da Associação Comercial do Paraná;

IX - um representante da Associação dos Municípios do Paraná;

X - um membro do órgão público de defesa do consumidor - Procon;

XI - um representante da Federação das Indústrias do Paraná - FIEP.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) MARCOS ISFER

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Ricardo Chab, Nereu Moura, Renato Gaúcho, Cezar Silvestri, Serafina Carrilho e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

A composição do Conselho proposto na lei restringe a participação da comunidade de usuários, incluindo apenas os conselhos de usuários das entidades reguladas, não prevendo a inclusão obrigatória do órgão de defesa do consumidor, e numericamente favorece o Poder Executivo e as entidades delegadas que, juntas detém a grande maioria dos membros.

O projeto ainda indica apenas 11 conselheiros, e não 13 conforme estipula o artigo 20 do projeto.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO, DE Nº 13

O inciso III do artigo 7º, do Projeto de Lei nº 467/2002, passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º -...

“III - Realizar audiência públicas semestrais, ou sempre que necessárias precedidas de ampla divulgação, com objetivo de imprimir publicidade, a planilhas de custos dos serviços realizados pela concessionária; valores dos custos globais para serviços e obras individualizados; e valores arrecadados devidamente discriminados por concessionárias e setores, bem como avaliação da atuação da Agência e da qualidade dos serviços prestados pelas entidades reguladas”.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Ademir Bier, Luciana Rafagnin.

EMENDA ADITIVA DE PLÊNÁRIO, DE Nº 14

O parágrafo 1º do artigo 1º, do Projeto de Lei nº 467/2002, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º -...

“§ 1º - A natureza de autarquia especial conferida à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná é caracterizada por independência decisória, autonomia administrativa, autonomia financeira e mandato de 2 (dois anos) de seus dirigentes.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Ademir Bier.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLÊNÁRIO, DE Nº 15

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 467/2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, vinculada ao governador do Estado do Paraná e orçamentariamente às entidades estatais a que pertence, sendo a mesma de natureza autárquica sobre regime especial, com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na capital do Estado, com prazo de duração indeterminado, podendo estabelecer unidades regionais e atuação em todo o território paranaense”.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura,
Ademir Bier.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 16

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 467/2002, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná, vinculada ao governador do Estado do Paraná e orçamentariamente às entidades estatais a que pertence, sendo a mesma de natureza autárquica sobre regime especial, com personalidade jurídica de direito público, com sede e foro na capital do Estado, com prazo de duração indeterminado, podendo estabelecer unidades regionais e atuação em todo o território paranaense”.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura,
Ademir Bier.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 17

Fica suprimido o inciso VI do artigo 2º do Projeto de Lei nº 467/2002

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk, Luciana Rafagnin, Ademir Bier,
Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A supressão do Inciso VI do artigo 2º dá-se pelo fato de que referido inciso poderá ensejar a vinculação de uma infinidade de serviços que fogem à finalidade a que se dispõe a Agência reguladora.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 18

Fica suprimida a expressão “e VI” do artigo 5º do Projeto de Lei nº 467/2002

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Luciana Rafagnin,
Nereu Moura.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda ora apresentada faz-se necessária em função da proposta de emenda ao artigo 2º do presente projeto, que visa extinguir o inciso VI.

Vou indicar o deputado Cesar Seleme, para relatar as referidas emendas.

O SR. CESAR SELEME (**Pela Ordem**)

Eu requeiro espaço de cinco minutos para dar o parecer sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se for do entendimento do Plenário, vamos votando os outros itens, enquanto V. Exa. analisa as emendas apresentadas dos senhores parlamentares.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que altera o § 2º do art. 29 da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996. (ICMS). COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
PROJETO DE LEI Nº 474/2002

O inciso II do Art. 1º do Projeto de Lei nº 474/2002, passa a ter a seguinte redação;

Art. 1º -

§ 2º - Não se estornam, créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior, bem como, referentes a equipamentos e prestações adquiridas no Estado, destinadas à fabricação de papel de impressão de livros, jornais e periódicos de que trata inciso do art. 4º da lei.

Sala das Sessões, em 02.07.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Caíto Quintana, Nereu Moura, Luiz Carlos Zuk,
Waldyr Pugliesi, Edson Strapasson e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o nobre deputado Durval Amaral, autor do projeto em tela, na sua justificativa alega que a proposta visa dar condições de competitividade a empresas nacionais, possibilitando a geração de emprego, pela argumentação em plenário do nobre deputado Fernando Ribas Carli, que o projeto visa estacar a importação de papel, item este tem peso sobremaneira na pauta de importação brasileira é que apresentamos a presente emenda supressiva, pois da forma como está redigida, dá a possibilidade de utilizar o crédito do imposto inclusive na importação do produto acabado, no caso papel de imprensa, concorrendo com a iniciativa nacional, produzindo negativamente todos os feitos que os nobres senhores deputados defenderam tanto através da justificativa como em plenário que era de proteger a iniciativa nacional, estadual e da geração de empregos.

O que defende a medida provisória nº 38 editada em 14/05/2002, em seu artigo 13º é justamente sobre o IPI incidente sobre máquinas, equipamentos e acessórios, e não mercadorias.

Portanto, senhores deputados diante do exposto solicito a V. Exa. a aprovação desta emenda supressiva para que esta Casa contribua com o fortalecimento da iniciativa provada pela geração de empregos.

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a ceder imóveis situados no município de Ribeirão de Pinhal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/2002, de 04/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 400/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a ceder imóveis situados no município de Ribeirão de Pinhal.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/2002, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a concessão de títulos de propriedade sobre imóveis integrantes do loteamento denominado Conjunto Habitacional Victória, localizado no município de Dois Vizinhos, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2002, de 12/06/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 426/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo dispor sobre a concessão de títulos de propriedade sobre imóveis integrantes do loteamento denominado Conjunto Habitacional Victória, localizado no município de Dois Vizinhos, e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 25.06.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/2002, de autoria do Tribunal de Contas, que cria cargos na estrutura do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **SEM PARECER**

PROJETO DE LEI Nº 503/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados, na estrutura do Quadro de Pessoal Efetivo do Tribunal de Contas: 06 cargos de Analista de Sistemas, AS-E01; 08 Cargos de Técnico de Controle Contábil, TCC-E01; 02 Cargos de Assessor de Comunicação, AC-D01; 02 Cargos de Fisioterapeuta, FT-D01; e 01 Cargo Simbologia DAS-4, de Assessor Administrativo da Presidência, conforme estabelecido nos Anexos I e II.

Art. 2 - Ficam mantidos os atuais ocupantes de cargos efetivos de que trata o art. 6º, da Lei nº 13.435, de 09 de janeiro de 2002.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.06.2002

(a) TRIBUNAL DE CONTAS

JUSTIFICATIVA:

A criação dos cargos ora propostos constitui importante avanço operacional para as atividades fiscalizadoras constitucionais do Tribunal de Contas.

O advento da Lei de Responsabilidade Fiscal representou significativo aumento no instrumental controlador, desta Casa, em decorrência da introdução de novos mecanismos de acompanhamento do Poder Público, traduzidos em Relatórios de Gestão Fiscal complexos, sistemas de auditoria, alertas e nova mecânica técnico-contábil de análise das contas públicas. Nesse sentido, os setores de contabilidade, informática e comunicação, passaram a ter conteúdo especial, pela abrangência e finalidade de seu campo de atuação.

Este Tribunal já vem desenvolvendo programas avançados de controle, sendo possível estacar o macroprojeto dominado SIM - Sistema de Informações Muni-

país recomendado inclusive por órgãos federais ligados à melhoria da qualidade das atividades governamentais.

De outro lado, é relevante informar que os custos de criação dos cargos em referência estão rigorosamente dentro dos parâmetros legais, bastando salientar que, atualmente, as despesas totais do TC ascendem a 1,07% bem

afastado do limite prudencial de 1,29% e do legal, de 1,36% da Receita Corrente Líquida.

Desta maneira, espera-se a acolhida desta proposição, por parte do egrégio Poder Legislativo, instituição sempre comprometida com o equilíbrio da administração pública.

SÍNTESE DAS PUBLICAÇÕES DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL RELATIVOS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

| | 1º Quadrimestre - 2001 | 2º Quadrimestre 2001 | 3º Quadrimestre 2001 | 1º Quadrimestre 2002 |
|----------------------------|------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Receita Corrente Líquida | 1.991.914.987,44 | 1.985.204.195,00 | 2.283.725.817,56 | 2.128.830.988,70 |
| Participação % Pessoal/RCL | 1,11% | 1,12% | 1,07% | 1,07% |

| PROJEÇÃO DO IMPACTO FINANCEIRO | |
|--|--------|
| PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL S/RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO 1º QUADRIMESTRE 2002 | |
| DESPESA DE PESSOAL 1º QUADRIMESTRE 2002 | 1,071% |
| ACRÉSCIMO DECORRENTE DO PROJETO | 0,008% |
| PERCENTUAL DE COMPROMETIMENTO PROJETADO | 1,079% |

| LIMITES DETERMINADOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - PERCENTUAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA | |
|--|-------|
| LIMITE LEGAL | 1,36% |
| LIMITE PRUDENCIAL | 1,29% |
| LIMITE 1º ALERTA | 1,22% |
| LIMITE ARTIGO 71 | 1,18% |

RAFAEL IATAURO - Presidente do Tribunal de Contas
CÉLIA CRISTINA ARRUDA - Diretora de Contabilidade e Finanças

ANEXO I CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| GRUPO OCUPACIONAL ATIVIDADES DE ASSESS. DE NÍVEL SUPERIOR | | |
|---|---------|-------|
| | INICIAL | FINAL |
| Analista de Sistema | E01 | G11 |
| Assessor de Engenharia | E01 | G11 |
| Assessor Jurídico | E01 | G11 |
| Técnico de Controle Administrativo | E01 | G11 |
| Técnico de Controle Contábil | E01 | G11 |
| Técnico de Controle Econômico | E01 | G11 |
| Técnico de Controle Atuarial | E01 | G11 |
| Revisor Assistente | D01 | F10 |
| Assessor de Comunicação | D01 | F10 |
| Bibliotecário | D01 | F10 |
| Médico | D01 | F10 |
| Odontólogo | D01 | F10 |
| Psicólogo | D01 | F10 |
| Fisioterapeuta | D01 | F10 |
| Assistente Social | D01 | F10 |

ANEXO II CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| Nome | Simbologia |
|--|------------|
| Assessor Administrativo da Presidência | DAS-4 |

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1899, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 503/2002.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre a Agência de Desenvolvimento do Paraná. SEM PARECER.

PROJETO DE LEI Nº 505/2002 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

A presente emenda acrescenta artigo 4º à redação original do Projeto de Lei nº 339/2002, renumerando o artigo 4º como 5º, conforme redação a seguir:

“Art. 4º - A Agência de Desenvolvimento do Paraná S.A., instituída pela Lei nº 11.741, de 19 de junho de 1997, alterada pela Agência de Fomento do Paraná S.A., pela Lei nº 12.419, de 13 de janeiro de 1999, passa a vincular-se à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, cujo Titular integrará seu Conselho de Administração, na qualidade de Presidente.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sala das Sessões, em 26.06.2002,

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Duflino Genari, Miltinho Pupio, Ademar Traiano e Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

Visa consolidar o Sistema de Ação dos Municípios do Paraná - SFM, criado pelo Decreto nº 5.631, de 30 de abril de 2002, que está baseado em quatro alicerces: a Sedu, o Paranacidade, a Agência de Fomento do Paraná S/A e as Associações de Municípios.

Garante num só âmbito de atuação a implementação de recursos que farão parte do Sistema na ordem de R\$930 milhões para os próximos quatro anos.

Está sem parecer, mas como está incluído na pauta do requerimento já aprovado, que transforma em Comissão Geral, solicitaria ao deputado Ademar Luiz Traiano, que relatasse o referido projeto.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, não vi nenhum Diário nosso aqui na Ordem do Dia, a publicação desse projeto e gostaria de saber em qual deles foi, porque não tive acesso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi publicado na Sessão de segunda-feira, ontem, mas vamos pedir que seja lido pelo nobre deputado 1º secretário desta Casa, Valdir Rossoni.

A SRA. SERAFINA CARRILHO (**Pela Ordem**)

Gostaria de anunciar aqui a presença do Pastor Oliveira, deputado federal pelo PL.

Agradecemos a sua presença!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Damos as boas-vindas ao Pastor Oliveira, deputado federal, que nos orgulha com a sua presença.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu estou com os avulsos e não estou encontrando no Diário de ontem...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então houve uma falha do Departamento Legislativo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Nós não podemos estar votando a Agência Reguladora, Agência de Desenvolvimento, agência que cria compromisso para a sociedade, compromisso para o Estado, regula as relações entre o Estado e as concessionárias, regula a questão do desenvolvimento no Estado sem discussão, sem o mínimo de critério, no afogadilho, sem passar por uma comissão, sem nada!

É impossível que a Casa não tenha esta preocupação, e é impossível que o Governo não tenha condições de ter conhecido antes as necessidades do próprio órgão que dirige e não ter conhecimento de que precisava há tempo realizar ou encaminhar para cá uma mensagem criando, ou que a Liderança do Governo, depois de todas essas discussões, não soubesse ou não tivesse ciência dessa necessidade! Não é agora, depois que nós já estamos no último dia; ele deu entrada no dia 27, não discutiu em nenhum momento!

Não tem como, senhor presidente! Eu apelo ao deputado Durval Amaral, autor do projeto, que retire, discutamos isso lá na frente, deputado Durval Amaral! Não dá para votar desse jeito! Nós votamos aqui ontem uma agência reguladora de infra-estruturas, esses dias, sem a mínima informação.

A Casa está abdicando da condição de analisar as leis que impõe à sociedade. Até parece que as leis que nós votamos aqui não são impositivas à sociedade, cumpra-se se quiser, cumpra-se, se desejar... Ora, não é essa a nossa função, precisamos nos determos, analisarmos com cuidado, para que possamos votar com consciência.

Não sou, deputado Durval Amaral, contrário, a princípio sou contrário à forma, a prática, ao usual que está nesta Casa, de fazer a coisa descer goela abaixo, não dá!

Eu gostaria de fazer uma segunda questão de ordem, e essa aqui eu faço, então fica a V. Exa. O projeto de lei, também do deputado Durval Amaral, o 474, eu consultaria a Mesa se foi analisado uma emenda de nossa autoria, porque eu não vi a votação dessa emenda, apreciação dessa emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Qual emenda nobre deputado?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

A emenda que trata do artigo 1º, parágrafo 2º. Foi publicada a emenda, o projeto eu não vi!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi transformado em projeto de lei separado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Está certo, ela era uma emenda e foi transformada em projeto à parte.

Só que isso não valida a questão da discussão, isso não torna sanado o erro...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Se eu não me engano, na ocasião foi até uma solicitação do Plenário que transformasse em projeto à parte, e nós concordamos.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para esclarecer ao brilhante que é, e atuante, deputado José Maria. Esse item que nós estamos discutindo neste momento, que é o Projeto de Lei nº 505, que foi uma emenda transformada em projeto à parte, tem só um objetivo que atende inclusive municípios seus e de todos os senhores deputados. Votamos aqui há alguns dias um empréstimo do BIRD, de 100 milhões de dólares para o Paraná Urbano II, que atenderá, não somente este governo, mas os próximos, e fundamentalmente todos os municípios do Paraná.

Agora, é uma condição imposta pelo BIRD para que essa agência que vai contratar esses recursos com os municípios, esteja vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da qual V. Exa. já foi diretor geral, razão pela qual, até no ano passado nos propusemos aqui, e fomos contra isso, querendo, exigindo a vinculação da Agência de Desenvolvimento à Secretaria de Fazenda, mas agora temos uma outra realidade imposta pelo BIRD. Precisamos votar isso para que os municípios possam, no mês de julho, agosto, contratar esses empréstimos com os municípios paranaenses.

Por isso, estamos insistindo na votação, para que os municípios do Paraná não venham ser prejudicados. Tenho certeza, que não é o objetivo de V. Exa. e de nenhum de nós.

É um projeto muito simples, só deslocando a competência hierárquica, vamos assim colocar, da agência de fomento que hoje está vinculada à Secretaria da Fazenda, passará à Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

Esse que é o objetivo desse projeto.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

V. Exa. fala agência de fomento e estamos falando de agência de desenvolvimento. Temos duas. Temos uma agência de fomento que está na Secretaria da Fazenda e V. Exa. está criando uma outra agência.

O SR. DURVAL AMARAL

Desenvolvimento e fomento para mim é sinônimo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Mas a lei não diz isso. A lei não aceita sinônimo.

Muito obrigado!

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, este projeto não pode ser apreciado, porque não contempla o que dispõe o Regimento Interno. Os requerimentos que temos na mão, transformando a Sessão Plenária em Comissão Geral, sugere os dias 28 e 30 de junho.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nobre deputado, quando não há Sessão, automaticamente passa a Sessão seguinte.

O SR. NEREU MOURA

Mas não é regimental, senhor presidente. Os outros projetos de leis que estávamos analisando as emendas, tudo bem, mas esse, é um projeto novo! E ele não é contemplado nos requerimentos que foram aprovados aqui, transformando em comissão geral a Assembléia Legislativa.

Portanto, ele deve ser postergado para a Sessão do mês de agosto.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Há requerimentos nossos, apresentados à Mesa, pedindo a prorrogação dos efeitos dos três requerimentos para a transformação do Plenário em Comissão Geral até o dia 05 de julho.

Foi votado no início da Sessão.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Tenho aqui cópia do requerimento que foi votado no início da Sessão, que é o requerimento que transforma o Plenário em Comissão Geral para o dia 28 de junho. Está em minhas mãos, de forma que este projeto está prejudicado, porque não está contemplado na transformação de comissão geral. Artigo 107 do Regimento Interno.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O 505, nobre deputado, está aqui no requerimento aprovado no dia 02 de julho...

O SR. HERMES FONSECA

Só se foi alterado, senhor presidente!

Isso não consta no requerimento que veio para nós!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está aqui o requerimento que recebemos. Vou fazer questão de ler para V. Exa.

Na realidade, o que usamos aqui, nobre deputado, foi um requerimento que foi apresentado dia 27 de junho que foi lido hoje, e na hora da leitura nós vamos solicitar as notas taquigráficas onde se falava da diminuição do interstício e transformação do Plenário em Comissão Geral para realização das Sessões Plenárias que se realizarem em data de hoje e foi aprovada em data de hoje!

Então, vou suspender a Sessão por cinco minutos até que as notas taquigráficas forneçam essas informações.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente o que vale é o requerimento!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O que vale é a leitura aqui no referido momento!
Está suspensa a Sessão por cinco minutos até que me forneçam as notas taquigráficas!

(**Suspensa a Sessão**)

Reiniciando os trabalhos desta tarde, estava em discussão o Item 19:

Há um Requerimento nº 1910 do deputado Durval Amaral constante do expediente solicitando a retirada do Projeto por 5 Sessões. Em votação o requerimento.

Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 505/2002.

O SR. WALDYR PUIGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Só para registrar a nossa satisfação com essa posição que foi adotada pelo líder do Governo, porque nós tínhamos feito uma argumentação para que deixássemos a votação desse projeto de lei após o recesso parlamentar.

Ele teve sensibilidade para aceitar essa argumentação que a Oposição fez, e acho que é o melhor caminho que nós tínhamos para trilhar nesse momento.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Primeiro, quero cumprimentar o deputado Durval pela retirada do item 19 que é o Projeto de Lei nº 505/2002, que dispunha criar Agências de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Evidentemente, não somos contra, mas precisa de um período de análise maior. Nisso, o deputado Durval tem a nossa compreensão e a nossa solidariedade.

Quanto ao item 15, é a questão de ordem que faço à Mesa.

Aquela emenda apresentada por este deputado, que trata o parágrafo 2º do artigo 1º do Projeto de Lei nº 474/2002.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos tomar uma medida administrativa aqui e vamos colocar a emenda em votação.

O projeto já foi aprovado, ressalvada a emenda. Teremos que relatar a emenda e posteriormente colocá-la em votação.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, pela ordem!

(**Assentimento**)

O encaminhamento que V. Exa. designou, eu estava aqui conversando indevidamente, nesse momento, o senhor estava despachando, com o deputado Tony Garcia. Perdoe-me!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou designar um relator. O projeto está votado, ressalvada a emenda.

Vamos designar o Relator para relatar a emenda assinada pelo deputado José Maria Ferreira, devidamente, aprovada pelos senhores parlamentares e posteriormente, colocaremos em votação.

O SR. NEREU NOURA

Qual o item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O item 15.

Designo o deputado Nereu Moura para relatar a emenda sobre a constitucionalidade ou não.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados:

Emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 474/2002 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Analisando os aspectos formais, legais e constitucionais, a emenda está apta a tramitar na Casa, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É o relatório do deputado Nereu Moura.

Está em discussão, está em votação. Senhores deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, para encaminhar.

(**Assentimento**)

Senhor presidente e senhores deputados, apresento a emenda ao artigo 1º, parágrafo 2º, do Projeto de Lei nº 474, de autoria do deputado Durval Amaral, porque entendo que ao conceder condições para o estorno do ICMS lançado na aquisição de produtos importados, e ali, deputado Ribas Carli, o projeto não trata, como assegura a Medida Provisória nº 38, editada no dia 14 de maio deste ano, porque lá diz muito claro: o governo federal fez o mesmo procedimento, só que ele fez com equipamentos, assessorios e ferramentaria. Ele não colocou mercadoria e no caso nosso, em particular, estamos a título de mercadoria. Amanhã, qualquer importador pode comprar papel de imprensa, papel para impressão comum, lançar a creck (?) e aproveitar os impostos.

Então, nós estaríamos, ao contrário do que propõe o projeto e defendido pela justificativa dos senhores deputados no texto e em Plenário, não estaríamos contribuindo com a indústria nacional, não estaríamos contribuindo para a geração de empregos e muito menos para a produção de tributos, mas estaríamos, sim, concorrendo com a atividade local nossa. Por isso, a expressão não pode permitir que nós aproveitemos os impostos com a importação de mercadorias.

Se for de equipamentos, não tem problema, e este é, inclusive, o princípio adotado pelo governo federal no artigo 13 da Medida Provisória nº 38.

Portanto, peço aos senhores deputados, porque não estamos dessa forma contribuindo com a empresa do Estado, mas, sim, contribuindo apenas e unicamente com o Porto de Paranaguá. Ah! Com o Porto sim, porque ali diz das mercadorias desembarçadas no Porto de Paranaguá! Mas, com o resto da atividade e da geração de empregos não estaríamos. Portanto, peço voto pela emenda, porque dessa forma estaremos defendendo a indústria do nosso Estado.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a emenda. Os senhores deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam a emenda do deputado José Maria Ferreira, queiram levantar-se. Dezoito senhores parlamentares aprovam.

Senhores deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se. Vinte e quatro senhores deputados rejeitam.

Está rejeitada a emenda e mantido o projeto na forma original.

Solicito ao deputado Cesar Seleme que relate as emendas de Plenário ao item 14º.

O SR. CESAR SELEME

Senhor presidente, senhores deputados.

Escolhido como relator do Projeto de Lei nº 467/2002, autor Poder Executivo, Mensagem 22/2002, que cria a Agência Reguladora de Serviços Públicos de infra-estrutura do Paraná, conforme especifica. Recebi e analisei várias emendas, de vários deputados: uma emenda do nobre deputado Nelson Justus; seis, do deputado Nereu Moura; três, do nobre deputado Ricardo Chab; duas do nobre deputado Marcos Isfer; e seis do deputado Strapasson.

Senhor presidente, senhores deputados. São emendas modificativas e aditivas ao projeto. Analisando a sua forma e conteúdo, quanto a legalidade e constitucionalidade, este relator é de Parecer favorável quanto a legalidade e constitucionalidade de todas as emendas ao projeto; têm condições de tramitar por esse douto Plenário.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão o parecer do nobre deputado, e de acordo com o artigo 171 do Regimento Interno será votada em grupo.

Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Vamos votar as emendas.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, V. Exa. vai votar individualmente as emendas?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Individualmente. Votamos a constitucionalidade de todas ao mesmo tempo.

Emenda do deputado Nelson Justus.

Eu solicito ao Plenário, se há necessidade de fazer a leitura das emendas.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de perguntar se as emendas serão votadas, não em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Individualmente.

O SR. RICARDO CHAB

Eu gostaria que se fizesse a leitura das emendas, porque...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Valdir Rossoni, que proceda à leitura da Emenda nº 01.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Lê a emenda nº 01**)

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Eu queria perguntar ao deputado Nelson Justus, autor da emenda, para que ele esclarecesse ao Plenário o objetivo de sua emenda. Parece-me que não está aumentando cargos, apenas transferindo cargos.

O SR. NELSON JUSTUS (**Para Encaminhar**)

Realmente o deputado Nereu Moura, na sua alta sabedoria, soube compreender perfeitamente o objetivo dessa emenda. Ela não tem outro, senão regulamentar alguma coisa que há muito tempo os funcionários dos portos de Paranaguá e Antonina têm dificuldade nessa regulamentação. Não se cria absolutamente nenhum cargo. Apenas se transporta de um para outro não criando qualquer tipo de ônus. Pelo contrário, facilitando a vida da APPA e da própria Secretaria dos Transportes.

Por esta razão é que nós encaminhamos favoravelmente esta emenda que é totalmente constitucional apelamos ao senhores deputados que ao entenderem o espírito da lei, apóiem esta emenda aditiva ao Projeto 467.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.
Aprovado.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, registre o voto contrário da bancada do PMDB.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Registre-se o voto contrário da bancada do PDT.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Registre-se os votos contrários do PT e do PL.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Devidamente registrados os votos contrários.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Quero registrar que o PPS não vota contra a agência, vota contra a forma como o projeto foi apresentado a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado, nobre deputado Marcos Isfer.
Em votação a emenda nº 1, deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam a emenda queriam levantar-se.

Quatorze senhores deputados aprovam a emenda.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e três. Está rejeitada a emenda.

O SR. NELSON JUSTUS (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é matéria vencida.

É uma lástima, realmente, que a maioria, ou quase a totalidade dos deputados aqui na Casa sequer se dignou a entender, a ler a emenda, que dirá a aprová-la ou rejeitá-la. Lamento profundamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Valdir Rossoni a leitura da emenda nº 2, de autoria do deputado Nereu Moura, devidamente apoiada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Lê emenda nº 2 - Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 467/2002**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda do deputado Nereu Moura.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estamos tentando localizar a Emenda nº 02, porque a grafia aposta à numeração das emendas, aqui, ficou muito pouco legível. Estamos tendo alguma dificuldade para localizar a Emenda nº 02, razão pela qual peço a V. Exa., para que o deputado Valdir Rossoni possa repetir a leitura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O deputado Valdir Rossoni, nosso 1º secretário está à disposição para fazer a leitura.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, muito obrigado.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Lê a emenda nº 02**)

O SR. CARLOS SIMÕES

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

Quero registrar a presença, no plenário, do grande comunicador da TV Record Roberto W. (?) e também da Rádio Brasil Tropical, que nos honram nesta tarde, com suas presenças. Um abraço, Roberto W. (?)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda nº 02.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Dezoito deputados aprovam.

Vinte e quatro deputados rejeitam.

Está rejeitada a emenda.

Emenda nº 03, de plenário, de autoria do deputado Nereu Moura, devidamente apoiada. Solicito ao deputado Valdir a sua leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Lê a emenda nº 03**)

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, para encaminhar.

(**Assentimento**)

Deputado Durval Amaral, essa emenda é apenas corretiva, pelo projeto do governo diz que é uma comissão da Assembléia, e nós estamos especificando que é uma Comissão Permanente de Obras, que é a comissão correlata. Ela é apenas corretiva ao projeto do governo.

O SR. DURVAL AMARAL

Pela ordem, senhor presidente.

(**Assentimento**)

É correto. Procede a sua emenda, nobre deputado. Queremos a transparência. Não estava especificada com a

comissão, razão pela qual concordamos com a aprovação dessa emenda.

OS SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação, a emenda.

Aprovada.

Emenda nº 04, do deputado Nereu Moura, devidamente apoiada. Solicito ao deputado Valdir Rossoni, a leitura da referida emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Lê a emenda nº 04**)

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, para encaminhar.

(**Assentimento**)

Senhor presidente, são sede e foro na Capital do Estado houve um erro de datilografia na nossa emenda. Nessa emenda também estamos alterando o projeto do governo, que subordina a agência ao governador do Estado, e nós, através desta emenda estamos subordinando a agência ao secretário de Estado dos Transportes, porque entendemos que ele terá melhores condições de gerir, de acompanhar, de fiscalizar a agência, e por isso estamos apresentando esta emenda, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão a emenda. Encerrada a discussão, em votação.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovada.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam a emenda do deputado Nereu Moura, queiram levantar-se.

15 senhores deputados.

Os senhores deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se.

24 senhores parlamentares.

Está rejeitada a Emenda.

Emenda nº 05, do deputado Nereu Moura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Lê Emenda nº 05**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Emenda nº 06, do deputado Nereu Moura.

Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

Verificação de votação, a pedido do deputado Durval Amaral.

Os deputados que aprovam a emenda do deputado Nereu Moura, queiram levantar-se.

18 parlamentares.

Que rejeitam, queriam levantar-se.

24 parlamentares.

Está rejeitada a Emenda.

Emenda nº 07, do deputado Nereu Moura.

Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Emenda nº 08, do deputado Ricardo Chab.

Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Emenda nº 09, do deputado Ricardo Chab.

Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. RICARDO CHAB (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, esta emenda que eu coloco no projeto remete-se a um fato que acho de extrema importância, porque veja bem, o cidadão deixa de ocupar o cargo de presidente ou de diretoria. Fica cento e vinte dias afastado, à disposição e, de repente, pode ter cometido um equívoco ou agido de má fé ou não. Então, veja bem, ele sai e fica percebendo a remuneração básica de quando ele tinha o cargo mas fica à disposição! Isso vai impedir e eu quero convocar o líder do Governo, vai impedir o diretor, que regulamenta a tarifa de energia elétrica. Ora! Quando diretor, ele pode ter praticado algum benefício a qualquer empresa terceirizada dentro da Copel e aí, impede que ele vá trabalhar na empresa terceirizada. Olhem, o Banco Central hoje faz isso! Por que a nossa agência não haveria de fazer?

É a colocação que eu faço, pedindo ao líder do governo que remeta à sua base.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Por concordar com o deputado Ricardo Chab, nós vamos rejeitar a sua emenda, porque ele propõe apenas cento e vinte dias e a Mensagem do governo, no artigo 19 propõe seis meses.

Então, ela é mais severa do que a própria proposta do nobre deputado.

O SR. RICARDO CHAB

Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. já encaminhou.

O SR. RICARDO CHAB

Mas é que a proposta - só para corrigir o deputado Durval Amaral - prevê o recebimento integral dos vencimentos. Essa é a colocação.

A minha, não, a minha moraliza! Encurta o tempo, mas moraliza o vencimento. Não é justo o cidadão ficar

cento e oitenta dias sem trabalhar e recebendo o salário integral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda.

Aprovada.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação.

Os deputados que aprovam a emenda do deputado

Ricardo Chab, queiram levantar-se.

Dezoito aprovam.

Os que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte e quatro rejeitam.

Está **rejeitada** a Emenda.

Emenda nº 10.

(Lê a Emenda).

Em votação.

Aprovada.

O SR. DURVAL AMARAL

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os que aprovam, queiram levantar-se.

Dezoito aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro rejeitam.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, diversos deputado ficaram sentados. Gostaria que fosse feita a conta de novo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos fazer novamente.

Os que aprovam a emenda do deputado Ricardo

Chab queiram levantar-se.

Dezoito aprovam.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e cinco.

Está **rejeitada** a Emenda.

Emenda do deputado Marcos Isfer, Emenda nº 11.

O SR. 1º SERETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(Lê Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 467/2002)

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, como já fizemos na votação do projeto, dizer que somos favoráveis à criação de uma Agência de Infra-Estrutura no Estado do Paraná.

O que nós não podemos entender e permitir é esse verdadeiro “cavalo de tróia” que se pretende com esse projeto, ou seja, ao votar-se uma Agência de Infra-Estru-

tura, nomear diretores que entrarão por todo o mandato subsequente, seja quem for o próximo governador e até mesmo pelo seu próximo sucessor, tendo em vista que um dos mandatos é de cinco anos, como está previsto.

Então nós entendemos que a Agência de Infra-Estrutura é importante e necessária para o bom andamento do trabalho, da fiscalização das empresas, particularmente aquelas de serviços concessionados. Agora, há necessidade, também, de que seja transparente esse projeto. Não podemos, neste momento, sairmos nomeando pessoas - mesmo que aprovadas por esta Assembléia: irão entrar em mandato subsequente por alguns anos.

Então, nossa intenção com esta emenda, é que tudo passe a valer a partir de janeiro de 2003, quando teremos o governo que irá estar, já, devidamente empossado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Emenda nº 11 do deputado Marcos Isfer. **Aprovada.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

17 aprovam e 21 rejeitam - **Rejeitada.**

Em votação a Emenda nº 12 do deputado Marcos

Isfer. **Aprovada.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Emenda nº 12.

18 Aprovam e 21 rejeitam - **Rejeitada.**

O SR. MARCOS ISFER

Justificativa de voto.

Há um erro no projeto de lei, porque o texto do artigo fala em 13 membros do Conselho, embaixo só discriminam 11 membros. Como foi um projeto naturalmente feito às pressas, há um erro ou de datilografia ou um erro de execução. E há mais um erro: há necessidade, pela própria Constituição, e que haja, hoje um membro dos Conselhos dos Consumidores, do órgão de entidade dos consumidores e que também não está previsto. Está previsto, apenas, 3 usuários. Quer dizer, teríamos pessoas representando alguma das atividades exercidas e não todas. Com um membro do Procon, ou membro de um órgão dos consumidores teríamos satisfeita a legislação. Então, precisa fazer um enquadramento, um ajuste na própria lei. O artigo fala em 13 e só existem 11 discriminados.

O governo, por favor, que repare o dano.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Emenda nº 13, do deputado Edson Strapasson. Em votação. **Aprovada.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em verificação de votação a Emenda nº 13.
18 aprovam e 20 rejeitam. Rejeitada.

Votação da Emenda nº 14, do deputado Edson Strapasson. Em votação.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Esta emenda ao parágrafo 1º do artigo 1º, apenas extingue a parte final do artigo que estabelece um mandato fixo. Nós não entendemos o fixo. Na verdade já está regulamentado, e cita a estabilidade de seus dirigentes. O intuito de extinguir esta parte da redação, se dá exatamente quando nós pretendemos, através desse projeto, criar uma tal estabilidade.

É evidente que os diretores dessa agência, no exercício da sua função, procurando fiscalizar as ações das concessionárias, evidentemente, têm estabilidade. Agora não se pode constar numa lei, criando estabilidade, digamos aí que haja razões para que se possa intervir na agência, que o governo é o controlador efetivo, ele é o patrão da gente, ele esbarraria neste artigo que cita a tal estabilidade dos diretores que é uma coisa que nós não concebemos.

Portanto, pedimos a aprovação desta emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Senhores deputados que aprovam a Emenda...

Verificação de votação a pedido do deputado Durval Amaral.

Emenda 14: 18 senhores deputados aprovam; 22 deputados rejeitam. **Rejeitada.**

Em votação Emenda nº 15 do deputado Strapasson.

Discussão, votação, **Aprovada.**

Em votação Emenda nº 16 do deputado Strapasson.

Discussão, votação, **Aprovada.**

Em votação Emenda nº 17, do deputado Strapasson. Procederemos à leitura da Emenda, a pedido do autor.

Verificação de votação a pedido do deputado Durval Amaral.

18 deputados aprovam, 25 rejeitam. **Rejeitada.**

Em votação emenda nº 18, do deputado Strapasson. Lida a Emenda, a pedido do autor.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

18 senhores deputados aprovam; 25 rejeitam. Está **Rejeitada.**

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Só para deixar registrado nos Anais da Casa, que nesse último projeto da Agência Reguladora, nós do PMDB fizemos aprovar 5 Emendas: 02 do deputado Nereu Moura; 02 do deputado Edson Strapasson e 01 emenda minha.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/2002, que institui o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná - QPPE, composto pelos atuais funcionários públicos civis da administração direta e autárquica, estabelecendo sua estrutura administrativa e funcional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO SOMENTE AS EMENDAS DE PLENÁRIO DE Nºs 01 a 62.

Ainda sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 063, de autoria da Comissão de Orçamento, tendo como presidente o senhor deputado Cezar Silvestri e relator o senhor deputado Durval Amaral; com apoio dos senhores deputados Orlando Pessuti e Hermas Brandão, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO COMISSÃO DE ORÇAMENTO EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 63, AO PROJETO DE LEI Nº 386/2002

Inclua-se um parágrafo 2º, ao artigo 29 das Disposições Finais e Transitórias do Projeto de Lei nº 386/2002, com a redação abaixo descrita, passando o atual parágrafo 2º a constituir-se em parágrafo 3º.

Art. 29-

§ 2º - A gratificação a que se refere o artigo 15, Inciso VI, será estendida retroativamente ao mês de março de 2002, a partir da publicação da presente lei, aos funcionários da SEAB não atingidos pelo Decreto nº 5391, de 04 de março de 2002.

§ 3º -

Sala das Sessões, em 02.07.2002

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Apoio:

Orlando Pessuti e Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa a correção de distorção causada pela implantação da gratificação pelo exercício de encargos especiais (100% sobre o vencimento básico do cargo) somente aos funcionários do DEFIS (nível uni-

versitário e auxiliares) fato que ocorreu a partir de março de 2002.

A exclusão dos demais da SEAB (outros departamentos e setores) trouxe para o âmbito da SEAB o acirramento das distorções em termos de remuneração e uma série de problemas/dificuldades gerenciais, conforme pode ser atestado no documento em anexo. Para que se garanta a equiparação de vencimentos (remuneração) entres os funcionários do DEFIS e os demais da SEAB, é que se propõe a presente emenda.

Peço atenção especial dos senhores parlamentares, que nesse projeto nós temos 62 emendas.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Só queria registrar a presença do prefeito Deusdete Ferreira de Cerqueira, prefeito de Paranavaí; prefeito Fiori, de São Carlos do Ivaí; prefeito João Tormena, de Nova Aliança; nossa vereadora de Cafelândia Tereza e a dona da TV Piquiri, Fátima Amaral.

O Sr. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos anais desta Casa a presença de ilustres visitantes.

Com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Consulto V. Exa, porque estamos encaminhando à Mesa, requerimentos pedindo votação em bloco de algumas emendas, haja vista que são 62, e a nossa assessoria técnica, fez uma análise bastante detalhada de cada uma delas. Existem várias emendas que nós pretendemos encaminhar pela aprovação, existem algumas que, como elas estavam inicialmente formuladas, não seriam possíveis de terem acolhimento por este Plenário, mas nós fizemos ajustes necessários para que elas possam ser aprovadas por esta Casa.

E, por último, existem algumas emendas que, não obstante a vontade do parlamentar, que certamente atende uma reivindicação de um segmento do quadro de funcionários do Estado do Paraná, não poderão ser contempladas, porque com toda certeza, senhor presidente, inviabilizaria a sanção governamental.

E nós sabemos que 46 mil servidores, no mínimo, dependem desse Quadro de Cargos e Salários, dessa carreira que estamos votando nesta tarde. O que nós queremos?

Não queremos, em hipótese alguma, prejudicar nenhum servidor público. Nós respeitamos os servidores que aqui estão, que aliás, são muito bem-vindos, mas nós queremos preservar ao máximo os interesses de mais de 46 mil servidores, razão pela qual, presidente, vou encaminhar neste momento à Mesa os requerimentos pedindo votação em bloco de emendas, e também os referido destaques, para que possam ser votados separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Já temos aqui em nosso poder, Requerimento nº 1901, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, com apoioamento dos deputados Renato Gaúcho, Nereu Moura, Augustinho Zucchi, Pastor Edson Praczyk e deputada Serafina Carrilho, constante do expediente, solicitando destaque para votação das emendas 22 a 30 ao projeto de Lei nº 386/2002. **Aprovado.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados.

Gostaria de pedir o voto favorável dos senhores deputados, à preferência de votação das Emendas de 22 a 30, que são emendas propostas pelo Fórum dos Servidores, que agrega vários sindicatos de servidores do Estado do Paraná e no qual discutiram muito esse projeto, e essas emendas vêm, de certa forma, amenizar um pouco a discriminação que existe nesse projeto; vem contemplar os funcionários e servidores que ganham menos e que vão continuar ganhando menos, que vão ser bastante prejudicados se não forem aprovadas essas emendas.

Peço a preferência de votação para elas.

Peço o voto favorável nas emendas que, com certeza, estaremos beneficiando a todos os servidores do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o requerimento da deputada Luciana Rafagnin. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezenove deputados aprovam.

Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e cinco deputados rejeitam.

Está rejeitado o requerimento da deputada Luciana.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, há uma emenda minha, de número 61, eu estou pedindo destaque na votação, eu não sei se ela vai ser votada em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Eu estou aguardando os requerimentos.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Estou mandando. Já estou garantindo verbalmente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faço um apelo aos senhores parlamentares para que se dirijam aos seus lugares para darmos início à votação das emendas.

Requerimento nº 1912 de autoria do deputado Ricardo Chab, constante do expediente, solicitando destaque para a Emenda nº 61 ao Projeto de Lei nº 386/2002. **Rejeitado.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Sugiro que essa emenda seja votada em separado, porque é um benefício do abono de assiduidade que foi passado para alguns servidores.

Gostaria que o abono de cem reais fosse passado a todos os servidores ativos e inativos do Quadro Geral do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento do deputado Ricardo Chab.

Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Dezessete senhores deputados aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois rejeitam. **Está rejeitado.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero apenas lamentar que o nosso requerimento tenha sido rejeitado.

Veja bem, em respeito aos funcionários que estão aqui nesta Casa desde o início da Sessão, estamos em plenário, porque poderíamos utilizar agora do que o Regimento nos permite, de nos retirarmos do plenário e derrubar a Sessão.

Não fazemos isso em respeito aos funcionários!

O que precisaria ter, deputado Durval, era um mínimo de compartilhamento aqui nesta Casa e que não prevalecesse o rolo compressor do governo aqui e que nós, que infelizmente somos minoria aqui, as nossas propostas não sejam todas fragorosamente derrotadas, que pudéssemos discutir, analisar, de forma individual as emendas.

Por isso, solicito a V. Exa. que reveja a sua posição e nós possamos analisar item por item das nossas propostas.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, mais do que ninguém, nós queremos aprovar nesta tarde várias emendas propostas, não somente por deputados da Base do Governo, mas por deputados da Oposição; razão pela qual encaminhamos alguns requerimentos à Mesa onde vamos votar em bloco e tenham certeza os senhores deputados e os nossos amigos que nos visitam nesta tarde, que várias emendas,

independentemente de serem da Situação ou de Oposição, serão aprovadas.

Nós só queremos o bem dos servidores públicos do Paraná!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos nossos ilustres visitantes que respeitem a opinião dos senhores parlamentares!

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Talvez, senhor presidente, aqueles que mais preocupados estão neste momento, que não são certamente os deputados, são aqueles que têm menos compromisso com o Paraná e com os próprios servidores públicos!

Tenho discutido à exaustão com todos os servidores públicos que me procuraram, aliás, tenho o testemunho de vários servidores, procurando viabilizar várias emendas que foram viabilizadas, técnica, jurídica e politicamente.

Então, antes da manifestação, é bom conhecer o que vai ser votado para que não haja injustiças com aqueles deputados que estão assegurando benefícios a mais de 46 mil servidores.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para pedir a V. Exa. que nos informasse se no requerimento do deputado Durval Amaral consta quais são as emendas que serão votadas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

(**Lê**):

Requerimento nº 1913, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das emendas de Plenário de nºs 01, 02, 04, 05, 08, 09, 12, 15 a 26, 28, 31, 34, 36 a 54, 56 a 62, ao Projeto de Lei nº 386/2002. **Aprovado.**

Não serão votadas em bloco: 03; 06; 07; 10; 11; 13; 14; 27; 29; 30; 32; 33; 35; 55; 63.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

A minha Emenda 61 não será em bloco?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Emenda 61 está para ser votado em bloco!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Parece-me, a não ser que o líder do Governo pudesse nos informar, a votação em bloco proposta por V. Exa. são certamente das emendas que V. Exa. e a bancada vão rejeitar?

O SR. DURVAL AMARAL

Não nobre deputado Augustinho Zucchi, nós estamos encaminhado dois blocos: um bloco de Emendas nós

vamos fazer o encaminhando pela aprovação; o outro bloco de emenda, que certamente é o requerimento que está na Mesa, nós vamos encaminhar pela rejeição. O que nós queremos é só agilizar o trabalho, por isso que não dá para formar um juízo de valores antes de começarmos o processo de votação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Eu acho, senhor presidente, que nós aqui, deputado Waldyr Pugliesi, nós da Oposição, temos que decidir se aceitamos esse tipo de votação ou se nos retiramos do Plenário. Apenas e tão somente isso!

O SR. WALDYR PUGLISEI (Pela Ordem)

Senhor presidente, nós estamos vendo aqui o seguinte: que o líder do Governo quer determinar a forma de votação. O que estamos depreendendo, que o Governo separou as Emendas em dois blocos: “O bloco da rejeição” e outro que eles vão aprovar.

Agora, senhor presidente, o que gostaríamos é que as emendas fossem individualmente analisadas e votadas.

Acho até que regimentalmente, está se ferindo a lei.

Logicamente, que o líder do Governo está fazendo um apelo para que o Plenário substitua aquilo que o Regimento deve dizer. Mas, é lamentável que nesta hora, neste dias, os sonhos, as esperanças de milhares e milhares de pessoas fiquem, muitas vezes, submetidas aos humores do governo.

Gostaríamos que as coisas fossem feitas de maneira muito transparente e democrática, senão, as emendas serão todas emboladas, naquilo que se convencionou chamar aqui de “rolo compressor” para aprovar aquilo que bem entende o Governo e rejeitar aquilo que está contemplado na emendas da Oposição.

Mas, reconhecemos que somos minoria aqui nesta Casa. Certamente, que aí nas ruas, senhor presidente, nós da Oposição somos maioria. Essa que é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo à questão de ordem de V. Exa., quero falar que esta Presidência está amparada no artigo 171. V. Exa. poderá requerer a votação das emendas, separadamente, uma a uma. Está aqui na nossa bíblia.

A maioria tem que respeitar.

O SR. WALDYR PUGLIESI

É aquilo que falei a V. Exa.! Regimentalmente, está aí. Mas, o governo faz um apelo ao Plenário e impõe a vontade da maioria que está aqui dentro do plenário, que é a minoria aí na rua.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, é até um contra-senso. Veja só: Falta pouco mais de seis meses para o término do governo Jaime Lerner.

Não sabemos quem vai ser o próximo governador.

Se nós aqui, como deputados da Situação, fôssemos agir com populismo, com demagogia ou com oportunismo, buscando só os aplausos da platéia, seria muito simples, votaríamos favoravelmente a todas as emendas.

Primeiro, inviabilizaríamos o Quadro de Cargos e Salários porque extrapolaria com certeza, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

É que não podemos nos mover pela emoção.

Mas, seria muito cômodo da nossa parte, deputado Waldyr Pugliesi, mas muito cômodo mesmo, votar a favor de todas as emendas e inviabilizar o sonho de quarenta e seis mil servidores.

Ou então, votar e deixar uma bomba-relógio armada para o próximo governo. Não sabemos se será de Situação, de Oposição, ou do PSTU, ou de qualquer partido que seja.

Então, temos a solução equacionada para todas aquelas emendas que possam ser efetivamente, aprovadas nesta Casa e posteriormente, sancionadas.

Por isso que estamos insistindo com essa votação em bloco.

E, muitas emenda que alguns deputados de Oposição pensam que porventura serão rejeitadas estarão sendo encaminhadas e acolhidas no nosso encaminhamento de votação.

Muito obrigado, senhor presidente!

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente!

Deputado Durval Amaral, acho que a remessa desse projeto de lei para a Assembléia agora, na véspera da eleição, é um oportunismo político, sim, do Jaime Lerner, porque ficou durante sete anos e meio sem dar reajuste para os servidores, sem fazer planos de salário. É oportunismo político!

Na véspera da eleição! Por que não fez isso há um ano, dois, anos, três anos atrás?

O SR. DURVAL AMARAL

Então, o senhor propõe a retirada da mensagem neste momento? O senhor está propondo isso? O senhor assume o ônus de retirar a Mensagem do Governo, deputado Nereu Moura?

O senhor assume esse ônus. Nós retiramos a mensagem e eu quero ver o senhor ser aplaudido das galerias.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Durval Amaral, V. Exa. não venha fazer demagogia! V. Exa. apóia um governo que maltratou os servidores, públicos durante oito anos...

(Discussão)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos senhores parlamentares que mantenhamos o que determina o nosso Regimento.

O SR. NEREU MOURA

Não, senhor presidente! Eu quero terminar a minha Questão de Ordem!

O governador Jaime Lerner ficou sete anos e meio e não pensou no servidor! Na véspera da eleição, encaminha um projeto de lei aqui para Casa, e quer fazer a “goela abaixo”, sem discutir com os servidores, de forma impositiva. E o que nós queremos?

É fazer um projeto de lei que atenda plenamente os interesses dos servidores públicos do Estado do Paraná, mesmo que seja na véspera da eleição! Não interessa se vai dar voto para o Lerner ou se não vai dar voto, o que interessa é que os servidores sejam contemplados nos seus anseios e nas suas expectativas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o requerimento. Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Durval Amaral, que requer votação em bloco das emendas já citadas, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Os senhores deputados que aprovam o requerimento do deputado Durval Amaral, queiram levantar-se. Vinte e três senhores deputados.

Os senhores deputados que rejeitam o requerimento do deputado Durval Amaral, queiram levantar-se. Dezoito senhores deputados.

Está **aprovado** o requerimento do deputado Durval Amaral.

Requerimento nº 1914-A, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Emendas de Plenário de nºs 03, 06, 07, 10, 11, 13, 14, 27, 29, 30, 32, 33, 35 e 55 ao Projeto de Lei nº 386/2002. **Aprovado.**

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, pela ordem.

(**Assentimento**)

A Emenda nº 01 não consta dessa relação?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ela consta no primeiro requerimento.

O SR. CEZAR SILVESTRI

É que ela vai ser substituída. É isso?

O SR. DURVAL AMARAL

Isso. Tem a Subemenda 01 e a Subemenda 02 para equacionar aquele problema, deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Muito obrigado!

Senhor presidente, aproveito a oportunidade para pedir a retirada da Emenda nº 64.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. é o autor?

O SR. CEZAR SILVESTRI

Sim.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, está retirada.

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira, pela ordem.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Obrigado, senhor presidente!

Senhor presidente, quero aqui fazer uma consideração: está havendo essa celeuma toda quanto a questão de retirar, votar em bloco ou em separado, porque, com todo o respeito que tenho ao deputado Durval Amaral, na condição de líder do Governo, faltou dialogar um pouco mais, porque, se tivesse dialogado e explicado à Oposição que tem tantas emendas, até somariam e nós estaríamos com a votação muito mais tranqüila. Mas, acontece que o deputado Durval Amaral quis manter na “caixa preta”, porque tem os votos da Bancada do Governo, não discutiu, não colocou para a Oposição.

Esta dificuldade, deputado Durval Amaral, com todo o respeito, está acontecendo pela forma do encaminhamento da votação. Há votações que a Oposição concorda com V. Exa.! Era só ter colocado, porque a Oposição não sabe se é o primeiro requerimento ou o segundo que V. Exa. vai encaminhar à sua Bancada para a votação favorável ou contrário.

Então, se tivesse discutido antes, não teria problema! Nós estávamos resolvidos ou, com certeza, a platéia que hoje está aqui acompanhando ansiosa, não teria essas dificuldades, estaria acompanhado uma votação tranqüila, porque perder, nós estamos perdendo em quase todas as votações, mas nem por isso deixaríamos de nos manifestar.

Então, aqui fica o meu protesto pelo encaminhamento da Liderança do Governo quanto as votações.

Segundo, senhor presidente. Enquanto esta Casa não valorizar o trabalho dos deputados, porque nós perdemos o estímulo, deputados sentaram, discutiram com os servidores, discutiram com as suas assessorias, fizeram contato com as bases, para quê? Para que pudesse vir a oferecer à Casa o trabalho que lhe é peculiar, que é das emendas e que é legislativo. Agora, chega aqui e não temos a oportunidade de discussão uma emenda que foi elaborada pelo parlamentar!

Então, não valorizamos, não é do ponto de vista político, não, do ponto de vista do trabalho da Casa, a valorização da nossa atuação. A forma que estamos encaminhando, estamos só criando problemas e não a solução, que com certeza a Oposição, em várias das vossas

emendas que as separou no requerimento, como também vota em vários, o projeto do governo apresentou naquele requerimento. Então, é só questão de abrir o jogo, mas, a caixa preta manteve essa dificuldade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o requerimento do deputado Durval Amaral.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, na mesma forma para manter a coerência, nós iremos votar contrários a este requerimento, porque no primeiro requerimento já votamos contrários, votação em bloco: iremos votar novamente contrários à votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. Senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Respeitada a manifestação do líder das Oposições. Está **aprovado** o requerimento.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, as emendas apresentadas pela Comissão de Orçamento, Subemendas, que vão modificar a Emenda nº 01 e nº 02, o processo de votação delas vai acontecer logo agora na sequência, ou antes, vamos votar o que foi definido em votação em bloco, só para que possamos tranquilizar os deputados e servidores que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós poderemos votar primeiro a Subemenda da Comissão de Orçamento, a de nº 01 e a de nº 02. Nós vamos votar em bloco, conforme requerimento aprovado, e logo em seguida nós vamos aprovar inicialmente a Subemenda...

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu só queria registrar a presença do nosso prefeito de Floresta, José Roberto Ruiz, que está aqui abrilhantando a nossa reunião acompanhado de um ex-vereador de Floresta.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Quero esclarecer ao deputado Durval Amaral, que fez uma solicitação à Presidência, que logo em seguida, depois da votação do primeiro número de emendas em bloco, nós vamos colocar a Subemenda da Comissão de Orçamento, projeto de lei, a nº 01 e a nº 02, e vou pedir ao deputado, posteriormente, Cezar Silvestri que relate as referidas emendas logo após a votação.

Estão em votação as Emendas nºs: 01, 02, 04, 05, 08, 09, 12, 15 a 28, 31, 34, 36 a 54 e 56 a 62.

Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam as referidas emendas, permaneçam como estão. **Aprovadas.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam as referidas emendas, queiram levantar-se.

Dezoito senhores deputados.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e três senhores deputados.

Estão **Rejeitadas** as referidas emendas.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero registrar os votos dos deputados que votaram a favor das emendas: Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Zuk, Edson Strapasson, Augustinho Zucchi, Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Ademir Bier, José Maria Ferreira, Ricardo Chab, Antonio Anibelli, Serafina Carrilho, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Hermes Fonseca, Cezar Silvestri, Algaci Tulio, Neivo Beraldin e Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao deputado Cezar Silvestri que relate as subemendas da Comissão de Orçamento.

Subemenda nº 1, da Comissão de Orçamento e a Subemenda nº 2, da Comissão de Orçamento.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Eu pediria a V. Exa. como presidente da Comissão, de que V. Exa. permitisse que eu passasse a relatoria ao deputado Durval Amaral, porque esta subemenda é fruto de uma negociação que foi feita com a liderança do governo, e coincidentemente, o deputado Durval Amaral é o relator da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encaminho ao deputado Durval Amaral para que relate as subemendas da Comissão de Orçamento nº 1 e 2.

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente só para justificar que o deputado Orlando Pessuti, que eu espero o nosso vice-governador vai ter que se ausentar a partir deste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado.

Deputado Durval para relatar.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, senhores que nos honram nesta tarde.

Subemenda de Plenário da Comissão de Orçamento ao Projeto de Lei nº 386/2002, altera o artigo 19 - parágrafo 2º:

(Lê)

Art. 21 - ...

Parágrafo Único.

(Lê)

Senhor presidente, sob o aspecto regimental, constitucional e legal, nada obsta à aprovação da emenda de Plenário da Comissão de Orçamento ao Projeto de lei nº 386/2002.

É o parecer, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer do deputado Durval Amaral, às duas emendas.

O SR. DURVAL AMARAL

Não, ainda falta relatar a outra, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, por gentileza, já relate a outra e votamos em conjunto.

O SR. DURVAL AMARAL

Está bem, senhor presidente, muito obrigada pela deferência.

Subemenda da Comissão de Orçamento ao Projeto de Lei nº 386/2002, alteração nº 1, são várias alterações.

(Lê).

Senhor presidente, esta aqui era a emenda que foi rejeitada, a Emenda nº 1, do quadro de agentes fazendários da Secretaria da Fazenda que, como ela está proposta agora, encontra todas as condições de ser aprovada, tanto no seu aspecto técnico, constitucional e legal, razão pela qual dou parecer favorável à aprovação da carreira de agentes fazendários.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer formulado pelo deputado Durval Amaral.

O SR. NEREU MOURA

Emendas nºs 01 e 02. Essas emendas ficaram fora do bloco anterior?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. Essas são subemendas. Aqueles já foram rejeitadas.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, para uma rápida explicação, se me permite, contempla em tese, basicamente, tudo o que estava contemplado nas emendas nºs 01 e 02, atendendo aos interesses das categorias, que amplamente discutimos com essas categorias envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi feita a adequação para que pudessem ser aprovadas.

Vamos votar, inicialmente, as subemendas da Comissão de Orçamento do projeto de lei, que altera o *caput* - entre outras alterações - do artigo 1º, à emenda nº 01.

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovada.

Subemenda de Plenário, da Comissão de Orçamento, nº 02.

Em votação.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

(**Aplausos**)

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS

Senhor presidente.

(**Assentimento**)

Eu queria justificar o voto nestas duas emendas e, quem sabe, nesta que V. Exa. vai colocar, e dizer o seguinte: estamos aqui há três anos e meio, na minha posição, como deputado, tentando legalizar e fazer a aprovação do plano de cargos e salários do servidor público. Acho que, em que pesem algumas posições contrárias, o importante seria que contemplasse da melhor forma possível e que nós, aqui, tivéssemos a liberdade para legislar sobre matéria financeira e, às vezes, não conseguimos. Acho que houve um avanço muito grande. Estou extremamente feliz de poder estar constando na minha vida, como parlamentar, a votação desse plano de cargos e salários do servidor do Estado do Paraná.

Acho que, principalmente, essas duas emendas e a terceira, que foi fruto da discussão com a Comissão de Orçamento, foi extremamente importante. Há que se louvar a atitude incansável da Oposição de tentar conciliar, às vezes, algumas medidas que viriam contemplar em maior percentagem alguns segmentos. Mas também há que se elogiar a atitude do deputado Durval Amaral, que tem trabalhado incansavelmente.

Da minha parte, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, recebia quase todos os servidores e as categorias, para que pelo menos passassem para a gente o anseio da categoria, da classe.

Hoje, é uma data extremamente memorável, porque estamos tentando terminar esse semestre, mesmo não agradando a tudo e nem a todos, mas uma maioria absoluta do servidor, que toca este Estado. Acho que toda a Assembléia, de um modo geral, está fazendo esse trabalho.

Encerramos e fechamos esse semestre, com chave de ouro, sobretudo, fazendo justiça da mais importante, que é a chamada justiça social, pagando e reconhecendo aquele que começa uma carreira e deve saber como é que vai terminar.

Eu queria cumprimentar, aqui, tanto o deputado Cezar Silvestri, como também o deputado Durval Amaral e a todos nós de um modo geral, porque estamos passando pela história, de estarmos não a contento, mas resolvendo a questão do plano de cargos e salários, que volto a dizer, é uma questão de justiça social.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço as palavras do deputado Moysés Leônidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Conforme o requerimento aprovado, serão votadas em bloco as emendas de nº 03, 06, 07, 10, 11, 13, 14, 27, 29, 30, 32, 33, 35, 55 e 63.

Em votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovadas.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1868 a 1872, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1865, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1874, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1880 e 1900 de autoria do deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1881 e 1883 de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1884, de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1888 de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1891 e 1895, de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1894, de autoria do deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1903, 1904 e 1909, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1906, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1908, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1914, de autoria do deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, quero só fazer um agradecimento muito especial a todos os servidores públicos do Estado do Paraná, a todas as lideranças sindicais que aqui estão, a todos aqueles que conversaram ao longo desses últimos meses com a Liderança do Governo à exaustão, com a Presidência desta Casa e com todos os deputados estaduais, muito especialmente aos nossos deputados da Base que dão sustentação política ao Governo, por terem concordado em prorrogar o período legislativo, tanto os deputados do Governo quanto os da Oposição, para que a gente pudesse ao menos amenizar o sofrimento dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Pessoalmente, senhor presidente, eu me empenhei incansavelmente para que nós pudéssemos chegar nesse final de tarde a esse sucesso de aprovação da maioria das emendas, de consolidação de algumas carreiras, que eu tenho certeza vai dar mais dignidade aos servidores públicos do Estado do Paraná.

Então, do mais profundo do meu coração, eu agradeço aos nossos deputados estaduais, todos eles, independentemente de serem Situação ou de serem Oposição, aos servidores públicos que aqui estão, também pela forma que nós, enquanto liderança do Governo, tivemos para encaminhar as matérias, juntamente para dar serenidade e para assegurar um direito dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após ao término desta, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 495/2002.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 386 e 467/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 368 e 507/2002.

Informo aos deputados que estou encerrando a presente Sessão e o primeiro período de Sessões Ordinárias, da 4ª Sessão Legislativa da 14ª Legislatura, convocando os deputados para 1º de agosto, às catorze horas e trinta minu-

tos, para a Instalação do 2º período de Sessões Ordinárias, ressaltando a convocação de Sessões Extraordinárias.

Levanta-se a Sessão.